

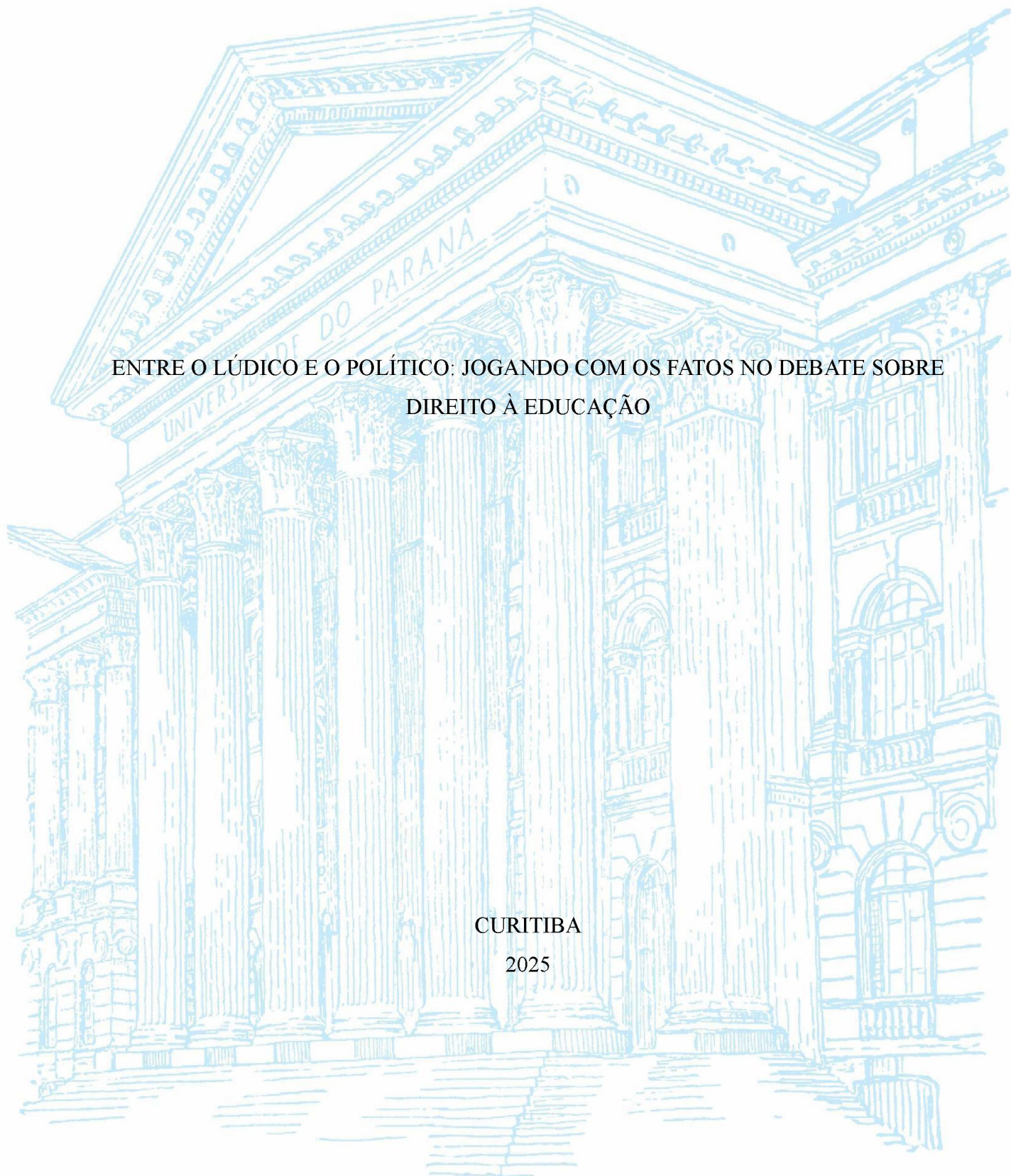
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSEMAR BONA

ENTRE O LÚDICO E O POLÍTICO: JOGANDO COM OS FATOS NO DEBATE SOBRE
DIREITO À EDUCAÇÃO

CURITIBA

2025



JOSEMAR BONA

ENTRE O LÚDICO E O POLÍTICO: JOGANDO COM OS FATOS NO DEBATE SOBRE
DIREITO À EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós- Graduação do
Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional,
Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Luiz Belmiro Teixeira

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Bona, Josemar

Entre o lúdico e o político: jogando com os fatos no debate sobre o direito à educação. / Josemar Bona. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Belmiro Teixeira.

1. Sociologia (ensino médio). 2. Jogos educativos. 3. Direito à educação. I. Teixeira, Luiz Belmiro, 1979- II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA EM REDE
NACIONAL - 25016016039P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOSEMAR BONA**, intitulada: **ENTRE O LÚDICO E O POLÍTICO: JOGANDO COM OS FATOS NO DEBATE SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO**, sob orientação do Prof. Dr. LUIZ BELMIRO TEIXEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 21 de Julho de 2025.

Assinatura Eletrônica

21/07/2025 22:51:14.0

LUIZ BELMIRO TEIXEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

22/07/2025 08:43:57.0

ROGÉRIA DA SILVA MARTINS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA)

Assinatura Eletrônica

21/07/2025 16:12:00.0

LEONARDO CARBONIERI CAMPOY

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)

Rua General Carneiro, 460 - 9º andar - sala 908 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: profsocio@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 467609

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 467609

Dedico este trabalho à minha família,
pessoas simples, fortes e trabalhadoras
que sempre me incentivaram a estudar e
se orgulham em ter um filho, irmão,
cunhado e tio sobretudo professor.

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui foi marcada por desafios, descobertas e aprendizados profundos e, sobretudo, por muitas mãos estendidas. Esta proposta de material didático não é fruto apenas do meu esforço individual, mas da generosa colaboração de pessoas e instituições que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada. A todas elas, expresso minha mais sincera gratidão.

À minha família, meu alicerce inabalável, agradeço por todo o amor, paciência e incentivo incondicional. Cada gesto de cuidado, cada palavra de apoio e a constante preocupação com minha segurança em cada viagem foram fundamentais para que eu tivesse forças para seguir em frente. Essa conquista é, também, de vocês.

À Universidade Federal do Paraná, em especial ao Programa de Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (Profsocio), agradeço pela oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal. O ambiente de trocas ricas, os debates críticos e a construção coletiva do saber foram essenciais para a formação deste trabalho.

Ao aplicativo BlaBlaCar, que ultrapassou sua função prática e tornou-se uma ferramenta de conexão, deixo meu reconhecimento. Como motorista, pude transformar cada carona em um espaço de troca, de histórias, de ideias e até de descanso compartilhado e isso foi, sem dúvida, parte importante da minha travessia.

Aos amigos e amigas, sejam colegas de classe ou trabalho, meu profundo agradecimento. Nos momentos de cansaço, de dúvida ou de alegria, vocês estiveram presentes com palavras, escuta, incentivo e generosidade. Cada gesto contou.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço com especial carinho aos meus alunos. Vocês foram minha maior inspiração e a razão de muitos dos questionamentos e reflexões que motivaram este trabalho. Este mestrado também é para vocês.

“A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”
(FREIRE, 1996, p. 67)

RESUMO

A seguir, apresenta-se uma proposta de material didático elaborada com o objetivo de ser aplicada junto às turmas do 3º ano do Ensino Médio. Trata-se do jogo "Jogando com os Fatos", desenvolvido a partir da adaptação do tradicional "Jogo da Vida", com o intuito de promover discussões críticas no contexto do ensino de Sociologia. Este trabalho demonstra o papel transformador da Sociologia no ensino médio em contextos de insegurança escolar, tomando como ponto de partida o ensino de sociologia em Santa Catarina, revelando fragilidades nas políticas educacionais e destacando a sociologia como um espaço para discussões. O material didático elaborado, empregou uma abordagem qualitativa reflexiva que combina experiência empírica nas perspectivas de gestor escolar e professor de Sociologia, revisão bibliográfica sobre direitos e educação no Brasil, análise documental das diretrizes sociológicas em Santa Catarina, e desenvolvimento e testagem de um jogo didático como intervenção pedagógica. O estudo resultou na elaboração de um material didático, a criação e testagem do jogo "Jogando com os Fatos", uma ferramenta pedagógica que demonstrou potencial para facilitar a compreensão de conceitos sociológicos complexos, estimular o pensamento crítico sobre direitos e políticas públicas, e promover o engajamento ativo dos estudantes por meio de metodologias lúdicas, mesmo em ambientes escolares marcados pela insegurança. Os resultados estão alinhados a literatura que defende metodologias ativas e gamificação como estratégias eficazes para o ensino de Sociologia, indicando que práticas pedagógicas inovadoras podem contribuir significativamente para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de questionar estruturas sociais e defender direitos fundamentais, transformando experiências traumáticas em oportunidades de aprendizagem social e fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Direitos. Metodologias Ativas. Jogos didáticos. Transformação Social.

ABSTRACT

This paper analyzes the transformative role of Sociology in high school education within contexts of school insecurity, taking as a starting point the teaching of Sociology in Santa Catarina. It reveals weaknesses in educational policies and highlights Sociology as a space for discussion. The research employed a reflective qualitative approach that combines empirical experience from the perspectives of a school administrator and a Sociology teacher, a literature review on human rights and education in Brazil, document analysis of sociological guidelines in Santa Catarina, and the development and testing of an educational game as a pedagogical intervention. The study led to the creation of a teaching material, the design and testing of the game *"Playing with the Facts"*, a pedagogical tool that demonstrated potential to facilitate the understanding of complex sociological concepts, stimulate critical thinking about rights and public policies, and promote active student engagement through playful methodologies, even in school environments marked by insecurity. The results support the literature that advocates for active methodologies and gamification as effective strategies for teaching Sociology, indicating that innovative pedagogical practices can significantly contribute to the formation of critical and conscious citizens, capable of questioning social structures and defending fundamental rights, thus transforming traumatic experiences into opportunities for social learning and the strengthening of citizenship.

Keywords: Sociology Teaching. Human Rights. Active Methodologies. Educational Games. Social Transformation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – JOGO DA VIDA	44
FIGURA 2 – MONTAGEM TABULEIRO	66
FIGURA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES	67
FIGURA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RECURSOS PARA PREPARAÇÃO	57
QUADRO 2 – GUIA DE CONDUÇÃO DO JOGO	58
QUADRO 3 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: PARTICIPAÇÃO ATIVA E DESEMPENHO DOS ESTUDANTES	59
QUADRO 4 – SEQUÊNCIA DA CORRIDA	81

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AI	Ato Institucional
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGB	Formação Geral Básica
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEPS	IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais entre outras identidades de gênero e orientações sexuais
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programme for International Student Assessment
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RPG	Role-Playing Game (Jogo de Interpretação de Papéis)
SC	Santa Catarina
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	QUADRO ATUAL DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL	19
2.1	DESAFIOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA	22
2.2	A SOCIOLOGIA COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO DE DIREITOS	27
3	A EDUCAÇÃO EM DADOS NO BRASIL	29
4	SANTA CATARINA E O ENSINO DE SOCIOLOGIA	34
5	O USO DE JOGOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA	39
6	JOGANDO COM OS FATOS: UM JOGO SOCIOLÓGICO PARA COMPREENDER E RELAÇÃO DOS DIREITOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	47
6.1	GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO PARA PROFESSORES: "JOGANDO COM OS FATOS"	53
6.1.1	Diagnóstico e Planejamento	53
6.1.2	Preparação e Contextualização	55
6.1.3	Seleção ou Adaptação do Jogo	60
6.2	ESCOLA	60
6.3	TURMA	61
6.4	TESTAGEM	62
7	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE 1 – PLANO DE ENSINO	97
	APÊNDICE 2 – TABULEIRO	101
	APÊNDICE 3 – CARTAS	102
	APÊNDICE 4 – BANCO DE QUESTÕES (GABARITO)	118

1 INTRODUÇÃO

Em 5 de abril de 2023, um ataque brutal ocorrido em uma creche na cidade de Blumenau (SC) tirou a vida de quatro crianças e deixou outras cinco feridas. A tragédia causou comoção nacional e expôs a vulnerabilidade dos espaços escolares diante de atos de violência. Além do abalo emocional, esse evento desencadeou profundas reflexões sobre segurança, cidadania e o papel da escola como espaço de proteção e formação (Candau, 2021). A escola, historicamente concebida como um ambiente de socialização e aprendizagem, foi violentamente interrompida por um ato que desestabilizou não apenas sua rotina, mas também seus fundamentos como lugar de construção de valores sociais e humanos.

Diante de tragédias como a ocorrida em Blumenau, assim como em diversas outras escolas, torna-se urgente a necessidade de repensar o papel da escola enquanto espaço de formação integral e de promoção da cultura da paz. No processo educativo, o gestor escolar ou o professor assumem funções importantes na mediação de práticas pedagógicas que contribuam para a transformação social. Ao integrarem o ensino de Sociologia com metodologias lúdicas e participativas, como jogos educativos e simulações, esses profissionais, ou seja, cada um de nós que assume um papel na educação, podem favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico, da empatia e da consciência cidadã entre os estudantes. Não podemos esperar apenas por políticas públicas ou aguardar que alguém tome alguma atitude, precisamos fazer o que é necessário e possível dentro de nossas possibilidades, objetivando a intervenção e transformação social, iniciando pelo estudante e formando o cidadão. Como destaca Freire (1996, p. 25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".

A partir dessa realidade, é necessário refletir sobre as formas de abordar temas como violência, direitos e cidadania no ambiente escolar, sobretudo o direito à educação, fator que pode contribuir para a transformação social. A disciplina de Sociologia, nesse contexto, oferece ferramentas teóricas para a análise da realidade social, permitindo aos estudantes compreender os conflitos sociais, a construção dos direitos e os processos de exclusão e injustiça presentes na sociedade (Charlot, 2000). Contudo, o ensino de Sociologia ainda enfrenta desafios quanto à sua efetividade, especialmente pela dificuldade de se conectar com as experiências cotidianas dos estudantes, permanecendo, muitas vezes, restrito à abordagem teórica e conteudista (Costa; Silva, 2020).

A presente proposta de material didático tem como objetivo fortalecer o ensino de Sociologia no ensino médio, especialmente em contextos escolares atravessados por insegurança, evasão e desmotivação estudantil. A partir da experiência docente e da elaboração do jogo Jogando com os Fatos, este trabalho propõe uma abordagem metodológica que articula ludicidade e criticidade, visando promover o protagonismo estudantil e ampliar a compreensão dos direitos fundamentais, com ênfase no direito à educação. A proposta surge da vivência concreta em uma escola pública de Santa Catarina, e busca responder à pergunta central desta pesquisa: como o uso de jogos pedagógicos pode contribuir para o ensino de Sociologia, especialmente no que diz respeito à discussão sobre direitos sociais, como o direito à educação?

O tradicional Jogo da Vida, criado originalmente para simular o percurso de uma vida adulta baseada em escolhas de carreira, estudo, consumo e família, serve como inspiração para o material didático Jogando com os Fatos, apresentado na dissertação. No Jogo da Vida, os participantes percorrem um tabuleiro com o auxílio de um carrinho, girando uma roleta para avançar casas e tomar decisões que influenciam sua trajetória financeira e pessoal, como estudar, casar, ter filhos e comprar imóveis, tudo com o objetivo de acumular riqueza e alcançar o sucesso individual. Já na proposta sociológica do jogo adaptado, essa lógica é ressignificada: em vez de valorizar apenas conquistas individuais e econômicas, o novo jogo possibilita discussões de situações relacionadas à cidadania, desigualdade social e direitos fundamentais, sobretudo o direito à educação.

O trabalho Entre o lúdico e o político: jogando com os fatos no debate sobre direitos à educação reflete a possibilidade de intervir na realidade educacional por meio de uma perspectiva crítica, atenta às desigualdades e aos conflitos sociais que atravessam a escola pública. Parte-se da constatação de que a Sociologia, enquanto componente curricular obrigatório da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), possui um papel essencial na formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos. Entretanto, apesar de sua importância, observa-se que essa potencialidade transformadora nem sempre se concretiza nas práticas pedagógicas. A falta de tempo didático, a desvalorização curricular da disciplina e a dificuldade de conexão entre os conteúdos sociológicos e as experiências cotidianas dos estudantes contribuem para o esvaziamento de seu papel formativo (COSTA; SILVA, 2020).

Diante desse cenário, torna-se necessário adotar metodologias que resgatem o interesse dos estudantes e reforcem a Sociologia como espaço de debate sobre cidadania, justiça social e direitos. Nessa perspectiva, os jogos pedagógicos, enquanto ferramentas que

combinam intencionalidade educativa e engajamento lúdico, revelam-se instrumentos potentes para a aprendizagem ativa e significativa. Conforme defendem Freire (1996), Kishimoto (2010) e Silva (2019), o jogo não deve ser entendido apenas como forma de entretenimento, mas como recurso formativo que possibilita a criação de espaços de diálogo, colaboração e reflexão crítica. Essa abordagem rompe com a lógica transmissiva do ensino tradicional, ao mesmo tempo em que aproxima os conteúdos escolares das realidades vividas pelos estudantes.

A relevância deste estudo está, portanto, na articulação entre teoria e prática, com vistas a construir propostas pedagógicas capazes de responder aos desafios contemporâneos enfrentados pela escola pública. Especificamente no campo da Sociologia, trata-se de propor uma alternativa metodológica que permita abordar de forma mais acessível temas como desigualdade, exclusão, políticas públicas e os direitos, principalmente o direito à educação. O jogo *Jogando com os Fatos*, elaborado no âmbito desta pesquisa, foi concebido como intervenção pedagógica orientada por princípios críticos, com o propósito de estimular o pensamento sociológico e possibilitar a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

A estrutura desta dissertação organiza-se em sete capítulos, cada um deles vinculado ao objetivo de investigar como os jogos pedagógicos podem potencializar o ensino de Sociologia e aprofundar a compreensão dos direitos básicos no contexto escolar. Apresenta-se um panorama histórico do ensino de Sociologia no Brasil, desde sua inclusão nos currículos até os desafios enfrentados por professores diante de políticas educacionais restritivas, currículos engessados e a desvalorização institucional da disciplina (BERGER, 1982; MARTINS, 1994).

Na sequência analisa-se o contexto educacional de Santa Catarina, destacando os impactos da implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) nas escolas públicas, com ênfase no turno noturno. São discutidas as consequências da ampliação da jornada escolar, a evasão entre estudantes trabalhadores e os efeitos da redução da carga horária de disciplinas como Sociologia (SAVIANI, 2008; DANTAS; PEREIRA, 2022). Esse capítulo traz ainda dados sobre a precariedade estrutural e as estratégias adotadas por docentes para enfrentar a desmotivação estudantil.

Se faz necessário apresentar indicadores educacionais nacionais – como taxas de matrícula, reprovação e abandono escolar – a partir de fontes como o INEP e o IBGE. Tais dados evidenciam as persistentes desigualdades no acesso e na permanência na escola, bem como o desempenho insatisfatório em avaliações como o IDEB, o ENEM e o PISA (INEP,

2021; OCDE, 2018). Essa análise estatística sustenta a urgência de práticas pedagógicas mais críticas e transformadoras.

Discute-se o potencial pedagógico dos jogos como estratégia metodológica inovadora no ensino de Sociologia. A fundamentação teórica recorre a autores que abordam a gamificação, as metodologias ativas e a educação crítica, como Piaget (2001), Freire (1996) e Kishimoto (2010), destacando os benefícios do jogo como ferramenta para desenvolver o raciocínio sociológico, a argumentação e a empatia. Também são apresentados exemplos de práticas já utilizadas em escolas.

O Capítulo 6 é dedicado à apresentação do jogo Jogando com os Fatos. São descritos os fundamentos pedagógicos da proposta, os conteúdos sociológicos abordados, as regras, os materiais utilizados, o guia para aplicação e os critérios de avaliação. Em seguida, relata-se a testagem do jogo em contexto real de sala de aula. A análise baseia-se em observações participantes e falas dos alunos, revelando que o jogo contribuiu para a construção de aprendizagens significativas, o aumento do engajamento e a ampliação da consciência crítica sobre o direito à educação.

Finalmente, apresenta as considerações finais da pesquisa. Retomam-se os principais achados e discutem-se suas implicações teóricas e práticas. Embora se reconheça que o jogo não representa uma solução definitiva para os problemas estruturais da educação, argumenta-se que ele constitui uma proposta pedagógica coerente com os princípios de uma escola democrática, inclusiva e transformadora. Reafirma-se, assim, que o ensino de Sociologia pode e deve ser espaço de resistência, de esperança e de formação cidadã – especialmente quando metodologias inovadoras colocam os estudantes no centro do processo educativo.

A proposta de material didático construída ao longo desta pesquisa parte da premissa de que é possível e necessário jogar com os fatos para compreender a realidade. Ao unir o lúdico ao político, a prática docente se transforma em espaço de reinvenção pedagógica, capaz de mobilizar o conhecimento sociológico como instrumento de leitura crítica do mundo e de intervenção social. Diante da violência, da apatia e das injustiças que permeiam o cotidiano escolar, a escola precisa reafirmar seu compromisso com a vida, com os direitos e com a dignidade humana. E, para isso, talvez devamos, com seriedade e ousadia, começar a jogar.

2 QUADRO ATUAL DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

A educação sociológica desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e intervir nas complexas dinâmicas sociais que marcam a sociedade contemporânea. No Brasil, o ensino de Sociologia, que tem sido um componente essencial da educação básica desde a década de 2000, enfrenta desafios significativos no contexto das constantes transformações políticas e sociais.

A implementação das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem exigido dos educadores uma constante adaptação de suas práticas pedagógicas, buscando superar a fragmentação do conhecimento e promover uma abordagem mais integrada e contextualizada do ensino (BRASIL, 2017). Além disso, a introdução de metodologias inovadoras, como o uso de jogos pedagógicos e a integração de novas tecnologias, surge como uma estratégia para engajar os estudantes e estimular a reflexão crítica sobre questões como desigualdade, cidadania, poder e movimento social.

As metodologias, como o uso de jogos pedagógicos e a integração de novas tecnologias, podem se tornar ferramentas valiosas para a construção do conhecimento de forma colaborativa e dinâmica, incentivando a participação ativa dos alunos. Nesse contexto, Martins (1994, p. 42) destaca a importância dessas metodologias para a formação de um ensino mais engajado e reflexivo, que contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos estudantes. Além disso, Freire (1996, p. 79) enfatiza a necessidade de uma educação que permita aos alunos interagir com o conhecimento de maneira ativa, questionadora e transformadora, reforçando a ideia de que o aprendizado deve ser centrado na participação e na construção coletiva do saber. Piaget (2001, p. 65) também argumenta que a aprendizagem deve ser um processo dinâmico, no qual o aluno é estimulado a construir seu conhecimento a partir de suas próprias experiências e interações com o meio social.

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio em 2018, a Sociologia foi mantida como parte da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A BNCC reconhece a importância de desenvolver competências que levem o estudante a compreender os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como a exercer sua cidadania de forma ética, crítica e ativa.

A trajetória da Sociologia no Brasil revela seu imenso potencial como instrumento de leitura crítica e intervenção na realidade. Desde seus primeiros passos nos cursos superiores até sua consolidação como disciplina obrigatória no Ensino Médio, a Sociologia tem se mostrado sensível às demandas sociais, políticas e culturais do país. No contexto atual,

marcado por desafios como a polarização política, a desinformação e as desigualdades persistentes, o ensino de Sociologia conforme proposto pela BNCC emerge como uma ferramenta indispensável para a formação de sujeitos ativos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática, justa e plural.

A sociologia, enquanto disciplina, proporciona uma ferramenta poderosa para analisar as estruturas sociais e as dinâmicas que influenciam a vida cotidiana, possibilitando aos alunos uma compreensão mais profunda de seu papel no mundo. No entanto, para que essa compreensão seja efetiva, é necessário adotar metodologias que incentivem a participação e o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem.

A Sociologia é uma disciplina transformadora, pois permite aos estudantes desnaturalizar a realidade social e compreender que normas, valores, instituições e comportamentos são construções históricas e culturais, e não dados imutáveis. Segundo Berger (1982, p. 26), “a primeira sabedoria da perspectiva sociológica é esta: as coisas não são o que parecem”. Essa compreensão abre espaço para o questionamento daquilo que é considerado “normal” e para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a sociedade.

Além disso, a Sociologia estimula o pensamento crítico e reflexivo ao possibilitar que os alunos problematize a realidade em que vivem, analisando os processos de dominação, exclusão e resistência presentes em suas experiências cotidianas. Martins (1994, p. 9) afirma que “a Sociologia tem como missão fomentar o pensamento crítico, permitindo que os estudantes compreendam a sociedade em que vivem e atuam de forma consciente e transformadora”. Essa prática pedagógica conecta o saber sociológico às vivências dos estudantes, promovendo maior engajamento e autonomia intelectual.

No contexto da formação cidadã e ética, a Sociologia também desempenha um papel fundamental. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece que a disciplina deve contribuir para “a formação de sujeitos ativos, críticos e responsáveis, comprometidos com os valores democráticos” (Brasil, 2018). Ao abordar temas como cidadania, direitos humanos, democracia e justiça social, a Sociologia prepara os estudantes para atuarem de forma ética e consciente na vida pública.

Outro aspecto importante é a integração entre teoria e prática que a disciplina proporciona. Os conceitos sociológicos podem ser aplicados na análise de questões concretas como desigualdade social, racismo, relações de gênero, mundo do trabalho e juventude. Como defende Freire (1996, p. 43), “ensinar exige uma reflexão crítica sobre a prática”, o que reforça a necessidade de vincular o conteúdo teórico à realidade dos estudantes.

A Sociologia contribui para o desenvolvimento da empatia e do respeito à diversidade. O estudo das diferentes culturas, modos de vida e experiências sociais permite que os alunos reconheçam e valorizem a pluralidade que compõe a sociedade. Nesse sentido, hooks (2013, p. 45) destaca que “a educação como prática da liberdade afirma a diversidade e o diálogo como fundamentos do processo de ensino-aprendizagem”, reforçando o papel da Sociologia como promotora de uma educação inclusiva e transformadora.

As abordagens didáticas sociológicas no ensino médio são os meios pelos quais os docentes para se fazer entender as críticas e as limitações que os livros didáticos apresentam, além da necessidade de adequações metodológicas que atendam às demandas educacionais contemporâneas. Diante do cenário educacional brasileiro, é evidente que, muitos materiais utilizados nas salas de aula carecem de atualização e de uma abordagem crítica que promova a formação de cidadãos conscientes e engajados socialmente, o que, segundo Candau (2008, p. 47), compromete “a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade e promovam uma cidadania ativa e transformadora”. A construção da identidade social dos alunos está intimamente ligada à forma como a sociologia é ensinada e discutida nas escolas, influenciando diretamente sua percepção sobre a realidade social. Como destaca Charlot (2000, p. 75), a relação do estudante com o saber está profundamente conectada à sua história de vida, à sua cultura e às formas como o conhecimento é mediado no ambiente escolar.

A sociologia não apenas oferece uma base teórica para entender essas questões, mas também instiga a ação, um aspecto fundamental na formação de cidadania ativa. O ensino de sociologia deve, portanto, estar alinhado a objetivos que vão além da simples transmissão de conteúdos, mas que busquem a transformação social. Como afirma Márcia Fernandes Rosa Neu et al. (2021, p. 5), “a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

Os desafios enfrentados pelos educadores na implementação de uma educação crítica e transformadora são numerosos. Frequentemente, os professores se veem limitados por currículos rígidos, falta de recursos e pressões administrativas que podem dificultar a adoção de abordagens pedagógicas mais inovadoras. Além disso, as políticas educacionais recentes têm mudado o panorama do ensino de sociologia nas escolas brasileiras, estabelecendo um clima em que algumas iniciativas podem ser percebidas como uma tentativa de controle sobre a educação. “A militarização das escolas, o programa Escola sem Partido, o homeschooling e a inclusão do empreendedorismo como tema nos currículos, são iniciativas que promovem o controle da educação e minam a autonomia dos professores” (Zan; Krawczyk, 2023, p. 4).

A trajetória e o papel da Sociologia no ambiente escolar evidenciam seu potencial transformador diante dos desafios contemporâneos. Ao articular teoria e prática, valorizar a diversidade, estimular o pensamento crítico e questionar as desigualdades sociais, a disciplina se mostra indispensável na formação de sujeitos conscientes e atuantes. No entanto, sua efetividade depende da superação de entraves estruturais, como currículos engessados, falta de recursos e políticas que limitam a autonomia docente. Reconhecer a Sociologia como prática pedagógica emancipadora é, portanto, reafirmar o compromisso com uma educação de qualidade, capaz de formar cidadãos capazes de intervir criticamente na realidade e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.1 DESAFIOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Diante das transformações políticas, sociais e tecnológicas contemporâneas, torna-se indispensável repensar as práticas pedagógicas adotadas na disciplina, de modo a torná-las mais eficazes, inclusivas e alinhadas com as realidades dos estudantes. Nesse contexto, a incorporação de tecnologias digitais, metodologias ativas e recursos acessíveis, como jogos pedagógicos, surge como uma resposta às demandas educacionais atuais, possibilitando um ensino mais dinâmico e conectado à vivência dos alunos. Ao mesmo tempo, a formação docente, a intencionalidade pedagógica e o compromisso com a justiça social são elementos-chave para garantir que a Sociologia cumpra seu papel transformador no processo educativo.

O impacto da tecnologia nas práticas pedagógicas também merece ser destacado. O uso de plataformas digitais e recursos tecnológicos pode potencializar a aprendizagem em sociologia ao fornecer novas ferramentas para a investigação e a análise crítica. As tecnologias ajudam não apenas a diversificar as abordagens didáticas, mas também a fomentar uma comunicação mais eficaz entre os alunos e os conteúdos. As novas gerações estão cada vez mais conectadas e, portanto, a integração da tecnologia no ensino de sociologia se torna imprescindível para atender às expectativas dos estudantes contemporâneos. De acordo com Pereira (2021), “a utilização de tecnologias digitais no ensino de Sociologia amplia as possibilidades de aprendizagem ao permitir a contextualização dos conteúdos e maior envolvimento dos estudantes com a realidade social”.

A incorporação da tecnologia no ensino de Sociologia tem ampliado significativamente as possibilidades de abordagem dos conteúdos e a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. As plataformas digitais oferecem não apenas acesso a informações, mas também novos modos de interagir com o conhecimento sociológico. Ao utilizar recursos tecnológicos, os professores conseguem tornar as aulas mais dinâmicas, contextualizadas e próximas da realidade vivida pelos estudantes. Essa aproximação tem contribuído para despertar maior interesse pela disciplina e favorecer o desenvolvimento de uma postura crítica diante dos fenômenos sociais.

Uma das ferramentas mais utilizadas no contexto escolar são as plataformas de aprendizagem como o Google Classroom e o Moodle. Essas ferramentas permitem a organização de conteúdos, o compartilhamento de textos sociológicos, vídeos documentais, podcasts e fóruns de discussão. Além disso, possibilitam o acompanhamento do desempenho dos alunos de forma mais sistemática. Segundo Kenski (2012, p. 63), “as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de comunicação e de produção de conhecimento, rompendo com as limitações temporais e espaciais do ensino tradicional”. Assim, essas plataformas tornam o processo de ensino-aprendizagem mais colaborativo e personalizado.

Outro exemplo relevante é o uso de vídeos e documentários disponíveis em plataformas como YouTube e Netflix. Recursos audiovisuais como a série “Explicando” ou documentários como “Privacidade Hackeada” ou “O Dilema das Redes” podem ser utilizados para ilustrar temas como controle social, cultura de massa, desigualdade, mídia e tecnologia, estimulando o pensamento crítico dos alunos. Ao assistir a essas produções, os estudantes conseguem relacionar a teoria sociológica com fatos atuais, o que fortalece o processo de compreensão dos conteúdos.

Além disso, ferramentas de pesquisa e organização de ideias, como o Google Forms e Padlet, possibilitam a realização de enquetes, quizzes e murais colaborativos. Essas estratégias são eficazes para iniciar debates, verificar conhecimentos prévios, coletar percepções dos alunos sobre temas sociais e estimular a participação de todos, inclusive dos mais tímidos. Tais instrumentos proporcionam ao professor a coleta de dados que podem ser analisados coletivamente com a turma, promovendo um exercício prático de reflexão sociológica.

As redes sociais também podem ser utilizadas com intencionalidade pedagógica. A análise crítica de postagens no Instagram, Facebook ou TikTok, por exemplo, permite discutir temas como representações sociais, identidade, consumo, globalização e desigualdade. O importante, nesse caso, é mediar essas análises com base em categorias sociológicas e autores

estudados. Segundo Castells (2013, p. 29), “as redes digitais são o novo espaço de construção social da realidade”, e, por isso, seu uso consciente em sala de aula contribui para que os alunos compreendam as dinâmicas sociais em ambientes virtuais.

Ferramentas de mapas conceituais, como o Coggle e o MindMeister, também são úteis no ensino de Sociologia. Elas ajudam os alunos a organizar e visualizar as relações entre conceitos, autores e teorias. Ao construir um mapa conceitual sobre, por exemplo, as teorias de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, o aluno é levado a sintetizar ideias, o que favorece a aprendizagem significativa. Esse tipo de atividade estimula o raciocínio lógico e a capacidade de argumentação, habilidades fundamentais para o pensamento sociológico.

É importante destacar que a utilização dessas tecnologias deve ser orientada por objetivos pedagógicos claros. A tecnologia, por si só, não garante aprendizagem. O papel do professor é essencial para selecionar os recursos mais adequados, orientar seu uso e contextualizar as experiências digitais dos alunos dentro do campo da Sociologia. Como destaca Moran (2015, p. 42), “a tecnologia é meio, e não fim. Ela precisa estar integrada a uma proposta pedagógica crítica e participativa, que coloque o aluno no centro do processo”. Dessa forma, o uso das tecnologias torna-se uma ferramenta eficaz para aproximar os estudantes da realidade social e desenvolver uma formação mais reflexiva e transformadora.

No entanto, é preciso reconhecer que muitos estudantes e professores ainda enfrentam dificuldades de acesso a essa estrutura tecnológica, seja pela ausência de equipamentos, conexão à internet ou pela falta de formação adequada para o uso desses recursos. Essa realidade evidencia a necessidade de buscar alternativas pedagógicas que também sejam inclusivas e acessíveis a diferentes contextos escolares.

Nesse cenário, os jogos pedagógicos físicos surgem como uma estratégia importante para o ensino de Sociologia. Eles possibilitam a aprendizagem ativa, estimulam a participação dos alunos e favorecem a construção coletiva do conhecimento. Jogos como tabuleiros temáticos, cartas com dilemas sociais, dinâmicas de role-playing (interpretação de papéis) ou atividades de dramatização permitem que os estudantes explorem conceitos sociológicos de maneira concreta e interativa. Por meio dessas práticas, é possível trabalhar temas como desigualdade, cidadania, identidade, cultura e direitos de forma significativa.

Além de acessíveis, os jogos físicos promovem o desenvolvimento de habilidades como o trabalho em equipe, a empatia, o pensamento crítico e a capacidade argumentativa. Quando bem planejados, eles criam um ambiente de aprendizagem que respeita os ritmos dos alunos e valoriza a experiência coletiva. Como afirma Luckesi (2011, p. 88), “a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno se envolve ativamente com os conteúdos e os ressignifica

em sua vivência”. Portanto, mesmo em contextos com limitações tecnológicas, é possível garantir um ensino de Sociologia dinâmico e transformador, desde que se valorizem práticas pedagógicas criativas e centradas na realidade dos estudantes.

A trajetória política contemporânea, marcada por um crescente conservadorismo, colocou em evidência a necessidade de uma educação crítica que capacite os alunos a questionar narrativas dominantes. Safatle (2018, p. 61) discute como "A trajetória política da direita brasileira é uma combinação complexa de conservadorismo e neoliberalismo, que se manifesta em variadas formas de discurso que frequentemente se opõem aos direitos humanos". Essa análise aponta para a importância do papel da educação em formações de resistência e reflexão crítica. Os alunos que são expostos a um ensino crítico em sociologia são mais propensos a se envolver em debates sociais e a participar de ações comunitárias. Essa relação é essencial na formação de cidadãos informados e engajados, capazes de contribuir para a promoção da justiça social nas escolas e na sociedade em geral. "A promoção de uma educação voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação é um elemento fundamental para garantir a inclusão de todos os estudantes no processo educativo" (Teixeira; Silva, 2022, p. 250).

A intersecção entre as práticas pedagógicas na Sociologia e os conceitos teóricos presentes na formação dos educadores é outro aspecto relevante. A literatura sugere que a história social e a dinâmica das relações sociais impactam diretamente na produção do conhecimento pedagógico e nos métodos utilizados na formação de professores e no currículo da Sociologia. "A história social e a dinâmica das relações sociais impactam diretamente na produção do conhecimento pedagógico e nos métodos utilizados na formação de professores e no currículo da Sociologia" (Weffort, 1984, p. 36). Esse entendimento é fundamental para que os educadores possam articular os conteúdos trabalhados com as experiências cotidianas dos alunos, tornando as aulas mais relevantes e significativas.

Um dos mecanismos mais significativos por meio dos quais as metodologias de ensino podem ser avaliadas é a promoção do aprendizado significativo, que favorece a conexão entre o conteúdo acadêmico e a realidade do aluno. Estratégias como projetos interdisciplinares são eficazes nesse processo, permitindo que os alunos se envolvam ativamente com questões sociais contemporâneas, como aponta Ausubel (2003, p. 82): “A aprendizagem significativa ocorre quando o conteúdo a ser aprendido é relacionado a um conhecimento pré-existente, formando uma estrutura de compreensão mais complexa”.

O uso de jogos pedagógicos, aliado à integração de novas tecnologias, oferece uma perspectiva promissora para tornar o ensino da Sociologia mais envolvente e relevante. Ao

mesmo tempo, a fundamentação teórica e a pesquisa contínua sobre essas práticas pedagógicas em Sociologia são essenciais para superar as lacunas existentes e aprimorar as estratégias de ensino, promovendo a formação de cidadãos críticos, informados e comprometidos com a transformação social" (Zan; Krawczyk, 2023, p. 4).

Discutir o direito à educação no ensino de Sociologia é fundamental porque esse campo do conhecimento oferece as ferramentas teóricas e críticas para que os estudantes compreendam a educação como um direito social, historicamente conquistado e constantemente ameaçado. A Sociologia permite que os alunos analisem as estruturas sociais que sustentam as desigualdades educacionais no Brasil, possibilitando a reflexão sobre o acesso, a permanência e a qualidade do ensino. Nesse sentido, abordar o direito à educação em sala de aula contribui para a construção de uma consciência cidadã e crítica, condição essencial para o exercício pleno da democracia.

Além disso, a Sociologia, ao tratar de temas como cidadania, políticas públicas e direitos, favorece a formação de sujeitos ativos e participativos, capazes de identificar injustiças sociais e propor transformações. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta que o ensino de Sociologia deve promover o protagonismo estudantil por meio do entendimento dos fenômenos sociais e políticos. Metodologias lúdicas, como o jogo Jogando com os Fatos, apresentado na dissertação, mostram-se eficazes para engajar os estudantes e tornar mais acessível a discussão sobre temas complexos, como a garantia do direito à educação.

Como destaca Paulo Freire (1996, p. 73), "a educação deve ser um exercício contínuo de reflexão crítica, onde os direitos básicos e a justiça social não são apenas discutidos, mas vivenciados pelos estudantes como um compromisso para transformar a realidade em que vivem". A proposta pedagógica baseada em jogos e práticas dialógicas fortalece essa visão, ao tornar a aprendizagem mais significativa, vinculada às experiências dos estudantes e comprometida com a transformação social. Em um cenário educacional marcado por desafios estruturais e disputas ideológicas, o ensino de Sociologia precisa reafirmar seu potencial emancipador, articulando teoria, prática e inovação pedagógica. O uso consciente das tecnologias, a valorização de estratégias inclusivas como os jogos educativos e a construção de vínculos entre o saber escolar e a realidade social dos estudantes são caminhos possíveis para uma aprendizagem significativa e crítica. No entanto, essas práticas só se consolidam quando alicerçadas por uma formação docente sólida e por um projeto pedagógico que reconheça a diversidade, promova a equidade e fortaleça a cidadania. Assim,

a Sociologia escolar reafirma-se não apenas como conteúdo, mas como prática de resistência, reflexão e transformação social.

2.2 A SOCIOLOGIA COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO DE DIREITOS

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito social fundamental e um dever do Estado, da família e da sociedade. No artigo 6º, a educação é listada entre os direitos sociais, ao lado da saúde, do trabalho e da moradia, reforçando seu papel central na garantia da dignidade humana. Já o artigo 205 define com clareza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Essa definição amplia o entendimento da educação como instrumento de emancipação e não apenas como transmissão de conteúdo.

Além disso, o texto constitucional estabelece princípios que devem orientar a educação brasileira, entre eles: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática do ensino público (art. 206). Esses princípios não apenas direcionam a formulação de políticas públicas, como também apontam para a necessidade de superar as desigualdades históricas que marcam o sistema educacional brasileiro. A Constituição, portanto, reconhece a educação como um direito que deve ser universal, equitativo e de qualidade, o que exige ações concretas do poder público em todas as esferas.

O Brasil tem uma longa história de desigualdades educacionais que afetam a implementação eficaz das diretrizes curriculares, sendo comum a resistência em escolas mais conservadoras à inclusão de questões de direitos básicos. Como indicado por Teixeira e Silva (2022, p. 19), “O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado.” Isso sugere que, ao discutir a promoção dos direitos no ensino de sociologia, é fundamental reconhecer como as diferentes realidades locais influenciam a prática pedagógica.

Além disso, a Constituição de 1988 não apenas fundamentou a criação dessas legislações, mas também impulsionou a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade e da justiça social. O Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo,

estabelecido pela Lei n.º 13.005/2014, define diretrizes para a universalização do ensino e a redução das desigualdades educacionais no Brasil (Brasil, 2014). No contexto catarinense, o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense reforça a importância de uma educação que valorize os direitos básicos, a diversidade e a participação democrática como elementos essenciais para a formação cidadã (Santa Catarina, 2019).

Dessa forma, a consolidação dos direitos sociais não é exclusiva da legislação, o envolvimento em ações que busquem garantir a inclusão e a justiça social também caracterizam ações transformadoras. Os textos que fundamentam os direitos e a educação são frutos de um longo processo histórico marcado por vivências, opressões e a busca por transformação social. Ao longo da história, pensadores e agentes de mudança foram perseguidos, exilados e afastados de suas funções por desafiam estruturas estabelecidas. Um exemplo notável é Paulo Freire, patrono da educação brasileira, que desenvolveu uma visão crítica e emancipatória do ensino, a qual, embora tenha enfrentado resistência, se tornou uma referência mundial na luta por uma educação libertadora e democrática (Freire, 1996, p. 45).

A proposta pedagógica de Paulo Freire, expressa em obras como *Pedagogia do Oprimido* (1987), defende uma educação dialógica e crítica, na qual o aprendizado ocorre por meio da reflexão sobre a realidade e da participação ativa dos sujeitos no processo educativo. No contexto catarinense, o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense reforça essa perspectiva ao destacar a importância da problematização e da construção coletiva do conhecimento como formas de emancipação social (Santa Catarina, 2019). Dessa maneira, percebe-se que a luta por uma educação transformadora continua sendo uma necessidade na consolidação dos direitos básicos e da democracia.

A relação entre o ensino de Sociologia e o direito à educação transparece a necessidade de uma abordagem educacional que envolva um ensino reflexivo e contextualizado. Ir além da transmissão de conteúdos está intrinsecamente ligado à formação de cidadãos preparados para os desafios do presente e do futuro. Garantir um ensino estruturado e alinhado com as demandas sociais não é apenas uma necessidade, mas um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. O estudo da Sociologia não apenas oferece uma estrutura teórica para a análise das condições sociais e das desigualdades presentes na sociedade, mas também instiga os alunos a refletirem sobre suas responsabilidades cívicas. A inclusão dos direitos básicos e por consequência o direito à educação no currículo de Sociologia pode transformar a percepção dos estudantes, levando-os a entender a importância da justiça social e da igualdade em seus contextos cotidianos. A educação deve ser um exercício contínuo de reflexão crítica, onde os direitos básicos e a

justiça social não são apenas discutidos, mas vivenciados pelos estudantes como um compromisso para transformar a realidade em que vivem (Freire, 1996, p. 73).

A trajetória dos direitos básicos e do direito à educação no país, que inclui lutas significativas e conquistas, deve ser abordada para que os estudantes reconheçam a importância de se engajar ativamente na defesa e promoção desses direitos. O ensino sociológico permite que eles explorem os impactos das políticas públicas e as legislações que afetam suas vidas e as de seus semelhantes, ajudando a construir uma noção mais profunda de justiça social. Como destaca a BNCC (BRASIL, 2017), a cidadania deve ser desenvolvida de forma crítica, articulando os saberes escolares com as transformações sociais que moldam a vida coletiva.

O ensino de Sociologia, ao incorporar o direito à educação em suas abordagens pedagógicas, oferece aos estudantes as ferramentas necessárias para compreender as dinâmicas sociais e políticas que permeiam as desigualdades e as injustiças presentes na sociedade. A reflexão crítica, o protagonismo e a participação ativa dos alunos são essenciais para que a educação cumpra sua função transformadora. Ao integrar o direito à educação de forma consistente no currículo, a Sociologia não apenas educa para a cidadania, mas também fortalece a formação de uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, a educação em Sociologia deve ser entendida como um processo contínuo de sensibilização, que desafia os estudantes a se engajarem com as questões sociais e a contribuírem para a promoção de uma convivência mais igualitária e solidária.

3 A EDUCAÇÃO EM DADOS NO BRASIL

A educação no Brasil, tema central do debate sobre o desenvolvimento social e econômico do país, tem apresentado avanços consideráveis no acesso, mas ainda enfrenta desafios significativos relacionados à qualidade do ensino e às desigualdades regionais. De acordo com dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível traçar um panorama detalhado das condições educacionais no país.

O Brasil tem mostrado progressos substanciais no acesso à educação. A taxa bruta de matrícula no ensino fundamental é de aproximadamente 98%, refletindo que a maioria das crianças em idade escolar está matriculada (INEP, 2021). No entanto, a taxa bruta de matrícula no ensino médio é inferior, atingindo 85% dos jovens entre 15 e 17 anos (INEP,

2021). Já a taxa líquida de matrícula no ensino fundamental chega a 93%, enquanto no ensino médio é de 73% (IBGE, 2021), evidenciando uma queda significativa quando consideramos apenas os alunos na faixa etária correta para o nível de ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que avalia a qualidade do ensino com base no desempenho em português e matemática e nas taxas de aprovação, revela a necessidade urgente de melhorias no sistema educacional brasileiro. O IDEB do ensino fundamental alcançou 5,9 em 2021, ainda abaixo da meta de 6,0 estabelecida para o período (INEP, 2021). No ensino médio, a média foi de 4,2, muito distante da meta de 5,0 (INEP, 2021). Esses números refletem a fragilidade do sistema, que não consegue garantir a aprendizagem de todos os alunos, especialmente nas áreas mais carentes.

Além disso, as taxas de reprovação são altas. Cerca de 12% dos alunos do ensino fundamental e 15% do ensino médio reprovam anualmente (INEP, 2020), o que é um reflexo de problemas estruturais como a falta de infraestrutura escolar adequada e a defasagem no aprendizado.

Outro dado preocupante é a taxa de abandono escolar, que atinge cerca de 11% no ensino médio (INEP, 2020). Esse índice é ainda mais elevado nas regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, onde muitos jovens abandonam os estudos para ingressar no mercado de trabalho ou por não enxergarem a escola como uma alternativa viável. Essa desigualdade regional é um dos maiores obstáculos para a universalização do ensino no Brasil.

O investimento público em educação no Brasil é de aproximadamente 6% do PIB, um valor superior à média global. No entanto, essa quantidade de recursos ainda é insuficiente para resolver as desigualdades educacionais existentes no país (MEC, 2021). O Fundeb, que financia cerca de 60% dos recursos destinados à educação básica pública, é uma fonte importante, mas a distribuição dos recursos ainda não é equitativa, prejudicando as regiões mais necessitadas (MEC, 2021).

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), os dados revelam um cenário preocupante: apenas cerca de 10% da população adulta está inserida nessa modalidade de ensino, o que evidencia o desafio de garantir o direito à educação ao longo da vida (IBGE, 2020). Da mesma forma, a inclusão de alunos com deficiência na educação básica ainda é limitada, representando apenas 1,7% das matrículas no sistema educacional (INEP, 2020). Esses dados refletem não apenas a persistência das desigualdades, mas também a insuficiência de políticas públicas efetivas e de investimentos adequados em infraestrutura escolar e formação docente. Como destacam Teixeira e Silva (2022, p. 19), “o Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência

dos estudantes e ao seu aprendizado”, o que demonstra a urgência de ações estruturantes para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em relação ao desempenho dos alunos brasileiros em avaliações internacionais, os resultados do PISA 2018 foram abaixo da média da OCDE. O Brasil obteve 408 pontos em leitura, 384 pontos em matemática e 407 pontos em ciências, números que ficam aquém das médias internacionais de 487, 489 e 489 pontos, respectivamente (OCDE, 2018). Esse desempenho reforça a necessidade de melhorias significativas na qualidade do ensino.

Os resultados do ENEM 2022 também evidenciam disparidades no acesso à educação de qualidade. A média nacional foi de 531 pontos, com uma clara divisão entre os alunos da rede pública e da rede privada, refletindo as desigualdades socioeconômicas que marcam o sistema educacional brasileiro (INEP, 2022). A média dos alunos da rede privada foi de 640 pontos, superior à média nacional. A média dos alunos da rede pública foi de 484 pontos, uma diferença significativa em relação aos da rede privada (INEP, 2022).

O acesso ao ensino superior no Brasil continua sendo profundamente desigual, refletindo marcantes disparidades sociais, regionais e raciais, mesmo diante dos avanços institucionais registrados nas últimas décadas. Uma análise crítica desses dados, à luz das teorias sociológicas, evidencia que a democratização da educação superior ainda não foi plenamente concretizada, pois permanece condicionada por estruturas históricas de exclusão e por um modelo educacional que contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Como afirma Bourdieu (1989, p. 190), "o sistema escolar tende a converter desigualdades sociais em desigualdades escolares, legitimando, assim, as hierarquias existentes sob a aparência de mérito". Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas que rompam com a lógica reprodutora e promovam uma inclusão efetiva no ensino superior.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2022), apenas 23,3% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior, índice que está abaixo da meta de 33% prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024. Esse dado escancara a seletividade do ensino superior brasileiro, que, conforme aponta Bourdieu (1989), tende a funcionar como um mecanismo de legitimação das desigualdades, ao transformar o capital cultural herdado pelas elites em mérito individual.

Outro fator revelador é a predominância do setor privado: de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2022), 75% das matrículas no ensino superior ocorrem em instituições privadas, muitas vezes acessadas por meio de financiamento estudantil (FIES) ou bolsas do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Essa configuração amplia o acesso em termos quantitativos, mas perpetua um modelo dual, no qual o ensino gratuito e de maior

qualidade, ofertado pelas universidades públicas, continua restrito às elites educacionais, fenômeno já denunciado por Florestan Fernandes (1975), ao analisar a resistência das classes dominantes à democratização do ensino superior no Brasil.

Nesse contexto, políticas públicas como o Sistema de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), vinculado ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desempenham um papel fundamental na promoção de maior equidade. O uso do ENEM como critério nacional de ingresso substitui vestibulares desiguais e descentralizados, promovendo maior transparência e uniformidade nos processos seletivos. Em 2023, o SISU contabilizou mais de 1,2 milhão de inscritos, evidenciando sua importância na ampliação do acesso (MEC, 2023). Já o sistema de cotas garantiu, em 2022, que 55% dos ingressantes nas universidades federais fossem oriundos de escolas públicas e grupos historicamente marginalizados (Andifes, 2023).

A desigualdade no acesso à educação superior não é apenas um reflexo das condições econômicas de cada região, mas também está intimamente ligada a fatores históricos e estruturais. A falta de investimentos adequados em infraestrutura, a escassez de recursos financeiros e a dificuldade de acesso à educação de qualidade em algumas regiões contribuem para perpetuar essas disparidades. Além disso, as políticas públicas voltadas para o ensino superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), apesar de terem ampliado o acesso, ainda não são suficientes para garantir a equidade entre as regiões.

Portanto, é necessário um esforço contínuo do Estado e da sociedade para promover uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades educacionais. A criação de mais universidades públicas em regiões carentes, a melhoria na infraestrutura e o incentivo ao acesso ao ensino superior nas áreas mais periféricas são passos fundamentais para garantir que a educação superior seja de fato um direito acessível a todos, e não um privilégio de poucos. É imperativo que as políticas públicas reflitam o compromisso com a universalização do ensino superior de qualidade, atendendo às necessidades de todas as regiões e promovendo o desenvolvimento social e econômico do país como um todo (INEP, 2022).

Embora as políticas públicas tenham ampliado significativamente o número de estudantes no ensino superior, os dados revelam que o acesso continua condicionado a fatores históricos e sociais. A leitura sociológica desses dados permite não apenas interpretá-los, mas também orientar ações mais eficazes para o enfrentamento das desigualdades. O desafio que se impõe é o de avançar em direção a um sistema educacional verdadeiramente democrático,

em que o direito à universidade não dependa da origem social, racial ou regional do estudante, mas seja assegurado como parte essencial da cidadania.

Segundo Chirinéa e Brandão (2015) o IDEB é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n.º 6.094/07), dispositivo legal que coloca em ação as 28 propostas contidas no PDE, cujo eixo principal é a qualidade educacional, bem como a mobilização social para atingir as metas estabelecidas pelo plano. Para tanto, empreende-se uma articulação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil em prol da qualidade da educação. Segundo o Art. 1.º do Decreto 6.094: O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. (Brasil, 2007, p. 1).

A Sociologia desempenha um papel importante na formação de um cidadão crítico, capaz de analisar a realidade de maneira reflexiva e informada. Como afirma Gohn (2010), a Sociologia oferece aos alunos os instrumentos necessários para pensar sobre o mundo a partir dos diversos paradigmas elaborados pelos cientistas sociais. Ela proporciona uma base para questionar questões relevantes como: "Por que há tanta violência na sociedade atualmente?" ou "Por que a crise econômica afeta a todos?". Ao propiciar esse tipo de reflexão, a Sociologia se configura como uma ferramenta essencial para a formação de uma consciência crítica. De acordo com Souza (2002), a disciplina também "desnaturaliza" os fenômenos sociais, ou seja, permite que os estudantes compreendam que as situações cotidianas, muitas vezes vistas como naturais ou imutáveis, são construções sociais que podem ser transformadas. Essa capacidade de desnaturalização é fundamental para que o aluno perceba as possibilidades de mudança e transformação social.

Essas relações materializam-se nas diversas instâncias sociais: processo de socialização e instituições sociais, cultural e indústria cultural, trabalhar, produção e classes sociais, direito, cidadania e movimentos sociais, poder, política e ideologia.

A educação nos dá inúmeras oportunidades e uma delas, que mais se destaca, é a oportunidade de ser um pesquisador, consequentemente poder utilizar deste conhecimento adquirido através da prática, dos dados para intervir na realidade social, este caminho é um caminho árduo, uma caminhada longa, mas nada deve ser mais gratificante que a possibilidade para intervenção do desenvolvimento social de acordo com Raabe e Gomes (2018, p.7)

Essa crescente democratização do conhecimento e das tecnologias faz com que o potencial de inovar comece a despontar e ganhar força em contextos diferentes daqueles tradicionalmente observados na literatura de gestão e inovação. A inovação já não se restringe à esfera empresarial, mas passa a acontecer também em novos e diferentes contextos, ainda não contemplados pelas teorias existentes.

Neste mesmo sentido, precisamos compreender as estruturas de dominação do estado e suas ideologias políticas. Aprender os conceitos de dominação, de estratificação, de mobilidade social. Compreender as formas de ação social presentes na sociedade, e também os diversos tipos de papéis sociais existentes. As escolas enfrentam a necessidade de integrar metodologias ativas no ensino, onde a inclusão do tratamento e análise de dados possibilita uma formação mais crítica dos estudantes. A proposta é que essa educação fortaleça a capacidade dos alunos de discernir e interpretar as informações ao seu redor, levando-os a um padrão mais elevado de cidadania e responsabilidade social. Nesse sentido, a formação de cidadãos críticos deve considerar a importância dos dados educacionais e sua integridade na construção de uma pedagogia que valorize o conhecimento e a participação.

4 SANTA CATARINA E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

O ensino de Sociologia em Santa Catarina se insere em um contexto educacional complexo, marcado por profundas transformações curriculares, desafios estruturais e uma rica diversidade sociocultural. A presença de influências indígenas, afro-brasileiras e europeias no estado exige uma abordagem pedagógica inclusiva, crítica e sensível às realidades locais. A implementação do Novo Ensino Médio, com suas implicações na carga horária e na organização curricular, tem gerado impactos significativos no cotidiano das escolas e na formação dos estudantes, especialmente no turno noturno. Diante desse cenário, reflete-se sobre o papel da Sociologia na construção de uma educação que valorize os direitos básicos, o pensamento crítico e a cidadania ativa, conforme previsto nas diretrizes nacionais da educação brasileira.

A implementação do Novo Ensino Médio (NEM) em Santa Catarina, em consonância com a Lei nº 13.415/2017, promoveu alterações na estrutura curricular e na organização da carga horária escolar. No turno noturno, a duração do curso foi ampliada de três para quatro anos, com o objetivo de cumprir a carga horária total de 3.000 horas exigida pela legislação federal. Essa mudança tem provocado impactos significativos, sobretudo para

estudantes trabalhadores, cujas jornadas prolongadas dificultam a permanência e comprometem o desempenho escolar (Dantas; Pereira, 2022).

No período diurno, a ampliação da carga horária mínima anual de 800 para 1.000 horas também demandou adaptações nas grades curriculares, levando à necessidade de seis períodos semanais de aula ou ao aumento da carga horária diária. Tais medidas influenciam diretamente na rotina dos estudantes e exigem maior capacidade de organização das instituições escolares (Santa Catarina, 2023).

Essas transformações evidenciam o esforço do estado em atender às diretrizes nacionais e promover uma formação mais alinhada às exigências do século XXI. Contudo, apontam para a urgência de um acompanhamento contínuo das políticas educacionais, garantindo que a implementação do NEM ocorra com equidade e real benefício à trajetória dos alunos.

A realidade escolar pública brasileira é algo muito similar na maioria dos locais, os estudantes ao entrarem no ensino médio, iniciam sua jornada no mercado de trabalho. São vários os fatores que levam o estudante a trabalhar, desde a necessidade de ajudar a família, a necessidade de ter uma independência, e principalmente a busca pelos sonhos. Porém na maioria das vezes o estudante precisa trabalhar o dia todo para ter um retorno financeiro significativo ou que possa lhe ajudar, e desta forma ele passa a estudar no período noturno. Ao aumentar sua jornada de 3 para 4 anos, situação que muitas vezes não é uma opção e sim uma necessidade, inicia-se um processo de desânimo. Junto com esse processo de desânimo, acrescenta-se o fato que se o jovem trabalha o dia todo ele estará cansado, e ainda para agregar fatores transformar a jornada escolar em um empecilho para a realização dos sonhos ao invés de ser o fator contribuinte para o sucesso profissional e pessoal do estudante. Conforme destaca Saviani (2008), a permanência na escola, especialmente no ensino médio, é atravessada por desigualdades sociais profundas que forçam muitos estudantes a ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Isso gera sobrecarga, cansaço e desmotivação, criando um ciclo em que a educação, em vez de ser um meio de emancipação, torna-se mais um obstáculo à realização pessoal e profissional dos jovens.

Com a implementação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina, especialmente no período noturno com duração estendida para quatro anos, surgiram impactos imediatos na permanência dos estudantes. Muitos desses alunos já têm 18 ou 19 anos, idade em que a obrigatoriedade legal de frequência escolar, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), deixa de vigorar. Como consequência, parte significativa dos jovens especialmente aqueles que estão na escola por obrigação legal e enfrentam condições

socioeconômicas adversas opta por abandonar os estudos em favor da inserção no mercado de trabalho ou para lidar com responsabilidades familiares precoces, como a criação de filhos.

A redução da carga horária de Sociologia tem sido objeto de debates e críticas por parte de educadores, sociólogos e defensores da importância das ciências sociais para a formação cidadã dos estudantes. Em 2021, o governo de Santa Catarina, iniciou a implantação do novo ensino médio, com algumas escolas piloto, e em 2022 a implantação ocorreu em praticamente todas as unidades, disciplinas como projeto de vida e caminhos formativos passaram a fazer parte do currículo, o principal objetivo é a flexibilização do currículo, possibilitando que os estudantes optem por caminhos de aprendizado que tenham mais identificação, mesmo não havendo muitas possibilidades de escolha. Para tornar esse currículo possível, várias disciplinas passaram por mudanças em sua carga horária, as novas disciplinas ganharam um espaço e as antigas tiveram sua redução na carga horária para ser possível a inclusão das novas.

Os impactos da implementação do Novo Ensino Médio, enquanto política educacional mais ampla, ainda não podem ser plenamente avaliados em termos de resultados de aprendizagem ou transformações estruturais. No entanto, mudanças significativas já se tornaram perceptíveis na prática cotidiana das escolas desde 2023. Estudantes do período diurno passaram a cumprir uma carga horária ampliada, tendo que optar por frequentar seis períodos semanais em vez de cinco, ou estender a jornada diária para cinco horas de aula ao invés das quatro habituais. Já os estudantes do período noturno tiveram sua trajetória escolar estendida de três para quatro anos, como forma de atender à nova carga horária mínima exigida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017). Essa reorganização foi necessária para garantir a formação integral dos estudantes, conforme as diretrizes curriculares e a proposta de flexibilização defendida pela reforma. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (2024), tais adequações visam atender às exigências legais sem comprometer a qualidade da formação dos alunos, especialmente no turno noturno, cujas especificidades exigem maior atenção no planejamento pedagógico.

Em 2022, por exemplo, em uma escola da rede estadual, apenas 11 dos 16 estudantes de uma turma do noturno continuavam frequentando as aulas no final do ano letivo, uma taxa de evasão superior a 30%. Esses dados refletem uma realidade mais ampla: segundo relatório da Univille (2023), Santa Catarina registrou evasão de até 63% no ensino médio noturno em determinadas unidades escolares. Essa conjuntura provocou mobilizações sociais e audiências públicas, como a realizada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em maio de 2023, que evidenciaram a necessidade urgente de revisão da proposta. Como

resultado, o governo estadual iniciou ajustes na estrutura do Novo Ensino Médio, buscando mitigar seus efeitos colaterais e garantir maior equidade no acesso e permanência dos estudantes na educação básica.

Para o ano de 2024, o Novo Ensino Médio em Santa Catarina passou a adotar uma jornada escolar diária de quatro horas para todos os turnos, inclusive o noturno, com a inclusão de disciplinas ministradas de forma remota. Essa solução foi adotada como alternativa para reduzir o tempo total de curso no período noturno de quatro para três anos e, ao mesmo tempo, manter os estudantes do diurno em apenas um turno presencial. Embora essa estratégia possa parecer um "ganho" para todas as partes, estudantes com menos tempo na escola e, supostamente, menor evasão escolar, a proposta levanta preocupações pedagógicas relevantes. A experiência com o ensino remoto durante a pandemia da COVID-19 já demonstrou limitações sérias quanto ao engajamento, à aprendizagem efetiva e à desigualdade de acesso (Oliveira; Araújo, 2021). No entanto, parece que a ênfase foi mais sobre o cumprimento formal da carga horária do que na qualidade da formação oferecida.

Segundo o novo modelo curricular adotado, a carga horária total para cada ano será de 750 horas, totalizando 3.000 horas ao longo do Ensino Médio. Na Formação Geral Básica (FGB), os alunos terão 570 horas na 1ª série, 360 horas na 2ª série e 390 horas nas 3ª e 4ª séries. Nos Itinerários Formativos, serão 180 horas na 1ª série, 390 horas na 2ª série e 360 horas nas 3ª e 4ª séries. Assim, ao todo, serão 1.710 horas dedicadas à FGB e 1.290 horas aos Itinerários Formativos. Essa reorganização curricular reflete uma tendência de priorização de disciplinas consideradas fundamentais, como Matemática e Língua Portuguesa, em detrimento das Ciências Humanas, como a Sociologia. A redução da carga horária de Sociologia pode comprometer a formação crítica dos estudantes, uma vez que limita o espaço para discussões sobre temas sociais relevantes e o desenvolvimento do pensamento reflexivo. Especialistas alertam que essa diminuição pode afetar negativamente a compreensão dos alunos sobre questões sociais complexas e a capacidade de análise crítica da realidade.

A prática docente, nesse cenário, sofre impacto direto. A introdução de disciplinas remotas exige não apenas domínio tecnológico, mas também uma reformulação metodológica que nem sempre é viável nas condições estruturais da maioria das escolas públicas. Mais do que isso, a ausência de espaços efetivos de discussão pedagógica sobre o como se ensina, em vez do quanto se ensina, revela uma fragilidade estrutural na implementação curricular. A carga horária passou a ser preenchida por meio de estratégias operacionais, como a educação a distância, muitas vezes aplicada a componentes curriculares considerados secundários, o que esvazia o papel formativo da escola como espaço de diálogo e reflexão crítica.

Sob uma perspectiva sociológica, essa lógica de reestruturação revela uma tendência tecnicista da política educacional, que valoriza números e indicadores de permanência escolar em detrimento da qualidade da experiência educacional (Dubet, 2004). Para enfrentar esse desafio, é necessário que a prática docente incorpore projetos pedagógicos que articulem teoria e realidade, como, por exemplo, planos de aula interdisciplinares que problematizam o próprio Novo Ensino Médio, a partir da análise de dados sociais e do cotidiano dos estudantes, promovendo, assim, uma leitura crítica da realidade. Iniciativas como rodas de conversa sobre trabalho, juventude e desigualdade social podem transformar a sala de aula em espaço de construção ativa de conhecimento, dando sentido ao currículo e fortalecendo a permanência escolar por meio do engajamento.

Os desafios enfrentados na aplicação das diretrizes curriculares para o ensino de Sociologia são numerosos e impactam diretamente o cotidiano escolar. Entre os principais obstáculos, destacam-se a escassez de recursos materiais e humanos, o que dificulta a implementação de metodologias ativas, essenciais para um ensino significativo e conectado à realidade dos estudantes. Em muitas escolas públicas de Santa Catarina, a carência de laboratórios de informática, bibliotecas atualizadas e formação continuada para professores limita as possibilidades de inovação pedagógica. A superação desses entraves exige investimento estruturante e, sobretudo, o alinhamento entre as políticas públicas educacionais e as necessidades específicas das escolas, de forma que as diretrizes sociológicas previstas na BNCC (Brasil, 2018) possam efetivamente se traduzir em práticas que estimulem o pensamento crítico e a participação cidadã.

Apesar dessas limitações, algumas escolas têm desenvolvido estratégias criativas e eficazes para promover o ensino de Sociologia. Um exemplo vem da Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves, em São José (SC), que implementou, em 2023, o projeto Jogo e Cidadania. Nele, estudantes do ensino médio participam da criação e aplicação de jogos de tabuleiro baseados em temas como desigualdade social, direitos básicos e movimentos sociais. A iniciativa tem contribuído para o engajamento dos alunos e fortalecido o aprendizado por meio da ludicidade e da interação entre pares. Outro caso é o projeto Sociologia em Jogo, realizado no IFSC - Campus Criciúma, no qual professores utilizaram RPGs educativos para discutir temas como identidade cultural e relações de poder, promovendo o protagonismo juvenil e a articulação entre teoria sociológica e vivência cotidiana.

Essas práticas demonstram como o uso de jogos pode se tornar uma ferramenta pedagógica potente, especialmente em um cenário marcado pela desmotivação estudantil e

pela rigidez curricular. Ao permitir que os estudantes sejam sujeitos ativos do processo de aprendizagem, os jogos oferecem uma alternativa concreta à transmissão tradicional de conteúdo, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e contribuindo para uma educação mais crítica, inclusiva e significativa.

Diante dos desafios enfrentados pelo ensino de Sociologia em Santa Catarina, torna-se evidente a necessidade de ações integradas que garantam a efetividade das políticas educacionais, assegurando a permanência, a motivação e o desenvolvimento integral dos estudantes. A valorização das Ciências Humanas no currículo do Ensino Médio, o investimento em recursos pedagógicos e a promoção de metodologias ativas são caminhos possíveis para consolidar uma formação crítica e transformadora. Iniciativas criativas como projetos interativos e o uso de jogos educativos mostram-se promissoras ao aproximar o conteúdo da realidade dos alunos. Assim, a Sociologia reafirma seu papel essencial na promoção da cidadania, do respeito à diversidade e da construção de uma sociedade mais justa e democrática

5 O USO DE JOGOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Em um contexto educacional desafiador, onde a tarefa de transformar teorias abstratas em experiências de aprendizagem significativas é constante, as aulas de Sociologia podem encontrar obstáculos como a limitação de recursos disponíveis e a necessidade de maior apoio à formação docente. Quando os conteúdos permanecem distantes da realidade dos estudantes, a disciplina torna-se marcada pela desmotivação, pelo desinteresse e até pela evasão escolar. “Quando a educação não é contextualizada com a realidade do educando, ela se torna uma prática de domesticação e não de libertação” (Freire, 1987, p. 47). Nesse cenário, repensar práticas pedagógicas que permitam alinhar o ensino sociológico tanto às demandas curriculares quanto aos interesses dos alunos, assegurando seu engajamento e senso de pertencimento. Este texto explora a criação de aulas práticas de Sociologia e apresenta o uso de jogos educativos como estratégia capaz de promover o pensamento crítico, o protagonismo estudantil e a formação cidadã, transformando a sala de aula em um espaço vivo de construção coletiva do conhecimento.

A sociologia é uma disciplina ampla que permite a discussão de temas da atualidade possibilitando que os conteúdos possam ser trabalhados de forma a estarem alinhados com a

necessidade curricular da grade em questão, assim como de acordo com interesses dos estudantes para que eles se sintam pertencentes à temática em debate.

Transformar aulas teóricas de Sociologia em aulas práticas é um desafio significativo em Santa Catarina, como em outras partes do Brasil. Apesar da importância de tornar o aprendizado mais dinâmico e próximo da realidade dos estudantes, diversos fatores dificultam essa transição.

Um dos principais obstáculos enfrentados no ensino de Sociologia está relacionado à formação dos professores. De acordo com Silva (2018), muitos educadores dessa disciplina não recebem, durante sua formação acadêmica, um preparo adequado para desenvolver atividades práticas. O autor destaca que o enfoque tradicional nos conteúdos teóricos e metodológicos da Sociologia frequentemente limita a capacidade dos professores de criar estratégias pedagógicas que envolvam os alunos de maneira mais ativa, comprometendo, assim, o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

Outro fator relevante é a carência de recursos e infraestrutura nas escolas, o que tem impactado diretamente o ensino de Sociologia. Segundo Souza (2020), muitas instituições de ensino em Santa Catarina, especialmente nas áreas rurais ou em comunidades mais carentes, enfrentam limitações significativas. Entre os principais desafios estão a falta de materiais didáticos adequados, o acesso restrito à internet, a escassez de equipamentos audiovisuais e, até mesmo, a inexistência de espaços apropriados para atividades práticas, como laboratórios ou salas multifuncionais.

Além disso, a carga horária reduzida destinada à disciplina de Sociologia no currículo escolar constitui um entrave significativo para o planejamento e a realização de aulas práticas. De acordo com Pereira (2019), com o tempo limitado, os docentes acabam priorizando os conteúdos exigidos por exames padronizados, como o ENEM, o que compromete a possibilidade de desenvolver metodologias interativas e contextualizadas que favoreçam a aprendizagem crítica e significativa dos estudantes.

Por fim, há a resistência de alguns alunos e até mesmo de professores em romper com métodos tradicionais de ensino. Atividades práticas exigem maior planejamento, envolvimento e abertura para novas abordagens, o que nem sempre é bem aceito por aqueles acostumados ao ensino expositivo.

Apesar das dificuldades estruturais e curriculares enfrentadas, iniciativas isoladas demonstram que é possível transformar o ensino de Sociologia por meio de práticas pedagógicas e da criatividade docente. Professores que adotam metodologias ativas, como jogos educativos, debates, análises de filmes, visitas a comunidades locais e projetos

interdisciplinares, conseguem aproximar os estudantes da realidade social e promover uma aprendizagem mais significativa. O papel do professor é central nesse processo, pois é ele quem media o conhecimento e propõe estratégias que tornam o conteúdo mais acessível e relevante. Como afirmam Silva e Andrade (2020), o uso de jogos no ensino de Sociologia potencializa o interesse dos alunos e favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, contribuindo para uma formação cidadã.

O uso de jogos como estratégia didática tem ganhado destaque no ensino de Sociologia. Segundo pesquisa realizada por Oliveira e Campos (2021), em escolas públicas do sul do Brasil, 72% dos professores de Sociologia que utilizaram jogos didáticos relataram maior participação dos estudantes nas aulas e 65% observaram melhora na compreensão de conceitos sociológicos como desigualdade, cultura e cidadania. Esses dados evidenciam que o uso de jogos contribui não apenas para o envolvimento dos alunos, mas também para a apropriação mais significativa do conteúdo, especialmente quando comparado a métodos expositivos tradicionais.

Além do aumento no engajamento, o uso de jogos tem se mostrado eficaz na promoção de habilidades cognitivas e sociais. Um levantamento realizado por Souza et al. (2020), com 250 estudantes do Ensino Médio em cinco escolas da rede pública de Santa Catarina, revelou que 81% dos alunos consideraram os jogos utilizados nas aulas de Sociologia como úteis para entender questões sociais complexas, como estratificação social e papel das instituições. Ainda segundo o estudo, 74% dos alunos afirmaram que os jogos facilitaram o trabalho em grupo, o respeito às regras e a capacidade de escuta — elementos que se conectam diretamente aos objetivos da formação cidadã propostos pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Contudo, o sucesso dessa abordagem pedagógica depende da formação docente e do apoio institucional. Conforme apontam Lima e Bastos (2019), 58% dos professores entrevistados em um estudo nacional declararam ter interesse em utilizar jogos no ensino de Sociologia, mas apenas 23% disseram ter recebido formação específica para isso. Essa lacuna formativa representa um desafio importante, pois, sem o domínio metodológico necessário, o uso de jogos pode se limitar a uma prática pontual e sem intencionalidade pedagógica clara. Portanto, para que os jogos cumpram seu papel de mediadores no processo de aprendizagem crítica e reflexiva, é essencial investir na formação continuada dos docentes e no desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados ao conteúdo sociológico.

O conceito de *Homo Ludens*, desenvolvido por Johan Huizinga, destaca o papel fundamental do jogo na cultura e no desenvolvimento humano. Segundo Huizinga (2001), o

jogo não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma atividade essencial que antecede a própria cultura, sendo parte integrante da formação do pensamento, das relações sociais e dos processos educativos. Essa perspectiva reforça a importância de incorporar práticas lúdicas no ensino, especialmente na Sociologia, como forma de engajar os alunos e promover uma aprendizagem mais significativa e crítica.

No contexto da criação de jogos como estratégia de ensino, o conceito de *Homo Ludens*, desenvolvido por Johan Huizinga, oferece uma base teórica relevante para compreender o potencial pedagógico das experiências lúdicas. Segundo o autor, o ser humano é, por natureza, um "animal que joga", e o jogo é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da cultura (Huizinga, 2001). Jogos de tabuleiro, simulações e jogos digitais, ao reproduzirem situações sociais com regras previamente estabelecidas, permitem que os estudantes experimentem papéis sociais, tomem decisões e compreendam dinâmicas de poder, conflito e cooperação. A aceitação voluntária das regras, característica essencial dos jogos, reflete o funcionamento das normas sociais, que regulam comportamentos e estruturas de convivência em sociedade. Dessa forma, os jogos tornam-se instrumentos eficazes para a aprendizagem de conceitos sociológicos de maneira interativa e contextualizada.

Levando em consideração a necessidade de desenvolver o pensamento crítico no ensino de sociologia, a necessidade de transformar as aulas em um momento de discussão e participação ativa para que os estudantes compreendam os contextos e a importância da discussão assim como esclarecer os direitos que todo cidadão tem, principalmente na possibilidade de mobilidade social, a inserção dos jogos no ensino de sociologia do ensino médio é uma prática que atua como ferramenta pedagógica possibilitando várias discussões, através da representação lúdica podemos reproduzir a realidade social, neste caso, referindo-se a este trabalho especificamente, a criação de um jogo é resultado da necessidade trabalhar temas de interesse dos alunos, como o acesso ao ensino superior, pois muitos estudantes tratam do tema somente no ano seguinte a conclusão do ensino médio, e para proporcionar maior otimização do tempo, é necessário a sua abordagem ainda no ensino médio, para que os mesmos possam ter tempo de se organizar e se preparar, e principalmente em compreender os possíveis benefícios sobre suas escolhas futuras.

A utilização de jogos pedagógicos no ensino de Sociologia configura-se como uma estratégia inovadora que contribui para o aumento do engajamento discente e para a facilitação da compreensão de conceitos sociológicos complexos. De acordo com Oliveira e Souza (2022, p. 5), os jogos educativos “favorecem a construção de uma educação crítica ao permitirem que os estudantes reflitam sobre as dinâmicas sociais em contextos simulados,

desenvolvendo habilidades cognitivas e sociais essenciais à cidadania”. Essa abordagem lúdica transforma a sala de aula em um ambiente dinâmico, onde a teoria se articula diretamente com a prática, possibilitando ao educador criar experiências significativas que estimulam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

No contexto internacional, o uso de jogos na educação tem sido aparentemente amplamente explorado, com diversas iniciativas voltadas para o fortalecimento de competências e o aumento da motivação dos estudantes. Nos Estados Unidos, por exemplo, escolas e universidades têm incorporado jogos digitais e de tabuleiro como parte do currículo, com o objetivo de tornar o aprendizado mais interativo e motivador. De acordo com Gee (2003, p. 50), “os jogos têm o poder de engajar os alunos de maneira única, permitindo que eles aprendam de forma prática, experimental e com um alto nível de envolvimento”. Isso se traduz na criação de ambientes educacionais mais colaborativos, onde os alunos são incentivados a resolver problemas, tomar decisões e aprender com os próprios erros.

A crescente aceitação e adoção de jogos no ensino também se reflete no cenário global, com organizações e programas internacionais promovendo a integração dos jogos nas práticas pedagógicas. Um exemplo disso é o projeto Game-Based Learning (Aprendizagem Baseada em Jogos), promovido pela União Europeia, que visa incentivar escolas a utilizar jogos para aprimorar o ensino de diversas disciplinas, incluindo matemática, ciências e até mesmo linguagens. Segundo o relatório de 2019 da Comissão Europeia, “os jogos digitais oferecem uma plataforma para que os alunos desenvolvam competências do século XXI, como resolução de problemas, pensamento crítico e habilidades de comunicação” (Comissão Europeia, 2019, p. 22). O uso de jogos como ferramenta educativa tem demonstrado seu potencial tanto no Brasil quanto internacionalmente, evidenciando os benefícios dessa prática para a aprendizagem ativa e engajante.

Uma das características mais relevantes dos jogos pedagógicos é sua capacidade de criar simulações que permitem aos alunos experimentarem realidades sociais e políticas em um ambiente seguro. Através da interação e do trabalho em equipe, os alunos podem explorar conceitos como direitos básicos e políticas públicas, facilitando a internalização de ideias que poderiam ser áridas se apresentadas de maneira tradicional. A promoção de uma educação voltada ao acolhimento, com respeito às diferenças e sem discriminação, é fundamental para garantir a inclusão de todos os estudantes no processo educativo (Brasil, 2017).

O uso de jogos também pode impactar a percepção dos alunos sobre suas próprias realidades. Ao vivenciarem cenários que abordam questões sociais, como desigualdades e injustiças, os estudantes se sentem mais motivados a se tornarem agentes de mudança em suas

comunidades. A afirmação de que "Como atuam as desigualdades sociais no cotidiano dos estudantes, elas não podem ser apenas toleradas, mas combatidas com ações concretas na prática pedagógica" (Neu et al., 2021, p. 138) destaca a responsabilidade que a educação e, em particular, o ensino de sociologia têm em promover uma consciência crítica.

Um exemplo prático de como jogos podem ser utilizados de forma eficaz no ensino de sociologia é o "Jogo da Vida". Este jogo simula diferentes cenários sociais e permite que os alunos experimentem as consequências de suas escolhas em um ambiente de jogo. Isso proporciona uma reflexão crítica sobre o impacto de fatores sociais e econômicos em suas vidas e nas vidas de outros. Assim, o jogo se torna um modelo poderoso para a criação de atividades lúdicas que incentivam o aprendizado ativo e a discussão sobre temas sociológicos.

O uso do Jogo da Vida, originalmente criado como um jogo de tabuleiro com enfoque em escolhas de carreira, família e finanças, pode ser adaptado pedagogicamente para abordar conteúdos sociológicos como mobilidade social, desigualdade, estratificação e papel das instituições. Ao simular trajetórias de vida diferenciadas, o jogo permite que os estudantes experimentem as diversas condições sociais às quais indivíduos estão sujeitos, proporcionando uma compreensão mais concreta de conceitos teóricos. Segundo Silva e Alves (2019, p. 7), “o jogo, ao representar situações reais em um ambiente simulado, permite que os alunos reflitam criticamente sobre a estrutura social e as desigualdades presentes no cotidiano”.

FIGURA 1 – O JOGO DA VIDA



FONTE: acervo do autor (2024).

Ao adaptar o Jogo da Vida para a sala de aula de Sociologia, os professores podem inserir elementos como raça, classe, gênero e acesso à educação, promovendo discussões sobre como essas categorias moldam oportunidades e trajetórias individuais. Essas simulações ajudam os alunos a identificar mecanismos de reprodução das desigualdades e a compreender os impactos das políticas públicas e da meritocracia no tecido social. Como destaca Freire (1996, p. 25), “ensinar exige respeito à autonomia do educando”, e a utilização de jogos possibilita que o aluno seja protagonista no processo de aprendizagem, desenvolvendo sua consciência crítica ao vivenciar dilemas sociais simulados.

Além disso, o jogo estimula o debate e a colaboração entre os participantes, promovendo competências como empatia, pensamento crítico e tomada de decisão. Em uma pesquisa realizada por Oliveira e Rocha (2021), com turmas do ensino médio, observou-se que 78% dos estudantes relataram maior compreensão dos temas sociológicos após a utilização do Jogo da Vida adaptado em sala de aula, especialmente no que diz respeito à desigualdade de oportunidades. Isso mostra como estratégias lúdicas podem contribuir significativamente para o ensino da Sociologia de forma contextualizada, dinâmica e crítica.

As evidências sobre a eficácia dos jogos pedagógicos no desenvolvimento de competências críticas e cognitivas entre os estudantes têm sido amplamente discutidas na literatura educacional. Segundo Kishimoto (2011, p. 29), os jogos “promovem aprendizagens significativas ao estimular a participação ativa, a tomada de decisão e a resolução de problemas, elementos fundamentais para a formação cidadã”. Além disso, um estudo conduzido por Santos e Ribeiro (2020) revelou que 87% dos professores que implementaram jogos didáticos em aulas de Ciências Humanas notaram maior motivação e envolvimento dos alunos, bem como uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos abordados. Ao participarem de simulações e competições saudáveis, os estudantes exercitam habilidades como empatia, pensamento crítico e cooperação – capacidades essenciais para a convivência em sociedade e para o exercício da cidadania.

Os jogos pedagógicos são atividades estruturadas que buscam engajar os alunos de forma lúdica e interativa, simulando situações reais ou hipotéticas, permitindo aos estudantes aplicar e refletir sobre o conhecimento adquirido. De acordo com Gee (2003), os jogos podem criar experiências imersivas que tornam o aprendizado mais significativo, pois envolvem os alunos em contextos dinâmicos e desafiadores, nos quais eles precisam tomar decisões, refletir sobre consequências e resolver problemas (p. 23). Dessa forma, os jogos não apenas contribuem para o aprendizado dos conteúdos curriculares, mas também favorecem o

desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais essenciais para o desempenho em sociedade.

As metodologias ativas, por sua vez, englobam um conjunto mais amplo de práticas pedagógicas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. Esses métodos buscam promover a autonomia do aluno, incentivando-o a aprender por meio de atividades colaborativas, resoluções de problemas e experimentações. Barrows (2002, p. 308) destaca que o ensino baseado em problemas (PBL), como uma das metodologias ativas, permite que os alunos desenvolvam competências de pensamento crítico e resolução de problemas ao trabalharem com questões complexas em grupo, colocando em prática o conhecimento adquirido de forma contextualizada. Embora os jogos possam ser utilizados dentro das metodologias ativas, estas últimas oferecem um leque mais amplo de estratégias que visam transformar o processo educacional de forma mais holística.

A gamificação, por sua vez, introduz elementos típicos de jogos no ambiente educacional, com o objetivo de aumentar o engajamento dos alunos. De acordo com Deterding et al. (2011), a gamificação utiliza mecânicas de jogos para incentivar comportamentos desejados, como a superação de desafios e a busca por recompensas, criando um ambiente de aprendizagem mais competitivo e motivador. No entanto, enquanto os jogos pedagógicos oferecem experiências imersivas de aprendizado, a gamificação foca mais na motivação, utilizando incentivos como uma forma de estimular a participação dos alunos. Assim, embora a gamificação e os jogos compartilhem o uso de elementos lúdicos, a gamificação é mais centrada em um sistema de recompensas, enquanto os jogos pedagógicos envolvem uma experiência mais profunda e prática de aprendizagem.

A participação dos alunos em sala de aula tende a aumentar quando os jogos são incorporados às metodologias ativas. Ao se sentirem engajados e motivados, os alunos se tornam mais propensos a participar das discussões, a realizar perguntas e a desafiar suas próprias percepções sobre temas sociais. Essa dinâmica transformadora que os jogos proporcionam permite que o ambiente de aprendizado se torne mais inclusivo e colaborativo.

As estratégias de avaliação devem ser adaptadas para se alinhar à metodologia educacional baseada em jogos. Nesse contexto, é essencial que a avaliação das aprendizagens ultrapasse as formas tradicionais, como provas escritas, e passe a englobar aspectos como a participação ativa, a colaboração entre os estudantes e a capacidade de aplicar o conhecimento em situações práticas. De acordo com Costa e Almeida (2019, p. 124), "a avaliação deve ser um processo contínuo e formativo, que acompanhe o desenvolvimento dos alunos, proporcionando feedbacks constantes e oportunidades para que eles aprimorem suas

habilidades ao longo do percurso educacional". Assim, a avaliação, ao ser integrada ao jogo, se torna um meio para medir não apenas o domínio dos conteúdos, mas também a habilidade de enfrentar desafios, tomar decisões e trabalhar em equipe.

Diante dos desafios enfrentados pelo ensino de Sociologia, especialmente no que se refere ao engajamento dos estudantes e à efetivação de uma aprendizagem crítica e significativa, o uso de jogos pedagógicos se mostra uma estratégia promissora. Ao integrar elementos lúdicos à prática docente, o jogo potencializa a participação ativa, a reflexão coletiva e a apropriação de conceitos sociológicos por parte dos alunos. Como recurso didático, o jogo não substitui o conteúdo, mas o ressignifica, promovendo a construção de saberes ancorados nas experiências e nas vivências dos estudantes. Dessa forma, reconhece-se que os jogos, quando planejados com intencionalidade pedagógica e fundamentação teórica, podem contribuir não apenas para a dinamização das aulas, mas também para o fortalecimento da cidadania, da empatia e da consciência crítica – elementos centrais para a formação de sujeitos transformadores.

6 JOGANDO COM OS FATOS: UM JOGO SOCIOLÓGICO PARA COMPREENDER E RELAÇÃO DOS DIREITOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Em um cenário educacional cada vez mais desafiador e exigente, a busca por metodologias ativas e significativas torna-se essencial para garantir o engajamento dos estudantes e a efetividade da aprendizagem. A disciplina de Sociologia, muitas vezes negligenciada ou marginalizada nos currículos escolares, possui um papel fundamental na formação crítica dos jovens, permitindo a compreensão das relações sociais, dos direitos básicos e das estruturas que moldam a vida em sociedade. Diante disso, surge a proposta do jogo “Jogando com os Fatos”, uma estratégia pedagógica que visa tornar o ensino mais dinâmico e contextualizado, aliando ludicidade, conteúdo e reflexão. Ao transformar conceitos abstratos em experiências práticas e colaborativas, o jogo fortalece a conexão entre teoria e prática, contribuindo para a construção de uma consciência social ativa e participativa.

A necessidade de metodologias significativas é um forte propulsor para a adaptação de materiais e consequentemente adaptação de aulas para os docentes. O livro didático constantemente trás conteúdos, temas e abordagens, mas a maioria delas são propostas cotidianas que por muitas vezes se tornam rotineiras e automaticamente não proporcionam o

envolvimento necessário para os resultados esperados. Diante desta observação cabe ao professor de cada componente curricular adaptações que proporcionem maior eficácia no aprendizado escolar e contribuição social.

Uma maneira inovadora de abordar a educação em direitos básicos é através de métodos pedagógicos que utilizam jogos de tabuleiro. Essa abordagem lúdica transforma a percepção dos participantes sobre os direitos básicos, ao permitir que eles experimentem e discutam questões complexas de forma interativa e divertida. O uso de jogos, como componentes educacionais, não apenas motiva a participação, mas também facilita a assimilação de conceitos fundamentais de maneira dinâmica. Segundo Darcy Ribeiro, "Educação em Direitos Humanos é essencial para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de agir contra as injustiças sociais e promover a paz e o respeito entre as pessoas" (Ribeiro, 1995, p. 31). O caráter interativo dos jogos proporciona um espaço seguro para debates, permitindo que os jogadores compartilhem experiências e desafios pessoais relacionados aos direitos básicos.

Diante dos desafios que permeiam o ensino de Sociologia — desde a formação insuficiente de professores até a escassez de recursos e a redução da carga horária — torna-se urgente a criação de metodologias que aproximem o conteúdo da realidade dos estudantes. Nesse contexto, o “Jogando com os Fatos” surge como uma proposta inovadora, concebida a partir da inspiração no “Jogo da Vida”, para transformar aulas teóricas em vivências práticas e engajadoras.

O “Jogo da Vida” inspira-se na ideia de simulação de trajetórias pessoais, permitindo aos participantes experimentar, em ambiente lúdico, as consequências de suas escolhas. Partindo desse conceito, o “Jogando com os Fatos” adapta a mecânica de decisões e caminhos de vida para um tabuleiro com 15 casas, onde cinco equipes percorrem uma trilha ao responder questões de “Verdadeiro ou Falso” sobre direitos básicos e acesso ao Ensino Superior. Essa reinterpretação dialógica da realidade social estimula o protagonismo estudantil e a construção ativa do conhecimento.

A estrutura do “Jogando com os Fatos” privilegia a discussão em grupo: cada pergunta, extraída de um banco de 60 questões, é debatida com tempo cronometrado, obrigando as equipes a articular argumentos e consensos. Ao final da trilha, a escolha de profissões como Empreendedor, Ciências Humanas, Ciências Exatas ou Tecnologias e reforça o vínculo entre o conteúdo sociológico e as possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho, promovendo reflexão sobre mobilidade social e direitos.

Mais do que um simples entretenimento, o jogo funciona como ferramenta pedagógica capaz de extrapolar o formato expositivo tradicional. Estudos em Santa Catarina mostraram que 81% dos alunos consideraram os jogos eficazes para entender desigualdades e estruturas sociais (Souza et al., 2020), enquanto 78% relataram maior clareza sobre trajetórias de vida simuladas no “Jogo da Vida” adaptado (Oliveira; Rocha, 2021). Esses resultados evidenciam que a ludicidade não apenas eleva o engajamento, mas também aprofunda a apropriação dos conceitos sociológicos.

A criação do “Jogando com os Fatos” torna-se, portanto, uma resposta prática à necessidade de metodologias ativas no ensino de Sociologia. Ao inspirar-se no “Jogo da Vida”, ele oferece uma experiência imersiva em que normas sociais e direitos básicos são vivenciados, debatidos e problematizados. Assim, o jogo fortalece competências estabelecidas pela BNCC, como pensamento crítico, argumentação e colaboração, ao mesmo tempo em que forma cidadãos conscientes de seu papel na transformação social.

Por meio dessa proposta, espera-se não apenas superar as barreiras estruturais do ensino, mas também valorizar o protagonismo dos estudantes e a criatividade docente. O “Jogando com os Fatos” demonstra que, ao aliar teoria, prática e lúdico, é possível construir uma Sociologia viva, capaz de mobilizar saberes e fomentar a cidadania — exatamente como o “Jogo da Vida” já provou fazer em contextos de aprendizado mais amplos.

Um dos principais objetivos da criação de um jogo educacional é atingir metas pedagógicas que vão além do simples entretenimento. "Os objetivos pedagógicos dos jogos de tabuleiro buscam não apenas o entretenimento, mas também promover habilidades sociais como colaboração e comunicação, fundamentais na formação de equipes efetivas." (Zan; Krawczyk, 2023, p. 613). Esses objetivos visam desenvolver competências sociais que são cada vez mais valorizadas em diversos contextos profissionais.

A estrutura do jogo desempenha um papel importante na maneira como os alunos interagem e se envolvem uns com os outros. Ele deve ser desenhado de modo a incentivar a colaboração entre os membros da equipe, promovendo um ambiente onde cada participante se sinta valorizado e motivado a contribuir com suas ideias. A dinâmica de jogo também deve incluir elementos que desafiem os alunos a resolver problemas juntos e fomentar a criatividade, habilidades que são essenciais para o desenvolvimento de soluções inovadoras em suas futuras carreiras.

Os critérios de avaliação utilizados durante o jogo são igualmente importantes. A forma como o desempenho e a participação das equipes são medidos pode influenciar diretamente a motivação dos alunos. Avaliações que incorporam feedback construtivo e

oportunidades para autoavaliação podem aumentar o investimento emocional dos estudantes no processo educacional. Além disso, a escolha das profissões apresentadas ao final do jogo pode moldar o interesse dos alunos por áreas específicas, incentivando-os a aprofundar seus conhecimentos e explorar possibilidades de carreira. Isso demonstra a relevância do jogo como uma ferramenta não apenas para a aprendizagem acadêmica, mas também para o desenvolvimento do autoconhecimento profissional. "A experiência de aprendizagem ao usar jogos de tabuleiro em sala de aula resulta em engajamento elevado, onde os alunos não apenas assimilam conteúdos acadêmicos, mas vivenciam e aplicam competências como liderança e resolução de problemas" (Ferreira, 2023, p. 37).

Os jogos de tabuleiro têm a capacidade de refletir a dinâmica social existente na sala de aula, permitindo que os alunos explorem o impacto de suas decisões. Esta reflexão pode ser altamente benéfica, pois oferece uma perspectiva sobre como as escolhas feitas no contexto do jogo podem se traduzir em decisões futuras em suas carreiras. "Os jogos de tabuleiro podem servir como um espelho que reflete a dinâmica social dentro da sala de aula, permitindo aos alunos explorar o impacto de suas decisões no contexto de um jogo, o que se traduz em decisões futuras em suas carreiras." (Berger, da Matta; Faria, 2023, p. 188).

Além do impacto educacional, a discussão sobre direitos básicos influencia diretamente a prática profissional dos participantes após a experiência com o jogo. Ao vivenciarem situações que exponham os desafios e as responsabilidades relacionados à promoção dos direitos básicos, os indivíduos desenvolvem uma nova consciência que pode moldar suas decisões profissionais futuras. Este aspecto é especialmente relevante em áreas como a educação, advocacia e assistência social, onde compreender os fundamentos dos direitos humanos é imprescindível para o exercício eficaz da profissão. A citação de Eduardo Carvalho Ferreira, "O sucesso ou fracasso escolar se realiza em relação ao jogo institucional, e as respostas à prueba escolar demonstram como as experiências vividas influenciam os processos de individuação" (Ferreira, 2015, p. 11), ressalta a importância das experiências formativas na construção do indivíduo.

A discussão aberta sobre esses direitos, mesmo quando envolvem temas sensíveis, contribui para a desnormalização de desigualdades intelectuais e sociais que muitas vezes permanecem inquestionáveis. Para superar resistências que surgem ao se discutir esses temas delicados, é necessário desenvolver estratégias pedagógicas que incentivem um ambiente de escuta ativa e respeito mútuo entre participantes. As práticas educativas devem, portanto, estar alinhadas com o objetivo maior de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Como ressaltado na Base Nacional Comum Curricular, "a educação deve afirmar valores e estimular

ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (BRASIL, 2017).

Promover a sensibilização sobre o direito a educação nos ambientes educacionais pode parecer um desafio, mas é também uma oportunidade que enriquece a formação acadêmica dos participantes. Através de métodos lúdicos, como o uso de jogos de tabuleiro, é possível criar um espaço em que o aprendizado se torna um processo coletivo e dinâmico, incentivando debates e reflexões que podem ser particularmente impactantes na formação de cidadãos conscientes. A luta pelos direitos básicos continua a ser uma necessidade premente em nossa sociedade, e educar novos princípios e competências é vital para a construção de um futuro mais ético e responsável. A importância dos direitos básicos na educação não deve ser subestimada, pois ela é a base para a construção de sociedades mais justas e solidárias. Como afirmou Boaventura de Souza Santos, "A educação é um meio essencial para a promoção dos direitos humanos, sendo a principal ferramenta para a construção de sociedades mais inclusivas, igualitárias e solidárias" (Santos, 2017).

Por fim, é importante considerar que a escolarização é uma experiência personalizada, onde cada estudante reage de forma única aos desafios impostos. "O conceito de 'pruebas' destaca que a escolarização é uma experiência personalizada onde cada estudante reage de forma única aos desafios impostos, permitindo que jogos de tabuleiro ofereçam adaptações que melhor atendam essas necessidades." (Ferreira, 2023, p. 110). Dessa forma, o jogo de tabuleiro não apenas se torna um meio de ensino, mas também uma plataforma para a adaptação das metodologias de ensino às necessidades individuais de cada estudante.

Baseado no contexto acima, levando em consideração todo enfrentamento que a disciplina de Sociologia teve nos últimos anos, suas idas e vindas, suas adaptações, e sobretudo seu papel que tem como objetivo principal compreender o comportamento humano e a sua relação entre si, pensou-se no jogo, como forma descontraída, partindo do pressuposto da importância da disciplina de sociologia no ensino médio e além de sua importância o uso de metodologias diferenciadas, a partir da experiência docente, apresenta-se a ideia do Jogo: Jogando com os fatos, o jogo pode ser utilizado de diferentes formas, pode-se criar o banco de questões através de uma atividade com os estudantes com base no tema trabalhado ou pode-se usar o banco de questões disponibilizado.

6.1 GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO PARA PROFESSORES: "JOGANDO COM OS FATOS"

O jogo pedagógico de trilha/tabuleiro interativo é uma abordagem dinâmica para explorar temas como direitos básicos e acesso ao Ensino Superior, alinhando-se com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O jogo é composto por cinco equipes e tem como objetivo percorrer uma trilha formada por 15 casas. Para avançar, as equipes devem responder corretamente a questões do tipo "Verdadeiro ou Falso". O banco de questões é elaborado previamente pelo mediador/professor, com base no tema a ser trabalhado neste caso, os direitos básicos e o acesso ao Ensino Superior.

O mediador/professor seleciona as perguntas a serem utilizadas durante o jogo. Embora o banco contenha 60 questões, apenas 15 serão usadas, uma por rodada. A cada rodada, o mediador/professor lê a questão e inicia um cronômetro com tempo máximo de três minutos para que todas as equipes discutam e cheguem a uma resposta consensual. Durante esse tempo, o mediador pode repetir a leitura da questão apenas uma vez.

Ao término dos três minutos, todas as equipes devem levantar simultaneamente suas placas com a resposta escolhida: "Verdadeiro" ou "Falso". As equipes que acertarem a resposta avançam uma casa na trilha.

O objetivo é chegar ao final do percurso. Ao concluírem a trilha, as equipes devem escolher uma profissão entre as seguintes opções: Empreendedor, Ciências Humanas, Ciências Exatas, Tecnologias ou Não Concluiu o Ensino Médio.

Além das respostas às questões, o jogo propõe momentos de discussão reflexiva, permitindo o debate sobre temas relacionados aos direitos básicos e à educação. Também é possível promover uma conversa sobre quais áreas profissionais são mais valorizadas socialmente, considerando as profissões escolhidas pelas equipes ao final do jogo.

No jogo, as equipes devem responder a questões relacionadas aos direitos básicos e ao acesso ao Ensino Superior, escolhendo entre as opções "Verdadeiro" ou "Falso". Essa atividade desenvolve a habilidade EM13CHS102, que visa analisar as transformações dos direitos básicos ao longo da história e seus impactos nas sociedades contemporâneas. A prática de discernir entre o verdadeiro e o falso envolve um processo de análise crítica, estimulando os alunos a compreenderem melhor os conceitos e princípios dos direitos básicos em contexto histórico e social.

Durante o tempo determinado, as equipes têm que discutir as questões em grupo para chegar a um consenso sobre a resposta. Esse momento fomenta habilidades de colaboração, escuta ativa e argumentação, essenciais para a habilidade EM13CHS601, que envolve a análise dos impactos sociais das políticas públicas e a promoção da cidadania. O jogo, assim,

estimula o trabalho em equipe e o desenvolvimento de habilidades sociais, fundamentais para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Ao final do percurso, as equipes devem escolher uma profissão, como Empreendedor, Ciências Humanas, Ciências Exatas, Tecnologias, ou Não Concluiu o Ensino Médio. Esta atividade está diretamente relacionada à habilidade EM13CHS104, que envolve a discussão sobre o processo de escolha profissional e a relação com os direitos sociais. A escolha de profissões também abre espaço para reflexões sobre desigualdades sociais, acesso à educação e mobilidade social, criando um ambiente propício para questionar como as condições sociais influenciam as escolhas profissionais.

O jogo também propõe momentos de discussão sobre quais áreas profissionais são mais valorizadas socialmente, considerando as profissões escolhidas pelas equipes ao final do jogo. Esse debate amplia o entendimento sobre as desigualdades sociais e os estigmas presentes em diferentes áreas do conhecimento, alinhando-se à habilidade EM13CHS103, que incentiva a problematização das desigualdades e suas relações com a cidadania. A reflexão sobre as áreas profissionais mais valorizadas permite que os alunos compreendam como os contextos socioeconômicos e culturais influenciam o reconhecimento de determinadas profissões.

A interação entre as equipes durante o jogo e a mediação do professor são fundamentais para o bom andamento da atividade. O professor, atuando como mediador, deve facilitar o processo de discussão, garantir que todos os alunos participem ativamente e promover um ambiente de respeito mútuo e escuta ativa. Isso está relacionado à habilidade EM13CHS501, que trata da importância do diálogo como forma de mediação de conflitos e da construção de uma sociedade mais democrática.

Durante o jogo, questões como direitos básicos e acesso ao ensino superior podem tocar em temas sensíveis, como desigualdade social, discriminação e exclusão. Nesse sentido, o papel do mediador é fundamental para garantir que as discussões ocorram de forma respeitosa e construtiva. A habilidade EM13CHS106, que envolve a discussão dos direitos civis, políticos e sociais na perspectiva da construção da cidadania ativa, é desenvolvida quando o professor promove um ambiente seguro para a troca de ideias sobre questões complexas e sensíveis.

6.1.1 Diagnóstico e Planejamento

O diagnóstico da realidade dos estudantes é um passo fundamental para a implementação de qualquer ferramenta pedagógica, incluindo jogos educacionais. Antes de aplicar o jogo, o mediador/professor deve entender o nível de conhecimento dos alunos sobre os temas que serão abordados, como os direitos básicos. Segundo Souza e Silva (2021), realizar um diagnóstico eficaz requer uma análise detalhada das habilidades cognitivas e das experiências prévias dos alunos, permitindo que o professor adapte o conteúdo às necessidades da turma. O professor pode usar questionários ou atividades iniciais que ajudem a identificar o que os alunos já sabem sobre o tema e quais são suas dificuldades. Isso facilita o planejamento e a personalização do jogo, garantindo que ele seja relevante e compreensível para todos os participantes.

Além disso, é importante que o professor considere o contexto socioeconômico e cultural dos estudantes, especialmente em um país como o Brasil, onde há grandes disparidades de acesso à educação e ao conhecimento. A implementação do jogo deve ser inclusiva, o que significa que não é necessário um conhecimento prévio profundo sobre direitos básicos para que os alunos possam participar. No entanto, atividades preparatórias, como discussões e leituras introdutórias sobre o tema, podem ser realizadas antes do início do jogo. Como destacam Lima e Silva (2022), a acessibilidade é um fator chave para o sucesso de qualquer metodologia ativa, e isso inclui a capacidade de os alunos entenderem as regras do jogo e os objetivos de aprendizagem propostos.

Embora o jogo possa ser útil para promover a reflexão sobre direitos básicos, ele não exige necessariamente um conhecimento prévio formal sobre o tema, como o acesso ao ensino superior. De acordo com Silva e Ferreira (2020), é possível aplicar jogos em diferentes níveis de escolaridade, desde a educação básica até o ensino superior, adaptando as complexidades das questões tratadas no jogo de acordo com o estágio de aprendizagem dos alunos.

Portanto, mesmo estudantes do ensino fundamental ou médio, sem um aprofundamento acadêmico específico sobre direitos básicos, podem se beneficiar do jogo como uma ferramenta de sensibilização e aprendizado. O uso de uma linguagem simples e acessível, bem como de situações do cotidiano, pode ajudar os estudantes a se engajarem de forma efetiva, sem a necessidade de uma bagagem teórica prévia.

Estabelecer objetivos pedagógicos específicos para o jogo é essencial para garantir que ele contribua de maneira eficaz para o aprendizado dos alunos e esteja alinhado com as diretrizes curriculares. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os objetivos devem ser claros, mensuráveis e capazes de promover competências essenciais,

como a reflexão crítica sobre os direitos básicos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Um exemplo de objetivo pedagógico para o jogo seria: "Promover a compreensão dos direitos humanos por meio da análise de situações práticas, visando que ao final do jogo, os alunos sejam capazes de identificar e explicar pelo menos três direitos fundamentais presentes em sua vida cotidiana" (Brasil, 2017, p. 15). Além disso, o jogo pode buscar o desenvolvimento de competências como a colaboração, comunicação e resolução de conflitos, essenciais para a formação de cidadãos críticos e atuantes.

Para cada sessão do jogo, é importante definir objetivos mensuráveis, que permitam avaliar o progresso dos alunos e garantir a eficácia do ensino. Um objetivo poderia ser: "Desenvolver habilidades de trabalho em equipe e resolução de conflitos, com ênfase na importância do respeito às diferenças, onde os alunos deverão, ao final de cada rodada, apresentar uma solução colaborativa para um dilema relacionado aos direitos básicos." Outro objetivo pode ser: "Estimular a capacidade de argumentação e defesa de pontos de vista, com os alunos tendo que justificar suas escolhas no jogo com base em conceitos sociológicos e éticos." Esses objetivos estão em conformidade com as habilidades e competências previstas pela BNCC para o Ensino Médio, especificamente no que tange à educação para a cidadania e ao desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas (Brasil, 2017, p. 22). Para cada direcionamento poderá ser analisado e traçados novos objetivos de acordo com a proposta de aula.

6.1.2 Preparação e Contextualização

A contextualização adequada antes da aplicação do jogo é fundamental para garantir que os alunos compreendam os conceitos centrais que serão explorados durante a atividade. Um roteiro de contextualização, que envolve o tema de direitos básicos, contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem significativo, onde os alunos podem refletir sobre a importância desses direitos no contexto social e aplicar esses conhecimentos de forma prática. A preparação deve ser breve, mas precisa fornecer informações essenciais para o entendimento do jogo e a relevância do conteúdo.

O mediador/professor pode iniciar a aula com uma questão provocadora: "O que são direitos básicos e por que devemos nos preocupar com eles?" Essa pergunta tem o objetivo de engajar os alunos logo no início e despertar a curiosidade sobre o tema. A partir dessa questão, o mediador/professor deve apresentar uma definição concisa de direitos básicos,

ênfatizando que são direitos universais garantidos a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, etnia, religião ou status social. O conceito pode ser complementado com exemplos do cotidiano, como o direito à educação, à saúde, à liberdade de expressão, entre outros.

O mediador/professor deve, então, contextualizar os direitos básicos no cenário histórico e social, mencionando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e sua importância na criação de um padrão global de direitos ou a própria constituição brasileira. A explicação pode ser acompanhada de exemplos práticos de violações de direitos, como discriminação racial, violência de gênero e exclusão social. Isso ajuda os alunos a perceberem que, embora os direitos sejam universais, sua implementação e respeito variam de acordo com as circunstâncias políticas e sociais. Além disso, o mediador/professor pode destacar o papel da sociologia na análise dessas questões, mostrando como a disciplina investiga as estruturas sociais que impactam os direitos das pessoas.

O mediador/professor deve fazer a conexão direta entre direitos e sociologia. "Como a sociologia pode nos ajudar a entender a importância dos direitos básicos?" Essa questão pode direcionar a reflexão para o fato de que a sociologia estuda as interações sociais e as estruturas que regulam a convivência humana. A partir desse ponto, o mediador/professor deve destacar que a análise sociológica permite entender como os direitos estão intimamente ligados às questões de desigualdade, poder e justiça social, uma vez que, como afirma Gohn (2011, p. 17), "os direitos humanos dizem respeito à justiça social e à igualdade de oportunidades".

A partir da contextualização, inicia-se a organização para a aplicação do jogo, com os seguintes itens: Organize os alunos em equipes de 3 a 5 integrantes. (De acordo com o número de estudantes na turma, o importante é ter 5 equipes). Dê preferência a grupos mistos, promovendo a troca de ideias e a colaboração entre diferentes perfis de estudantes. Prepare cartões de identificação com o nome das equipes (opcional). Imprima em modo cartaz o tabuleiro em anexo neste documento, ou elabore 5 caminhos com 15 casas cada.

Utilize as cartas em anexo neste documento, ou prepare um banco de questões sobre temas como direitos básicos, desigualdade social, cidadania e acesso ao ensino superior. As perguntas de verdadeiro ou falso, devem ser lidas, iniciado o cronômetro no tempo combinado 1 a 3 minutos e após o início do cronômetro só repetir a pergunta uma vez para todas equipes. Separe as perguntas por níveis de dificuldade (fácil, médio, difícil). Use peões, botões coloridos, tampinhas ou figuras de papel para representar cada equipe no tabuleiro.

Cada equipe deve ter um marcador visualmente distinto. Utilize um cronômetro digital, aplicativo de celular ou relógio comum para controlar o tempo de resposta das equipes.

Faça a impressão dos cartões ou placas com nomes de profissões em anexo no documento. (Lembrando que as profissões mencionadas: Empreendedor, ciências humanas, ciências exatas, não concluiu o ensino médio, tecnologias, têm caráter específico de discussão sobre acesso ao ensino superior e aos direitos). As profissões devem ser associadas ao desempenho das equipes no jogo, sendo que a primeira equipe a chegar escolhe a profissão objetivando discutir as profissões em relação aos direitos básicos.

Segue abaixo quadro que pode ajudar a sintetizar a organização.

QUADRO 1 – RECURSOS PARA PREPARAÇÃO

Componente	Material Principal	Alternativa Baixo Custo
Equipes	Cartões de identificação	Divisão verbal
Tabuleiro	Impressão em cartaz	Papelão, cartolina ou giz no chão
Questões	Cartas impressas	Lista escrita
Marcadores	Peões coloridos	Tampinhas, moedas, pedrinhas
Cronômetro	Digital ou aplicativo	Celular ou contagem verbal
Profissões	Placas impressas	Cartazes ou quadro branco

FONTE: o autor (2025).

Após toda organização o mediador/professor precisa conduzir as atividades, assim como já fez até o momento. A função de um mediador de jogo pedagógico vai muito além de simplesmente conduzir as regras da dinâmica. Ele é peça-chave no processo de aprendizagem, garantindo que o jogo aconteça de forma organizada, reflexiva e inclusiva. Antes de iniciar o jogo: Revise todas as perguntas e selecione as 15 que melhor dialogam com a realidade da turma. Esteja atento a temas que envolvem desigualdade social, discriminação, identidade, e acesso à educação, pois podem despertar reações emocionais diversas. Prepare explicações complementares e exemplos reais para ajudar na contextualização de algumas respostas, principalmente as mais complexas ou controversas.

Durante o jogo, o mediador/professor deverá manter uma postura neutra, acolhedora e respeitosa, incentivando a escuta e a participação de todos. Certifique-se de que todas as equipes compreendam a questão antes de iniciar o tempo de resposta. Estimule o diálogo dentro das equipes com frases como: “Conversem entre vocês, pensem em situações do cotidiano que se relacionam com essa afirmação.” Após a revelação da resposta correta, pergunte: “Por que vocês acham que essa afirmativa é verdadeira (ou falsa)?”, “Essa situação ocorre em nossa sociedade? Como isso afeta as pessoas no dia a dia?”, o mediador desempenha um papel fundamental para alcançar os objetivos propostos.

Haverá momentos que surgirão divergências entre as equipes, Promova um mini-debate rápido entre duas equipes com respostas diferentes. Reforce: “Não existe aprendizado sem diálogo. Vamos ouvir os dois lados.” Ao final da trilha, no momento da escolha das profissões questione: “O que influenciou a escolha dessa profissão?” “Vocês acham que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de seguir a profissão que desejam?” “Como os direitos se relacionam com o acesso à educação e ao trabalho?”

Durante discussões mais delicadas, reforce que o ambiente é um espaço de respeito e acolhimento. Evite constrangimentos públicos e, se necessário, intervenha com delicadeza, propondo que o debate continue em outro momento ou de forma mais privada. Se o tema despertar experiências pessoais fortes, valide os sentimentos e ofereça espaço para escuta: “Isso que você trouxe é importante. Obrigado por compartilhar. Alguém gostaria de comentar sobre isso de forma respeitosa?”.

Ao final do jogo, é necessário reflexões sobre a experiência proposta, para isso é possível promover uma roda de conversa ao final do jogo, perguntando: “O que aprendemos hoje?” “De que forma o jogo ajudou vocês a pensar sobre a realidade em que vivem?” “Quais direitos ainda precisam ser garantidos para todos?” Segue abaixo uma simplificação para condução.

QUADRO 2 – GUIA DE CONDUÇÃO DO JOGO

Momento	Ação do Mediador	Frases Sugeridas
Apresentação da Questão	Verificar compreensão geral	"Conversem entre vocês, pensem em situações do cotidiano..."
Após Resposta	Promover reflexão	"Por que vocês acham que essa afirmativa é verdadeira/falsa?"
Divergências	Facilitar debate	"Não existe aprendizado sem diálogo. Vamos ouvir os dois lados."
Escolha de Profissões	Questionar critérios	"O que influenciou essa escolha? Todos têm as mesmas oportunidades?"
Temas Sensíveis	Validar e acolher	"Isso que você trouxe é importante. Obrigado por compartilhar."

FONTE: o autor (2025).

Durante todo o processo é necessário estar atento à avaliação. Os critérios de avaliação propostas a seguir estão alinhadas com os objetivos pedagógicos do jogo "Jogando

com os Fatos" e com as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Elas permitem avaliar tanto os aspectos cognitivos quanto os socioemocionais dos alunos, promovendo um aprendizado significativo enquanto abordam temas como direitos básicos, acesso ao ensino superior e o desenvolvimento de habilidades de argumentação e trabalho em equipe.

O encerramento do jogo é tão importante quanto sua execução. Ao final da trilha, quando as equipes escolhem as profissões, o mediador/professor deve questionar os critérios de escolha e relacionar com questões de direitos humanos e acesso à educação. A atividade deve terminar em uma roda de conversa que promova reflexão sobre os aprendizados, a conexão com a realidade dos estudantes e os direitos que ainda precisam ser garantidos para todos.

A avaliação da atividade segue critérios baseados nas competências da Base Nacional Comum Curricular, especificamente as habilidades EF15LP05 (participar de discussões e debates) e EF02HI04 (debater questões relacionadas aos direitos humanos). O foco está na participação ativa dos alunos, incentivando colaboração, escuta ativa e interação respeitosa entre os membros das equipes.

Esses critérios permitem avaliar o desempenho dos alunos de forma detalhada, levando em conta a participação no jogo, a capacidade de argumentação, o trabalho em equipe, a reflexão crítica sobre os temas abordados e a aplicação do conhecimento no contexto profissional. Ao alinhar esses critérios com os objetivos pedagógicos e as competências da BNCC, o jogo "Jogando com os Fatos" se torna uma ferramenta que pode contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e deve ser adaptado de acordo com o sistema de avaliação no qual a equipe participante está alinhada.

QUADRO 3 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: PARTICIPAÇÃO ATIVA E DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Nível	Pontuação	Descrição
Excelente	4	Participação ativa e contínua, contribuições relevantes, respeito às opiniões, busca consenso
Bom	3	Participa da maioria das atividades, contribuições relevantes, pode engajar-se mais
Satisfatório	2	Participação limitada, interage quando solicitado, poucas contribuições
Insatisfatório	1	Não participa efetivamente, desinteresse, isolamento durante discussões

FONTE: o autor (2025).

Esta metodologia de avaliação permite acompanhar tanto aspectos cognitivos quanto socioemocionais dos estudantes, promovendo um aprendizado significativo enquanto desenvolve habilidades de argumentação e trabalho em equipe. O jogo se torna assim uma ferramenta poderosa para abordar temas complexos de forma lúdica e reflexiva, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos participantes.

Finalmente, a efetividade do jogo na promoção da educação sobre direitos a educação dependerá de como o professor orienta os alunos durante a atividade. Segundo Ribeiro (1995), é crucial que o educador não apenas conduza o jogo, mas também oriente discussões pós-jogo para fortalecer a compreensão dos conceitos explorados. Após a aplicação do jogo, o professor pode realizar uma roda de conversa ou atividade reflexiva que permita aos alunos compartilharem suas experiências e discutirem como as dinâmicas do jogo se relacionam com a realidade social. Isso garante que o aprendizado não se limite ao momento do jogo, mas que ele se estenda para a prática cotidiana e para a conscientização sobre direitos básicos.

6.1.3 Seleção ou Adaptação do Jogo

O jogo "Jogando com os Fatos" foi pensado como uma ferramenta pedagógica dinâmica para facilitar o entendimento de temas sociológicos como os direitos básicos e as políticas públicas relacionadas ao acesso ao ensino superior. Para garantir sua eficácia e acessibilidade em diferentes realidades escolares, é essencial que o jogo seja adaptado conforme o perfil das turmas e a carga horária disponível, além de ser previamente testado pelo professor.

A flexibilidade é uma característica central do jogo, e por isso, algumas adaptações são recomendadas para atender aos variados cenários escolares: O quantitativo de alunos na turma não influencia diretamente a formação das equipes, pois o objetivo é a discussão da temática pelos membros da equipe no próprio grupo. Desta forma o objetivo é ter 5 equipes, indiferente do número de membros. Para aulas com menos de 50 minutos, sugere-se utilizar uma versão reduzida do jogo, com no máximo 5 a 8 perguntas e uma trilha mais curta.

O tempo de resposta pode ser reduzido para 1 ou 2 minutos por pergunta. Quando há disponibilidade de mais tempo (por exemplo, dois tempos seguidos), é possível usar todas as 15 casas da trilha e permitir debates mais aprofundados após cada rodada. Também se pode

incluir uma atividade de reflexão escrita ao final. Caso a escola não disponha de materiais impressos ou jogos físicos, o tabuleiro pode ser desenhado no quadro, e as respostas podem ser dadas com cartões simples ou sinalizações com folhas de A4 e canetinha. Para turmas com alunos com deficiência, pode-se ampliar o tempo de resposta e utilizar linguagem simplificada. As perguntas podem ser lidas de forma pausada e clara, promovendo a compreensão de todos ou aumentar o número de vezes que a pergunta será lida.

6.2 A ESCOLA

A escola na qual foi realizada a testagem para a implementação foi a Escola de Educação Básica Cecília Ax é uma instituição pública estadual situada no bairro Rio Ferro, no município de Presidente Getúlio, localizado no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina. O município possui uma população estimada em aproximadamente 17 mil habitantes (IBGE, 2024). Sua cultura é fortemente influenciada pela imigração alemã, visível na arquitetura, nas tradições e no cotidiano da comunidade local.

A economia de Presidente Getúlio é diversificada, com destaque para os setores industrial, agrícola e de serviços. A indústria moveleira, têxtil e metalúrgica compõe uma parte importante do desenvolvimento econômico, enquanto a agricultura familiar se baseia na produção de milho, feijão, hortaliças e na criação de suínos e aves. O setor de comércio e serviços também vem crescendo, contribuindo para a geração de empregos e renda na região.

Nesse contexto, a EEB Cecília Ax exerce um papel fundamental na formação educacional da comunidade, é uma das 4 escolas estaduais do município. Sendo que a rede estadual tem aproximadamente 2.500 estudantes e a rede municipal também aproximadamente 2.500. A escola oferece Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio, atendendo cerca de 700 estudantes nos turnos diurno e noturno, com o apoio de uma equipe de aproximadamente 60 profissionais. Reconhecida pelo compromisso com a qualidade do ensino, a instituição alcançou, no Ensino Médio, um IDEB de até 4,9 pontos, conforme dados recentes (SANTA CATARINA, 2024).

A infraestrutura da EEB Cecília Ax está sendo aprimorada, pois o número de estudantes aumenta significativamente a cada ano e normalmente faltam salas ou as turmas do diurno, principalmente da manhã, que sempre estão lotadas. A unidade dispõe de salas de aula climatizadas, biblioteca, sala de leitura, laboratório de informática com acesso à internet, equipamentos multimídia (como TVs e projetores), além de quadra coberta, parque infantil, pátio interno e refeitório,

A participação da comunidade escolar também tem sido expressiva, com mais de 68% de adesão à avaliação institucional (SANTA CATARINA, 2024), o maior índice de participação registrado no estado em 2024. A comunidade escolar valoriza o ambiente acolhedor e participativo da escola, tanto que reuniões são feitas em todos os períodos quando acontecem para que todos tenham oportunidades de participar. A escola é muito conhecida por ser acolhedora e por buscar os melhores resultados possíveis com os estudantes.

6.3 A TURMA

A turma de 3º ano do Ensino Médio da EEB Cecília Ax, em 2024, é composta por 16 estudantes, dos quais a maioria é do sexo feminino. Trata-se de uma turma heterogênea, com perfis diversos em termos de trajetória escolar, responsabilidades familiares e expectativas de futuro.

Um traço marcante da turma é a presença significativa de estudantes que conciliam os estudos com o trabalho, seja em empregos formais, informais ou em atividades familiares. Essa realidade imprime um ritmo específico ao cotidiano escolar, exigindo da equipe pedagógica estratégias que respeitem o tempo, a carga física e emocional desses jovens.

Apesar dos desafios enfrentados, a turma demonstra comprometimento com a conclusão do ensino médio e interesse em continuar os estudos ou ingressar no mercado de trabalho de forma mais qualificada. A participação em atividades escolares varia conforme a carga de trabalho individual, mas muitos se envolvem ativamente em projetos e discussões quando sentem que os conteúdos dialogam com suas realidades.

A presença predominante de meninas confere à turma um ambiente marcado por trocas solidárias, sensibilidade social e responsabilidade. Questões como igualdade de gênero, direito ao trabalho digno e acesso à educação superior são temas frequentemente debatidos em sala, demonstrando o potencial reflexivo e crítico do grupo e também sua preocupação com o futuro.

6.4 TESTAGEM

Após várias reflexões e muito planejamento, o momento esperado para a aplicação se aproximava. Para que todos que lerem este relato de testagem compreendam melhor o contexto, é necessário destacar algumas informações relevantes. Ao longo dos meus 18 anos

de experiência no magistério, 12 deles estão diretamente relacionados ao ensino de Sociologia. Durante a minha fase de estudante no ensino médio, a forma como a Sociologia foi abordada não refletia sua verdadeira essência: dinâmica e, principalmente, transformadora. Somente em 2013, quando comecei a lecionar a disciplina, percebi a necessidade de pesquisá-la com mais profundidade. Foi nesse processo que descobri o poder transformador da Sociologia. Desde então, cursei a graduação, formei-me em 2016 e fui efetivado na rede pública de ensino de Santa Catarina em 2018, onde atuo até hoje.

Ao longo da minha trajetória docente, observei muitas situações, mas uma das principais constatações foi a importância de trazer para a sala de aula temas do cotidiano e da realidade dos alunos. A Sociologia tem justamente esse potencial. Um dos primeiros livros que utilizei foi o Sociologia Hoje. Ele apresentava uma divisão interessante: Cultura no 1º ano, sociedade no 2º ano e poder e cidadania no 3º ano. Os conteúdos eram tratados com objetividade e conceitos bem definidos. Já o livro Tempos Modernos (2013) não possuía uma divisão tão sistemática, mas estabelecia uma boa relação entre teoria e situações do cotidiano, além de apresentar casos mais atualizados.

Entretanto, ambos os livros careciam de sugestões de atividades que fossem além das rodas de conversa, documentários e outras metodologias convencionais. No início da carreira, a maioria dos professores tende a seguir fielmente o livro didático — tanto por orientação da unidade escolar quanto por segurança em relação aos conteúdos e métodos utilizados. No entanto, ao longo do tempo e com a experiência em sala, percebi que, se a aula estiver limitada apenas ao livro didático, ela corre o risco de se tornar desinteressante e, principalmente, distante da realidade e das discussões que os alunos desejam e precisam ter.

Com o passar dos anos e com uma nova perspectiva pedagógica, desenvolvi uma sequência didática que contempla a realidade e as necessidades locais. Utilizei a estrutura temática do Sociologia Hoje (2016), mas abordei os conteúdos com a profundidade teórica do Sociologia em Movimento (2016), relacionando os temas a autores e contextos. No entanto, ainda faltava algo que tornasse a disciplina mais atrativa. Foi nessa lacuna que busquei incluir atividades pedagógicas diferenciadas.

Para cada turma, fui organizando atividades marcantes, específicas para cada série. No 1º ano, ao abordar o tema da cultura, os estudantes produzem um vídeo sobre cultura material, imaterial e o patrimônio natural da cidade onde moram. Além de compreenderem os conceitos, exploram a própria região e se envolvem com ferramentas tecnológicas, o que também é essencial nos dias de hoje.

No 2º ano, com foco nas teorias sociológicas clássicas, realizamos ao final do ano uma atividade de revisão em que os alunos escolhem um trecho de filme ou série de que gostam, retiram o áudio original e criam um novo diálogo. Esse roteiro deve incluir conteúdos estudados ao longo do ano. É um trabalho reflexivo, que exige pesquisa, escrita e planejamento, já que os vídeos são apresentados aos colegas em um "cinema sociológico" ao final do ano letivo.

Por fim, no 3º ano do ensino médio, ao abordar os temas de poder e cidadania, inicio o ano letivo com uma atividade voltada ao futuro dos estudantes. Cada aluno deve pesquisar e relatar seus planos após a conclusão da escola. O principal objetivo dessa proposta é levá-los à reflexão sobre as oportunidades que a educação oferece, além de orientá-los quanto aos caminhos possíveis para o ingresso no ensino superior.

Após compartilharem seus relatos, a maioria dos estudantes menciona a graduação que pretende cursar. Alguns optam por cursos técnicos, enquanto outros relatam que não pretendem ingressar na faculdade, por diversos motivos. Em um segundo momento, os alunos são incentivados a pesquisar onde podem cursar a graduação desejada, quais as formas de ingresso, a nota de corte do ENEM e os programas de políticas públicas disponíveis para garantir o acesso gratuito ao ensino superior.

Também incentivo que pesquisem os cursos de graduação oferecidos por universidades federais, estaduais e particulares de seu interesse. Essa etapa permite que os estudantes se deparam com o estranhamento causado por algumas graduações menos conhecidas, ampliando sua percepção sobre a diversidade de possibilidades além daquelas mais comuns em seu entorno. A remuneração associada a cada curso também é um fator importante a ser considerado, uma vez que, além da formação acadêmica, muitos alunos sonham com conquistas materiais frequentemente viabilizadas apenas por meio da educação superior, especialmente considerando suas origens sociais.

Como forma prática de trazer a realidade para a sala de aula e oferecer uma atividade diferenciada para cada série do ensino médio, optou-se por incluir a prática do "Jogo da Vida" durante o processo de discussão. No entanto, mesmo com essa dinâmica, observou-se que diversos pontos importantes sobre políticas públicas e o acesso ao ensino superior ainda não haviam sido plenamente abordados nas discussões.

Foi a partir dessa constatação que os estudantes passaram a pesquisar sobre os principais programas de políticas públicas voltados à educação, como o ENEM, SISU, PROUNI e FIES. Durante essa investigação, muitos alunos que inicialmente acreditavam não ter condições financeiras para cursar uma faculdade passaram a perceber que há, sim,

possibilidades reais de acesso ao ensino superior. Mais do que entender como essas políticas funcionam, é fundamental discutir sua origem e como os direitos que as sustentam foram conquistados e como a disciplina de Sociologia permite abordar essas lutas e reflexões fundamentais para sua existência e continuidade.

Um dos principais objetivos do jogo é facilitar a compreensão de conceitos complexos relacionados aos direitos, promovendo a conexão entre teoria e prática de maneira acessível e dinâmica. A intenção é empoderar os estudantes em seu papel de agentes sociais, incentivando uma reflexão crítica sobre seus direitos e deveres.

O jogo foi desenvolvido com o intuito de fomentar discussões sobre direitos básicos, utilizando uma abordagem que vá além da simples transmissão de informações, buscando provocar engajamento, pensamento crítico e protagonismo dos alunos.

A metodologia de testagem foi estruturada para avaliar a eficácia do jogo em ambientes educacionais, considerando tanto a experiência dos estudantes quanto os resultados de aprendizagem. Essa abordagem permitirá compreender de que forma a interação por meio do jogo pode modificar a percepção dos alunos sobre direitos, cidadania e o papel da Sociologia na sociedade contemporânea.

O jogo é composto por cinco equipes e tem como objetivo percorrer uma trilha formada por 15 casas. Para avançar, as equipes devem responder corretamente a questões do tipo "Verdadeiro ou Falso". O banco de questões é elaborado previamente pelo mediador, com base no tema a ser trabalhado neste caso, direitos básicos e o acesso ao Ensino Superior. Lembrando que a estrutura e metodologia do jogo permite uma mobilidade, ou seja, com a mesma dinâmica é possível abordar outros temas, basta direcionar o banco de questões para a temática necessária.

O mediador/professor seleciona as perguntas a serem utilizadas durante o jogo. Embora o banco contenha 60 questões, apenas 15 serão usadas, uma por rodada. A cada rodada, o mediador/professor lê a questão e inicia um cronômetro com tempo máximo de três minutos para que todas as equipes discutam e cheguem a uma resposta consensual. Durante esse tempo, o mediador pode repetir a leitura da questão apenas uma vez.

Ao término dos três minutos, todas as equipes devem levantar simultaneamente suas placas com a resposta escolhida: "Verdadeiro" ou "Falso". As equipes que acertarem a resposta avançam uma casa na trilha.

O objetivo é chegar ao final do percurso. Ao concluírem a trilha, as equipes devem escolher uma profissão entre as seguintes opções: Empreendedor, Ciências Humanas, Ciências Exatas, Tecnologias ou Não Concluiu o Ensino Médio.

Além das respostas às questões, o jogo propõe momentos de discussão reflexiva, permitindo o debate sobre temas relacionados aos direitos básicos e à educação. Também é possível promover uma conversa sobre quais áreas profissionais são mais valorizadas socialmente, considerando as profissões escolhidas pelas equipes ao final do jogo.

No mês de novembro de 2024, com base na elaboração de uma proposta inicial juntamente com a discussão de temas previstos na disciplina, realizou-se uma testagem do protótipo no 3º ano do ensino médio. A turma em questão para a testagem é o 3º ano do Ensino Médio. A turma foi escolhida com base nos conteúdos trabalhados, inicialmente através do sorteador online, foi realizada a formação das equipes, sendo formado 5 equipes.

Levando em consideração que o número de participantes de cada equipe não precisa ser exato, desde que se tenha 5 equipes, optou-se por fazer um sorteio para formação dos grupos, na turma onde ocorreu a testagem haviam 16 estudantes, sendo que foram compostas 4 equipes de 3 estudantes e 1 de 4 estudantes. Inicialmente pensei em montar as equipes mesclando as diferentes realidades sociais, mas seria muito nítido essa situação se eu a fizesse, desta forma o sorteio se encarregou de diversificar as equipes, obviamente alguns não gostaram da ideia, assim como outros preferem por terem a oportunidade de fazerem parte de uma equipe da qual seus colegas nem sempre permitem essa diversidade. Lembrando que o fato de serem 5 equipes está ligado ao contexto de 5 trilhas/caminhos e 5 possíveis profissões/áreas para discussão.

Após o sorteio foi solicitado que cada equipe auxiliasse na montagem da trilha, pois ainda era a versão protótipo. Para poder fazer a testagem, realizamos a colagem de folhas A4 coloridas com a numeração de 1 a 15 impressa. Cada equipe precisou criar um “peão” para marcar sua trajetória no jogo, foram utilizados desde garrafa de Coca Cola, borracha, bola de papel, chaveiro e estojo, inicialmente pensei em solicitar que o marcador fosse uma objeto confeccionado pela equipe que representasse o tema em discussão, algo que destacasse o direito ou o cidadão, mas o tempo não permitiu. sendo que as equipes se reuniram em espaços distintos na sala.

FIGURA 2 – MONTAGEM TABULEIRO



FONTE: acervo do autor (2024).

FIGURA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES



FONTE: acervo do autor (2024).

FIGURA 4 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES



FONTE: acervo do autor (2024).

As questões selecionadas foram as seguintes:

1. (F) A Revolução Industrial e a Revolução Francesa não interferiram no surgimento da Sociologia.
2. (V) Conforme o Art. 208 da Constituição Federal, o direito à educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
3. (F) A educação não contribui como motor da mobilidade social.
4. (V) Com objetivos de promover a inclusão e a diversidade no ensino superior, corrigindo desigualdades históricas, em 2012 foi criada a Lei nº 12.711, que estabelece que as instituições federais de ensino superior reservem um percentual de suas vagas para estudantes de escolas públicas, com subcotas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.
5. (F) O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma das avaliações menos significativas no cenário educacional do Brasil. O ENEM é somente porta de entrada para as universidades públicas do país, e desempenha o papel de processo seletivo de diversas instituições de ensino superior.
- 6 (V) Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em 2021, a renda média mensal de trabalhadores com ensino médio completo era de aproximadamente R\$ 2.000,00. No mesmo período, a renda média mensal de trabalhadores com ensino superior completo era de cerca de R\$ 5.000,00. Desta forma, podemos afirmar

que o acesso ao ensino superior proporciona uma maior renda e, conseqüentemente, melhores condições sociais.

7 (V) O Programa Universidade para Todos (ProUni) oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda.

8 (V) As cotas raciais e sociais nas universidades públicas foram criadas para promover a equidade e reduzir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior.

9 (V) O FIES tem como objetivo facilitar o acesso ao ensino superior em instituições privadas para estudantes que não possuem condições de pagar a mensalidade.

10. (F) As políticas de acesso ao ensino superior no Brasil foram criadas apenas para atender demandas econômicas e não incluem preocupações sociais.

11. (V) A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme a Constituição Federal de 1988.

12. (F) A educação no Brasil tem como finalidade apenas preparar o cidadão para o mercado de trabalho.

13. (V) A evasão escolar é um dos maiores desafios para a garantia do direito à educação no Brasil.

14. (V) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define conteúdos e competências essenciais que devem ser ensinados nas escolas brasileiras.

15. (F) A educação domiciliar é considerada a principal forma de garantir o direito à educação no Brasil.

As demais questões do banco foram organizadas considerando a necessidade de empate, bem como a possibilidade de diversificar ou direcionar o questionário para temas relevantes à mediação do professor.

Com as equipes formadas, placas de “Verdadeiro” ou “Falso” distribuídas e o cronômetro preparado, iniciamos o jogo com a primeira pergunta:

Questão 1 – A Revolução Industrial e a Revolução Francesa transformaram profundamente a sociedade ocidental, alterando suas estruturas sociais, econômicas e políticas. Diante dessas mudanças, surgiu a Sociologia, com o objetivo de compreender essas transformações e seus impactos. Negar essa influência é ignorar a raiz histórica de uma ciência social essencial para entender o mundo atual.

Ao abordar a importância desses eventos, alguns estudantes comentaram que “isso aconteceu há muito tempo”. Nesse momento, foi enfatizado que, embora esses fatos sejam marcos iniciais, vivemos em constante transformação, impulsionada pela prática e pelo

envolvimento social. Nem todas as equipes acertaram a resposta; apenas três moveram seus marcadores nessa primeira rodada (1, 3 e 5 seguiram).

Considerando que essa questão tinha um enfoque mais histórico do que ligado à vivência cotidiana, notou-se uma certa insegurança inicial entre os estudantes, especialmente em relação às datas e aos fatos históricos. Foi necessário intervir para explicar que haveria questões diversas e que todos teriam oportunidades de movimentar seus marcadores ao longo do jogo.

Questão 2 – Todos os grupos levantaram a placa de “Verdadeiro”. A afirmação era: A Constituição Federal garante que a educação básica é um direito de todos. Após confirmarmos a veracidade da resposta, provoquei uma reflexão: será que esse direito tem sido garantido de forma igualitária? Muitos estudantes ainda enfrentam desafios como a falta de infraestrutura, a ausência de professores e a dificuldade de acesso. A garantia constitucional precisa ir além das palavras no papel – é fundamental a implementação de políticas públicas eficazes que assegurem educação de qualidade para todos.

Vale destacar que a escola onde a atividade foi realizada está localizada no Alto Vale, região de Santa Catarina. A instituição frequentemente recebe alunos vindos da Venezuela, do Haiti e das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nas proximidades da escola, há um grande frigorífico com alta demanda por mão de obra, o que influencia diretamente o perfil dos estudantes atendidos.

Na turma em questão, havia duas meninas haitianas. Uma delas compartilhou: “Lá onde a gente morava também a escola era de graça, mas não tinha emprego. Ou a gente trabalhava muito para ganhar pouco. A gente passava fome. Aqui no Brasil, a gente tem mais chance de estudar, trabalhar e ir para a faculdade.”

Aproveitei esse momento para ressaltar a importância das políticas públicas inclusivas, especialmente para quem não tem renda suficiente para acessar o ensino superior, que, em sua maioria, não é gratuito. Após a fala da estudante, não houve outras manifestações, mas foi perceptível um momento de reflexão coletiva.

Questão 3 – Após a leitura e o início da contagem do cronômetro, percebi que a maioria dos estudantes já tinha convicção da resposta. A questão visava destacar a importância da educação na vida das pessoas. As cinco equipes responderam “Falso” à afirmação, o que levou à seguinte provocação: será que estudar pode realmente mudar a vida de alguém?

A educação é uma das ferramentas mais poderosas para promover a mobilidade social. Por meio dela, pessoas de origens humildes podem conquistar melhores empregos,

renda e qualidade de vida. Negar esse papel é desprezar inúmeras histórias de superação e transformação proporcionadas pelos estudos.

Um dos estudantes comentou: “É claro que a educação muda a vida das pessoas. Se não mudasse, a gente nem estaria aqui na escola a essas horas. Tem que valer a pena.”

Outro acrescentou: “Na minha família, algumas pessoas só conseguiram um bom salário porque estudaram.”

A cada questão, era possível observar conversas paralelas entre os integrantes das equipes, sempre relacionadas ao tema. O entusiasmo dos estudantes crescia a cada rodada. Não estava claro se era pela alegria de acertar as respostas ou pelo reconhecimento de que suas realidades estavam sendo debatidas. Mais importante ainda, suas opiniões estavam sendo consideradas e valorizadas como parte do jogo.

Questão 4: Para compreender, foi necessário seguir em frente. Partimos para a quarta questão. Realizei a leitura, lancei o cronômetro, observei as discussões e o tempo se esgotou. Ao solicitar as respostas, três equipes acertaram (3, 4 e 5). Após analisar as respostas, fiz uma reflexão sobre a questão: você acredita que todos têm as mesmas chances de entrar em uma universidade pública? A resposta é não. Por isso, a Lei nº 12.711/2012 criou o sistema de cotas, reservando vagas para estudantes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Essa política busca corrigir desigualdades históricas e promover uma inclusão mais justa no ensino superior, garantindo que o acesso não dependa apenas da condição social.

Uma estudante mencionou: "Eu acho justo. Muita gente não tem as mesmas oportunidades que a gente tem. A escola pública, na maioria das vezes, não indica todos os caminhos que podemos seguir para atingir nossos objetivos e a gente nem mesmo tem conhecimento de tudo que poderia usar para ajudar a ter mais oportunidades. Então, as cotas tentam equilibrar isso."

Outra estudante disse: "Eu já ouvi gente dizendo que isso é 'vantagem', mas minha prima entrou na faculdade por cota e ela estudava muito mais que vários outros. Então, não é só por ser cotista, é porque a pessoa também se esforça."

Parecia que as informações mencionadas estavam orquestradas para serem citadas, pois justamente o que eles falaram se alinhava com a questão seguinte. Por muitos momentos, eu ficava curioso para ouvir as discussões que aconteciam nos grupos, pois uma das maiores fontes de informação é a conversa entre eles antes de definirem a resposta. Essa troca ajuda a fortalecer a necessidade de debate e luta pela temática, além de ampliar o conhecimento sobre as possibilidades que eles poderiam ter.

Questão 5: Para poder ouvir o que se passava nas equipes, era necessário fomentar uma discussão. Então, lancei a quinta questão. Ao disparar o cronômetro, circulei pela sala para tentar ouvir as discussões... Uma equipe mencionou: “O professor falou o tempo todo sobre o ENEM, então é claro que ele é importante.” Outra equipe comentou: “Se o ENEM possibilita ir para a faculdade, como pode ser insignificante?” Também foi possível ouvir: “Todos os professores dizem para a gente fazer o ENEM, então não faz sentido ele não ser importante.”

Ao observar as equipes, era visível a indignação dos integrantes em relação à questão. Parecia que só faltava eles dizerem: “Como não é importante?” Terminando o tempo, solicitei que as equipes apresentassem suas respostas. Todas as cinco consideraram a resposta falsa e acertaram.

Indaguei: O ENEM é apenas uma prova ou algo maior? Mais do que um exame, o ENEM é hoje a principal porta de entrada para o ensino superior público e privado no Brasil. Ele democratizou o acesso à universidade, especialmente para estudantes de baixa renda. Considerar essa avaliação insignificante é desconhecer sua importância na trajetória de milhões de jovens.

Uma equipe mencionou: “Acreditamos que o ENEM é superestimado. Apesar de sua abrangência, ele não avalia bem os alunos. A prova favorece quem tem acesso a boas escolas e cursinhos, o que mantém desigualdades. Isso torna o exame limitador, e não transformador, mas é uma das opções que temos até agora — melhor ele do que nada.”

Outra equipe ainda comentou: “Não significa que, se a pessoa não faz o ENEM no ensino médio, ela não terá futuro.” Ouviu-se também: “Não é que a pessoa não vá ter futuro, mas que é mais fácil ter oportunidades gratuitas para quem não consegue pagar. Isso ajuda a economizar e permite que possamos fazer algum curso, mesmo tendo pouca grana.”

Naquele momento, ficou visível que os estudantes estão atentos às oportunidades que podem surgir a partir do ENEM. Discutir se o processo é falho ou se precisa de melhorias não era o foco principal da discussão. O objetivo maior era destacar as possibilidades que temos no momento e como usá-las, mais do que discutir o porquê.

Seguimos o jogo.

Questão 6: Pedi para as equipes se organizarem e lancei a sexta questão. Liberei o cronômetro e observei as discussões acontecendo. Durante o momento, ouvi uma fala, mas não consegui identificar de qual equipe partiu: “Meu pai não tem ensino médio e ganha mais do que minha mãe.” Um membro da equipe 2 comentou: “Minha mãe está estudando agora,

porque disse que está cansada de ter que trabalhar em produção para conseguir um salário razoável.”

Quando o tempo se esgotou, solicitei as respostas. Quatro equipes acertaram (1, 2, 3 e 4). Aproveitei o momento para destacar: “Vocês sabiam que quem conclui o ensino superior tem maiores chances de ganhar mais? Segundo pesquisas, trabalhadores com ensino superior completo ganham mais do que o dobro daqueles com apenas o ensino médio. Isso mostra que o acesso à educação superior não apenas amplia o conhecimento, mas também melhora as condições econômicas e sociais, funcionando como um investimento no futuro.”

Uma estudante mencionou: “É verdade que quem tem ensino superior ganha mais, mas não é fácil chegar lá. Nem todo mundo tem apoio, dinheiro ou tempo pra fazer uma faculdade. Eu nem fazia ideia de que existiam tantas possibilidades pra entrar, mas mesmo assim ainda tô pensando em como vou conseguir conciliar o trabalho com o horário da aula, porque a gente mora longe da faculdade que tem o curso que eu gostaria de fazer.”

Outro estudante acrescentou: “Conheço gente que fez faculdade e ainda está desempregada ou ganhando pouco. O diploma não é garantia de nada hoje em dia.”

Foi nesse momento que intervir e disse: “É muito importante ouvir o que vocês pensam. A gente sabe que não é fácil e que existem muitos obstáculos para continuar estudando. Mas reconhecer essas dificuldades é o primeiro passo para enfrentá-las. A educação não garante tudo, mas ela nos dá instrumentos para entender o mundo, questionar injustiças e buscar nossos direitos. Sem conhecimento, a gente acaba aceitando muita coisa como se fosse natural. E quem aqui não gostaria de fazer a diferença na sociedade e ter condições de independência para realizar os próprios sonhos? Para isso, é necessário criar um plano, aproveitar as possibilidades que existem e fazer o possível para tornar isso realidade.”

Questão 7: Seguimos com a dinâmica: O Programa Universidade para Todos (ProUni) oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda.

Lancei a questão e liberei o cronômetro. Observando as equipes, percebi em seus olhares algo como: “Ah, essa é fácil!” A maioria já havia separado sua carta-resposta e aguardava apenas o tempo se esgotar.

Ao encerrar o cronômetro, pedi que apresentassem as respostas — e todos acertaram, demonstrando que reconheceram a afirmativa como verdadeira.

Perguntei então por que todos acreditavam que era verdade, e ouvi as seguintes respostas: “Ah, professor, você falou sobre isso com a gente.” “A gente já ouviu falar, mas não sabe direito como funciona. Só sabe que tem que ter feito o ENEM.”

Outro estudante mencionou: “Mesmo com bolsa, ainda tem transporte, comida, material... Não sei se dá pra manter. E se eu tiver que trabalhar?”

Mais um estudante acrescentou: “Não sei o que vou fazer ainda, porque não sei como vai ser minha rotina depois da escola. Mas sei que, se eu me organizar, posso usar essas coisas todas. Se eu não lembrar, vou pesquisar no Google ou, se ainda der pra falar com o professor, vou pedir sua ajuda. Porque os outros professores só falam que existe tudo isso e que temos que correr atrás, mas ninguém explica passo a passo. Eu sei que o interesse é nosso, mas na minha família, quem foi pra faculdade fez a mais barata, porque era o que dava pra pagar, e nem usou nada disso que a gente está falando. Então, não tem pra quem perguntar. O pessoal do meu trabalho nem terminou o ensino médio são gente boa, mas não podem me ajudar com isso.”

Mediei o momento dizendo: “O que vocês disseram aqui é muito importante. Mostra que vocês estão atentos, refletindo e buscando entender como as coisas funcionam. É assim que a gente começa a transformar a realidade: perguntando, compartilhando e buscando ajuda quando for preciso. Eu tô aqui pra ajudar vocês, sim. O caminho é de vocês, mas vocês não precisam andar sozinhos. E se eu não souber alguma coisa, a gente pesquisa junto. Esse é um compromisso que a escola precisa ter com vocês. Ainda vamos discutir muitas outras questões e, depois, podemos ver que dúvidas ainda restaram para esclarecer.”

Finalizei reforçando: “Lembrem-se: o ProUni oferece bolsas de estudo integrais e parciais em faculdades particulares para estudantes de baixa renda. Sem essa iniciativa, muitos jovens não teriam como cursar o ensino superior. O ProUni é uma política de inclusão que amplia o acesso à educação e combate às desigualdades sociais por meio das oportunidades.”

Questão 8: A discussão estava interessante, mas seguimos o roteiro com o objetivo de levantar mais perguntas e, conseqüentemente, gerar mais debates. Lançada a questão 8, o tempo começou a passar: "As cotas raciais e sociais nas universidades públicas foram criadas para promover a equidade e reduzir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior."

Ao observar a discussão sobre essa temática, os rostos dos estudantes mostravam-se reflexivos; parecia que duvidavam que esse fosse realmente o motivo da criação das cotas. Algo que, à primeira vista, poderia parecer simples tornou-se uma questão duvidosa para eles. Atento aos olhares, acabei não percebendo a passagem do tempo e perdi parte das discussões de cada equipe. Ao encerrar o tempo, solicitei as respostas, e apenas uma equipe acertou (3).

Diante das respostas, perguntei por que a maioria acreditava que a afirmação fosse falsa. Um estudante mencionou: "Ninguém da minha família usou cota. Nunca vi ninguém dizendo que isso ajudou de verdade."

Outro disse: "Não acho que as cotas promovam igualdade. Parece que elas dão vantagem para uns e não para outros." Percebi que o momento se tornava delicado. Mesmo em uma escola com turma diversa, era nítido que muitos estudantes, mesmo após todas as discussões, ainda não se sentiam seguros quanto aos seus direitos e, sobretudo, em relação à constante luta por oportunidades para todos.

Então, mencionei: "É interessante ver que nem todos concordam. Isso mostra que precisamos entender melhor: o que são cotas? Por que elas existem? Será que todos realmente têm as mesmas chances de entrar na universidade? Vamos olhar os dados juntos: quem está nas universidades públicas? Quem ficou de fora historicamente? A partir disso, podemos discutir com mais clareza se as cotas promovem ou não a equidade. Será que o Brasil já superou o racismo e as desigualdades sociais? A resposta é clara: não. As cotas raciais e sociais nas universidades são uma forma de reparar injustiças históricas que ainda se refletem nos índices de acesso ao ensino superior. Essas políticas buscam promover a equidade e garantir que todos tenham oportunidades reais de crescer na vida."

Questão 9: Ao lançar essa questão para a turma, percebi que a maioria dos estudantes já tinha alguma familiaridade com o programa, embora nem todos compreendessem como ele funciona de fato. Liberei o cronômetro e observei as equipes conversando, algumas mostrando confiança nas respostas, outras buscando esclarecer dúvidas entre si.

Quando o tempo acabou, pedi que apresentassem suas respostas. Todas as equipes afirmaram que a questão era verdadeira, e estavam corretas. A partir daí, comecei a provocar uma reflexão mais profunda: "Vocês sabem que o FIES oferece financiamento para pagar a faculdade, mas será que ele é um caminho fácil e sem desafios? Quais podem ser as dificuldades de quem opta por esse financiamento? Alguém já conhece alguém que está usando o FIES ou pensa em usá-lo?"

Uma estudante respondeu: "É bom porque permite a gente estudar sem ter que largar o emprego. Mas fiquei sabendo que se a pessoa tranca o curso ou não vai bem, pode ter problemas com o banco."

Intervim para ampliar o debate: "Exatamente. O FIES é uma grande oportunidade para quem não tem condições financeiras, pois possibilita o acesso ao ensino superior privado. Porém, é importante lembrar que se trata de um financiamento, ou seja, a dívida existe e precisa ser paga depois da formatura, geralmente com juros e em parcelas ao longo do

tempo. Por isso, é fundamental planejar, pesquisar bem sobre as regras e pensar no futuro antes de optar por esse caminho.”

Outro ponto importante que levantei com a turma foi a diferença entre o FIES e as bolsas oferecidas pelo ProUni, ressaltando que o financiamento do FIES ajuda a pagar as mensalidades, enquanto as bolsas do ProUni são, muitas vezes, integrais ou parciais e não geram dívida. E quando a mensalidade da faculdade é muito alta? O FIES surgiu para resolver essa barreira, permitindo que estudantes financiem seus estudos e só comecem a pagar após a formação. Embora precise ser aprimorado, o programa ainda é uma chance para muitos jovens realizarem o sonho de cursar o ensino superior, especialmente em áreas de maior demanda profissional.

Ao final, ficou claro que, embora o FIES represente uma porta de entrada para muitos jovens ao ensino superior, o caminho exige responsabilidade e planejamento. A discussão estimulou os estudantes a pensar não apenas na possibilidade de estudar, mas também em como fazer isso de forma consciente.

Questão 10: Ao lançar essa questão para os estudantes, percebi de imediato um silêncio reflexivo na sala. Liberei o cronômetro e observei as equipes debatendo com atenção. Algumas discordavam da afirmação, outras demonstravam dúvidas, o que indicava que o tema provocava reflexão.

Quando o tempo terminou, solicitei as respostas: três equipes consideraram a afirmação falsa, e duas acharam verdadeira (1, 3 e 4). Comecei a mediação perguntando: “Por que vocês acham que algumas políticas são só para demandas econômicas? E por que outros acreditam que também há preocupações sociais envolvidas?”

Um estudante falou: “Eu acho que o governo cria essas políticas pensando em formar profissionais para o mercado de trabalho, porque o país precisa de gente qualificada para crescer.”

Outra aluna respondeu: “Mas tem as cotas e o ProUni, que ajudam pessoas que não têm dinheiro nem chance, então essas políticas também pensam na questão social, né?”

Outro comentou: “É verdade, mas tem muita gente que diz que essas ações são só para fingir que ajudam, e que no fundo o que importa mesmo é a economia, porque se o país não crescer, ninguém tem emprego.”

Intervir para ampliar a discussão: “Vocês tocaram num ponto importante: as políticas de acesso ao ensino superior têm vários objetivos. De um lado, o desenvolvimento econômico, formando profissionais capacitados para o mercado; de outro, a inclusão social, buscando diminuir desigualdades históricas e garantir mais oportunidades para quem sempre

foi excluído do ensino superior. Essas duas dimensões caminham juntas, embora o equilíbrio nem sempre seja perfeito.”

Para provocar mais o grupo, perguntei: “Será que é possível pensar a educação superior só como uma questão econômica? E como essas políticas podem melhorar para incluir ainda mais pessoas e atender melhor às necessidades sociais?”

A turma permaneceu atenta, e uma estudante finalizou:

“Eu acho que a gente precisa entender que a educação é para todos, não só para fazer dinheiro, mas para a gente crescer como pessoas e ajudar a sociedade a ser mais justa, mas isso nem sempre acontece e daí a gente tá aqui falando sobre isso porque tá claro que isso precisa melhorar.”

A conversa mostrou que os estudantes reconhecem a complexidade do tema, percebendo que as políticas educacionais no Brasil têm um papel duplo e essencial: formar para o mercado, mas também garantir justiça social.

Questão 11: Após apresentar a questão, li a afirmação com ênfase e disparei o cronômetro. O tempo ainda não havia se esgotado, e já era possível perceber que os estudantes tinham alguma familiaridade com o conteúdo. Rapidamente, todas as equipes levantaram a placa de “Verdadeiro”, demonstrando segurança na resposta.

Quando finalizei a contagem e solicitei as respostas, confirmei que todas as equipes haviam acertado. Em seguida, conduzi a reflexão: “Se a Constituição garante a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, por que será que, na prática, muitas pessoas ainda não têm acesso à educação de qualidade?”

Um estudante comentou: “Porque o Estado não cumpre o que promete. Em muitos lugares não tem escola boa, falta professor e até transporte, nem precisa ir longe, até aqui falta professor direto, tem dias que não tem professor pra faltar e tem dia que os professores faltam. Outra estudante acrescentou: “Tem família que não incentiva, ou então os pais precisam tanto trabalhar que nem conseguem acompanhar a vida escolar dos filhos.”

Nesse momento, aproveitei para destacar a realidade vivida por muitos:

“A Constituição é clara: a educação é um direito. Mas para que esse direito se torne realidade, é necessário que existam políticas públicas eficazes e o compromisso tanto do Estado quanto das famílias. Não adianta o direito estar só no papel.”

Lembrei, também, que a própria escola onde estávamos inseridos atendia estudantes de diferentes realidades sociais, incluindo migrantes de outras regiões e países, o que reforça a importância de garantir esse direito de forma inclusiva e efetiva.

Finalizei dizendo: “A escola é um espaço que deve acolher, ensinar e transformar. E o conhecimento desse direito é essencial para que vocês saibam exigir o que é de vocês por lei. Quando conhecemos nossos direitos, temos mais força para lutar por eles.”

Percebe-se nitidamente que no início do jogo, os debates não eram tão acalorados, conforme o tempo foi passando e as discussões aparecendo, os estudantes começaram a tomar gosto e liberdade para expressar suas opiniões sobre o contexto. O celular, as brincadeiras e o comportamento rotineiro da sala de aula deixou de se fazer presente por alguns instantes, parecia que a fúria tinha tomado conta dos estudantes e eles queriam descartar todas as sobrecargas em alguém, e esse alguém neste momento poderia ser representado pelo sistema. Seguimos, pois o tempo estava ficando curto e a curiosidade pelas próximas discussões era nítida.

Questão 12: Assim que a afirmação foi lida, notei olhares confusos entre os estudantes. Algumas equipes levantaram as placas com rapidez, outras hesitaram. Ao final do tempo, duas equipes marcaram “Verdadeiro” e três, “Falso” (1, 2 e 3). Solicitei que compartilhassem suas justificativas.

Um estudante explicou: “A gente escuta muito que tem que estudar pra arrumar emprego, então parece que é só pra isso mesmo.” Outro contrapôs: “Mas na escola a gente aprende outras coisas também, tipo respeitar os outros, entender como funciona o mundo.”

Aproveitei para mediar: A educação tem múltiplas finalidades, e o preparo para o mercado de trabalho é apenas uma delas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a função da educação é promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ou seja, a escola deve formar sujeitos críticos, conscientes dos seus direitos e deveres, e capazes de atuar na sociedade de maneira ética, colaborativa e transformadora.

Também provoqueei: “Se fosse só pra trabalhar, pra que estudar artes, filosofia, sociologia ou participar de projetos culturais e esportivos? Você acha que a escola serve apenas para formar trabalhadores? A educação vai além do preparo técnico. Ela forma cidadãos críticos, conscientes dos seus direitos e deveres. A escola deve educar para a vida, para o convívio social e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Reduzir a educação a uma função econômica é limitar o seu verdadeiro potencial transformador.”

Ao final da rodada, os estudantes pareciam compreender que a educação tem um papel muito maior do que apenas formar mão de obra. É também por meio dela que

aprendemos a conviver, a pensar criticamente e a transformar a sociedade. Essa percepção fortalece o reconhecimento do valor da escola como um espaço de formação integral.

Questão 13: Ao apresentar essa questão, percebi que muitos estudantes já sinalizavam com a cabeça que concordavam com a afirmação. O cronômetro foi iniciado após o encerramento do tempo, todas as equipes levantaram a placa “Verdadeiro”, confirmei a resposta e propus uma reflexão mais aprofundada:

“Por que vocês acham que tantos jovens deixam a escola antes de terminar os estudos?”

As respostas surgiram de forma espontânea. Um estudante comentou: “Tem gente que precisa trabalhar cedo pra ajudar em casa. A escola acaba ficando em segundo plano.” Outra estudante acrescentou: “Às vezes é por desânimo também. Tem escola que não tem estrutura, os professores faltam, ou a gente não vê sentido no que está aprendendo.”

A partir dessas falas, medieei: A evasão escolar é, de fato, um dos maiores obstáculos para garantir o direito à educação no Brasil. De acordo com dados do IBGE, muitos jovens abandonam os estudos por motivos econômicos, falta de apoio familiar, dificuldades de aprendizagem, gravidez precoce ou falta de infraestrutura adequada nas escolas.

Expliquei que o direito à educação não se resume ao acesso — ele inclui permanência e aprendizagem com qualidade. Quando um estudante abandona a escola, esse direito está sendo violado.

Reforcei também que as políticas públicas precisam ir além da matrícula, oferecendo suporte social, psicológico e pedagógico, além de considerar a realidade de cada território. Finalizei com uma provocação:

“O que faria com que vocês não desistissem da escola?”

As respostas variaram: aulas mais envolventes, apoio emocional, oportunidades de estágio, transporte, alimentação, e principalmente sentir que a escola faz sentido para suas vidas.

Foi um momento de escuta profunda e conexão com o cotidiano dos estudantes. Essa rodada revelou que eles compreendem os desafios, mas também têm clareza de que o compromisso com a educação precisa ser coletivo: da escola, do Estado, da família e da própria juventude. A evasão escolar é um desafio grave, pois compromete o futuro do estudante e amplia a desigualdade social. É preciso criar estratégias para manter os jovens na escola e mostrar que o estudo vale a pena.

Questão 14: Ao apresentar essa questão e liberar o cronômetro, notei que algumas equipes demonstraram segurança, enquanto outras pareciam confusas com o termo BNCC.

No fim do tempo, três das cinco equipes responderam “Verdadeiro” e acertaram (1, 3 e 4). As demais levantaram “Falso”, o que me deu a oportunidade de aprofundar o debate.

Iniciei perguntando: “Alguém sabe o que é a BNCC e por que ela é importante?” Uma estudante respondeu: “Acho que é um documento que define o que a gente tem que aprender em cada série.” Outro completou: “Mas parece que pouca gente fala disso claramente. A gente só vê o conteúdo nas aulas, mas ninguém explica o porquê.”

Aproveitei essa brecha para mediar: “A BNCC é um documento oficial que orienta tudo aquilo que deve ser ensinado nas escolas de educação básica no Brasil. Ela define competências e habilidades que todos os estudantes têm direito de desenvolver, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, independentemente da escola ou da região onde estudam”.

Expliquei que a BNCC busca garantir uma base comum de aprendizagem, promovendo a equidade educacional. “Ela não tira a autonomia das escolas, mas define o que é essencial. Por exemplo, todo estudante brasileiro deve ter acesso a conhecimentos de matemática, ciências, língua portuguesa, história, além de desenvolver competências como pensamento crítico, empatia, colaboração e responsabilidade.”

Nesse momento, uma aluna comentou: “Agora entendi por que em todas as escolas que estudei tinha mais ou menos o mesmo conteúdo.” Outro completou: “A gente reclama das provas, mas acho que é importante saber o que cada série precisa aprender.”

Finalizei reforçando que a BNCC também tem impacto direto na formação dos professores, na produção de materiais didáticos e na construção do currículo das escolas.

“Saber que existe uma base comum é importante para entender que todos têm direito a uma educação de qualidade, independentemente de onde vivem.” A BNCC é uma forma de organizar o ensino e promover uma educação mais justa e de qualidade em todo o país.

Essa discussão mostrou que muitos estudantes nunca haviam refletido sobre os bastidores da organização curricular, e provocou neles um novo olhar sobre o porquê e para quê se aprende na escola.

Questão 15: Após lançar a questão e iniciar o cronômetro, notei uma certa hesitação nas equipes. Alguns estudantes conversavam com dúvidas, outros pareciam confusos com o termo “educação domiciliar”. Quando o tempo acabou e as respostas foram apresentadas, apenas duas equipes acertaram ao marcar “Falso” (2 e 3). As demais responderam “Verdadeiro”, o que abriu espaço para uma discussão importante.

Mediando, lancei a provocação: “O que vocês entendem por educação domiciliar? Vocês acham que é possível garantir o direito à educação fora da escola?”

Um estudante respondeu: “Acho que é estudar em casa, com a família ensinando. Tem gente que prefere isso por causa de religião ou segurança.” Outra completou: “Mas será que todo mundo tem estrutura em casa pra isso? Tipo internet, livros, alguém pra ensinar?”

Aproveitei esse gancho para explicar que, no Brasil, a educação é um direito garantido pela Constituição de 1988 e, por lei, deve ser oferecida prioritariamente na escola, que é o espaço não apenas de ensino, mas também de socialização, convivência democrática e desenvolvimento integral.

Mencionei que a educação domiciliar, ou homeschooling, é um modelo praticado em alguns países, mas no Brasil ainda é alvo de muito debate, pois não substitui plenamente o papel da escola pública como espaço de inclusão, formação cidadã e igualdade de oportunidades.

Um estudante comentou: “Durante a pandemia, a gente teve que estudar em casa e foi muito difícil. Nem todo mundo conseguiu acompanhar.” Outro completou: “A escola é mais do que aula. É onde a gente convive, aprende a respeitar os outros, tem ajuda dos professores.”

Finalizei reforçando:

“A educação domiciliar pode ser uma alternativa para alguns, mas não é, nem deve ser, considerada a principal forma de garantir o direito à educação. A escola é insubstituível em muitos aspectos.”

A discussão revelou que, embora o tema ainda seja novo para muitos estudantes, há consciência de que a escola desempenha um papel essencial na vida social, emocional e intelectual de cada um. Por isso, políticas públicas devem continuar a fortalecer a educação escolar, garantindo acesso, permanência e qualidade.

Assim ficou a sequência da corrida (Quadro 4):

QUADRO 4 – SEQUÊNCIA DA CORRIDA

15	15	15	15	15
14	14	14	14	14
13	13	13	13	13
12	12	12	12	12
11	11	11	11	11
10	10	10	10	10

9	9	9	9	9
8	8	8	8	8
7	7	7	7	7
6	6	6	6	6
5	5	5	5	5
4	4	4	4	4
3	3	3	3	3
2	2	2	2	2
1	1	1	1	1
Equipe 1	Equipe 2	Equipe 3	Equipe 4	Equipe 5

FONTE: o autor (2025).

Ao realizar a última pergunta chegou a hora de escolher o futuro dos jogadores, as 5 equipes tem 5 opções para escolher ao chegar ao fim do jogo. As cinco profissões ou carreiras escolhidas foram: Empreendedor, Ciências Humanas, Ciências Exatas, Tecnologias ou Não Concluiu o Ensino Médio, optou-se por essas áreas para abrir um discurso sobre sonhos e privilégios.

A equipe 3 acertou todas as questões e foi a primeira a poder escolher, usamos o posicionamento das casas para organizar a ordem de escolhas, sendo que o primeiro colocado foi a equipe nº 3, a 2ª colocada foi a equipe nº 1, em 3º lugar a equipe nº 4 em 4º lugar a equipe número 2 e a equipe número 5 foi a 5ª colocada. Se houvesse algum empate seria feito mais uma pergunta do banco de questões para realizar o desempate entre as equipes, mas acabou que não foi preciso.

Ao tornar visível a colocação de cada equipe iniciou-se às escolhas profissionais, orientei que cada equipe precisaria chegar a um consenso sobre suas escolhas e justificar o porquê. A equipe número 3 conversou e pediu para ficar com a profissão das tecnologias. Ao perguntar o porquê um dos estudantes falou: “A gente escolheu a área de tecnologias porque tem tudo a ver com o nosso grupo. A maioria aqui gosta de computador, jogo, redes sociais... e a gente sabe que isso pode virar profissão também. Tem gente aqui que quer ser programador ou trabalhar com inteligência artificial. A gente acha que esse é o futuro e quer fazer parte dele.”

Eles disseram que acreditam que o futuro está cada vez mais conectado ao desenvolvimento tecnológico, e que essa área oferece muitas oportunidades de crescimento, inovação e renda. Alguns membros da equipe mencionaram que já se interessam por programação, jogos digitais e inteligência artificial, e que enxergam na tecnologia um caminho para realizar sonhos e até ajudar suas famílias.

A equipe número 1, segunda a escolher, optou pela área de Ciências Humanas. Um dos representantes da equipe explicou: “A gente pensou bastante e escolheu Ciências Humanas porque se preocupa muito com as pessoas, com os problemas sociais. Queremos entender o mundo e tentar ajudar a melhorar. Aqui tem gente que quer ser psicólogo, professor, advogado... e a gente acredita que tudo começa com empatia.”

A equipe número 4 escolheu a área de Ciências Exatas. Um dos integrantes justificou:

“A gente gosta de resolver problemas, de usar a cabeça. Pensamos em engenharia, arquitetura, matemática... tudo isso é da área de exatas. A gente acredita que com lógica e planejamento dá pra construir muita coisa boa. E tem gente aqui que sonha em fazer grandes projetos.”

A equipe número 2 optou por ser Empreendedora. Um estudante do grupo falou com entusiasmo: “A gente escolheu ser empreendedor porque quer abrir o próprio negócio. Tem gente aqui que já ajuda os pais em loja, e a gente aprendeu que dá pra começar pequeno e crescer. Queremos independência, sair na frente, fazer nosso próprio caminho.”

Falaram sobre o desejo de “ser o próprio chefe”, de criar algo novo e fazer a diferença na comunidade onde vivem. Um dos argumentos mais fortes foi o de buscar independência financeira e mostrar que, mesmo com poucos recursos, é possível ter iniciativa, aprender com os erros e construir uma trajetória de sucesso. Alguns mencionaram exemplos de familiares que abriram pequenos negócios e os inspiraram.

A equipe número 5, que ficou por último na escolha, teve como opção restante a alternativa “Não Concluiu o Ensino Médio”. O momento foi de silêncio inicial. Depois de um tempo, um dos estudantes falou com sinceridade: “É... sobrou essa pra gente. A gente não queria, mas foi o que sobrou. É triste, porque parece que a gente não teve escolha. Mas na vida tem muita gente que para de estudar por causa de coisa que foge do nosso controle: trabalho, falta de apoio, cansaço. A gente entende que isso aqui é só um jogo, mas na vida real isso acontece de verdade.”

O clima entre os participantes foi de frustração inicial, mas esse momento foi fundamental para abrir uma discussão muito rica com toda a turma. Perguntei como se

sentiram com essa escolha forçada, se consideravam justa a distribuição das opções, e o que esse cenário representava na vida real. Muitos reconheceram que a falta de oportunidades, o cansaço, a necessidade de trabalhar cedo e a falta de apoio familiar são fatores que ainda hoje fazem com que jovens abandonem a escola.

Essa fala abriu um espaço potente de discussão. Perguntei à turma: “O que vocês sentiram ao ver que uma equipe ficou com essa opção? Vocês acham justo?”. Alguém respondeu: “Não é justo, mas é o que acontece com quem não tem oportunidade.”

Aproveitei o momento para poder gerar uma fala, gente, o que a gente viveu hoje com o jogo não foi só uma brincadeira. Foi uma forma simbólica de entender como funciona a nossa sociedade quando o assunto é educação. Vocês viram que nem todo mundo teve a mesma chance de escolha no final, e que a equipe que ficou com a opção de não concluir o Ensino Médio se sentiu frustrada, como se tivesse ficado de fora do jogo da vida. Isso acontece na realidade com milhares de jovens no Brasil — não porque eles não têm capacidade, mas porque faltam oportunidades, faltam políticas públicas que garantam que todos tenham as mesmas condições de aprender, sonhar e seguir em frente.

Quando a gente fala de políticas públicas de educação, estamos falando de ações do Estado que podem mudar esse cenário: programas de bolsa, cotas, merenda escolar, transporte, acesso à tecnologia, formação de professores, tudo isso faz parte desse conjunto. São essas políticas que ajudam a equilibrar o jogo da vida real. Porque não basta dizer que todos têm direito à educação se esse direito não chega na prática para quem mais precisa.

Então, mais do que acertar questões ou ‘vencer’ no jogo, o mais importante hoje foi ver como a educação está diretamente ligada à justiça social. E cada um de vocês, ao refletir sobre isso, já está dando um passo para transformar a realidade. O nosso papel como escola é justamente esse: abrir espaço para o pensamento crítico, para o diálogo e para a construção de futuros possíveis, e não determinados por onde a gente nasceu ou pelas dificuldades que enfrentamos. A educação é direito, e lutar por ela é responsabilidade de todos nós.”

A testagem do jogo Jogando com os Fatos foi uma experiência rica, significativa e inovadora para o ensino de Sociologia no Ensino Médio. O jogo cumpriu plenamente sua proposta pedagógica ao proporcionar aos estudantes a oportunidade de refletirem, de forma crítica e lúdica, sobre temáticas centrais como direitos básicos, desigualdades sociais, políticas públicas e o acesso à educação superior. Ao simular trajetórias educacionais distintas, os alunos foram convidados a se colocar no lugar de sujeitos que enfrentam diferentes desafios para garantir seus direitos, o que gerou empatia, engajamento e uma compreensão mais profunda das estruturas sociais que moldam essas realidades.

A participação ativa dos estudantes durante toda a atividade foi um indicativo claro de aceitação da metodologia. A estrutura do jogo favoreceu o trabalho em equipe, a escuta e o respeito às diferentes opiniões. Além disso, os alunos revelaram facilidade em compreender e discutir conceitos sociológicos complexos, relacionando-os às suas vivências cotidianas. A atividade gerou debates espontâneos, nos quais os participantes se posicionaram criticamente diante das situações apresentadas.

Do ponto de vista da docente da testagem, a experiência também revelou a importância de certos elementos essenciais para a aplicação do jogo. Primeiramente, destaca-se a necessidade de um diagnóstico prévio sobre o repertório dos alunos em relação aos direitos sociais e às políticas públicas, permitindo que o professor contextualize adequadamente o conteúdo. Outro fator relevante foi a adaptação do material: mesmo com recursos limitados, o tabuleiro foi impresso em folhas A4, os marcadores foram criados com objetos pessoais e a divisão das equipes foi feita de forma flexível, respeitando o número de participantes. Isso mostra que a atividade é acessível e pode ser implementada em contextos diversos, desde que haja planejamento e intencionalidade pedagógica.

A duração da aplicação foi de três aulas de 45 minutos, tempo considerado suficiente para desenvolver todas as etapas do jogo, embora se reconheça que uma ampliação do tempo poderia permitir aprofundamentos maiores nas discussões. A avaliação da atividade não se limitou à quantidade de respostas corretas, mas considerou principalmente o envolvimento dos estudantes, a qualidade das intervenções nos debates, a articulação de ideias e a participação na argumentação.

Por fim, a testagem do jogo permitiu concluir que metodologias ativas como esta possuem grande potencial para enriquecer o ensino de Sociologia. O jogo Jogando com os Fatos se mostrou uma ferramenta pedagógica eficaz para aproximar os alunos de conteúdos relevantes de maneira crítica, colaborativa e significativa. Ao integrar teoria, vivência e ludicidade, a atividade contribuiu não apenas para o aprendizado dos conteúdos escolares, mas também para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e capazes de atuar na transformação da realidade em que vivem.

Do ponto de vista pedagógico, o jogo permitiu abordar conceitos sociológicos fundamentais por meio de situações-problema relacionadas ao cotidiano dos estudantes. Questões como desigualdade, exclusão, mobilidade social e, especialmente, o direito à educação, foram debatidas de forma acessível e contextualizada. O formato do jogo rompeu com a estrutura tradicional de aula expositiva, oferecendo aos alunos a oportunidade de se posicionarem diante de dilemas sociais e refletirem sobre o papel das políticas públicas em

suas trajetórias educacionais. As falas espontâneas durante as rodadas revelaram uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos, indicando que a proposta contribuiu não apenas para a fixação do conhecimento, mas também para a formação de uma consciência cidadã.

A fundamentação teórica que embasou essa experiência foi essencial para a construção de um material coerente com os princípios da educação crítica. A partir das ideias de Paulo Freire, que defende o diálogo e a problematização como caminhos para a emancipação, e de Kishimoto, que reconhece o jogo como instrumento formativo, o trabalho propôs uma prática pedagógica que une o lúdico ao político. A literatura revisada na dissertação também reforça o papel da Sociologia como disciplina estratégica na formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade. Ao incorporar o direito à educação como eixo central da discussão, o jogo concretizou o que diversos autores apontam como essencial: transformar a escola em espaço de resistência, de crítica e de esperança.

Assim, os resultados da testagem não apenas validam a proposta didática, como também fortalecem a defesa por práticas inovadoras no ensino médio, especialmente em realidades escolares atravessadas por desigualdades. O jogo Jogando com os Fatos mostrou-se uma ferramenta que pode sim mobilizar o conhecimento sociológico em favor da reflexão sobre os direitos fundamentais, promovendo uma aprendizagem mais significativa, crítica e participativa. Ao integrar teoria e prática de forma coerente, a proposta reafirma que, mesmo diante de cenários adversos, é possível reinventar o ensino por meio da escuta, da criatividade e do compromisso com a transformação social.

7 CONCLUSÃO

A produção desta proposta de material pedagógico representou, acima de tudo, uma travessia pessoal e coletiva. Ao longo da escrita e da prática em sala de aula, tornou-se evidente que este trabalho não se restringia a um exercício acadêmico, mas constituía um compromisso ético e político com a escola pública e com os estudantes que nela resistem diariamente. A experiência concreta em uma escola marcada por insegurança, evasão e desmotivação estudantil revelou a necessidade urgente de repensar o ensino de Sociologia em contextos adversos.

Nesse cenário, emergiu a inquietação que deu origem à pesquisa: como tornar o ensino da disciplina mais acessível, dinâmico e significativo? Como abordar temas como direitos, violência e cidadania de forma que dialoguem com as experiências reais dos alunos?

A partir dessas questões, construiu-se uma proposta metodológica sensível à realidade escolar e comprometida com a formação cidadã dos estudantes.

Inspirado no tradicional “Jogo da Vida”, foi criado o jogo Jogando com os Fatos, uma ferramenta didática reformulada a partir de uma perspectiva crítica. Em lugar da lógica que valoriza o sucesso individual e o acúmulo de riqueza, o jogo propõe discussões sobre desigualdade, exclusão e cidadania. Situações comuns à vida dos estudantes tornam-se gatilhos para reflexões sociológicas e para o debate sobre os direitos sociais fundamentais, com ênfase no direito à educação.

O jogo foi criado não como solução definitiva, mas como possibilidade concreta de intervenção pedagógica. A ludicidade, longe de representar simples entretenimento, tornou-se um recurso potente de análise crítica e conscientização, aproximando os estudantes dos conceitos da Sociologia e dos debates sobre a realidade social. A proposta mostrou-se relevante por parte do cotidiano escolar e por envolver os alunos como sujeitos ativos da aprendizagem.

A fundamentação teórica da proposta articulou os princípios da educação crítica com metodologias ativas. O ensino foi compreendido como prática transformadora, a ludicidade como instrumento de mediação do conhecimento e a Sociologia como chave de leitura da desigualdade estrutural que atravessa a escola e a sociedade. A análise de dados educacionais também reforçou a urgência de práticas pedagógicas que rompam com o modelo tradicional e promovam o diálogo entre saberes escolares e vivências dos alunos.

Durante a aplicação do jogo, momentos singulares evidenciaram a potência da proposta para a discussão dos direitos sociais. Em uma das partidas, um estudante se emocionou ao se deparar com a carta “Você precisa abandonar os estudos para trabalhar”, reconhecendo naquela situação a sua própria realidade. Esse e outros relatos revelaram que o jogo não apenas favoreceu a compreensão de temas sociológicos, mas também permitiu que os estudantes compartilhassem suas trajetórias, reconhecendo a desigualdade como um fenômeno estrutural, e não como falha individual.

Esse tipo de experiência, ao emergir do jogo, despertou reflexões importantes sobre o direito à educação, frequentemente negado ou interrompido por condições socioeconômicas adversas. Os estudantes, ao se verem representados nas cartas e ao debaterem em grupo as consequências das situações vividas, começaram a compreender a escola não apenas como um espaço de obrigação, mas como um direito pelo qual vale a pena lutar. A discussão se estendeu para além da sala de aula, revelando o papel da escola como espaço de resistência e afirmação de direitos.

Além disso, o jogo provocou discussões sobre outros direitos fundamentais, como saúde, moradia e trabalho digno, permitindo que os estudantes percebessem a interdependência entre esses direitos e como a negação de um afeta diretamente o exercício dos demais. Isso reforçou a compreensão de que o direito à educação não é apenas uma meta individual, mas uma necessidade coletiva, essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

A mediação docente foi essencial para que esses momentos se tornassem experiências formativas. A escuta qualificada e o acolhimento das falas dos estudantes possibilitaram a construção de um ambiente seguro e respeitoso para o debate. A testagem do jogo também levou a ajustes visuais e estruturais, aprimorando o material sem comprometer sua intencionalidade pedagógica. A proposta manteve-se flexível e aberta a adaptações, o que amplia seu potencial de uso em diferentes contextos e disciplinas.

Os resultados demonstraram que a proposta facilitou a compreensão de conceitos sociológicos de forma concreta e significativa. A ludicidade incentivou o protagonismo juvenil e ampliou a capacidade dos estudantes de se posicionarem criticamente diante da realidade social. O jogo aproximou teoria e prática, favorecendo uma aprendizagem conectada com os direitos sociais e com as vivências dos alunos.

Ficou evidente que metodologias ativas como esta são eficazes para enfrentar os desafios do ensino de Sociologia, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Ao valorizar os saberes dos estudantes e promover sua participação ativa, o jogo fortaleceu a dimensão cidadã da educação e reafirmou o papel da escola como espaço de formação política e emancipação social.

O jogo, pensado a partir do chão da escola, não é um produto fechado, mas uma proposta em constante construção. Pode ser adaptado e ressignificado por outros professores, respeitando as particularidades de cada realidade escolar e ampliando seu uso para além da Sociologia, desde que mantido seu compromisso crítico com os direitos humanos.

Ao unir o lúdico ao político, a proposta reafirma o ensino de Sociologia como espaço de resistência, escuta e esperança. A prática docente torna-se, nesse contexto, um gesto de coragem e compromisso com a transformação social, ao mesmo tempo em que convoca estudantes e professores a assumirem o protagonismo na defesa de uma educação pública de qualidade.

Espera-se que essa proposta possa ser compartilhada com demais educadores, inspirando educadores a construírem práticas pedagógicas inovadoras, críticas e afetivas. A

experiência aqui relatada demonstra que, mesmo diante das adversidades, é possível ensinar com escuta, criatividade e intencionalidade transformadora.

Por fim, esta proposta de material didático reafirma o compromisso com uma educação que reconhece os estudantes como sujeitos de direitos. Mais do que jogar com os fatos, trata-se de possibilitar que cada aluno reconheça sua realidade, compreenda os mecanismos que a produzem e perceba que pode, sim, transformar o jogo da vida a partir da escola e com a força coletiva do conhecimento e da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABEN-ATHAR, Márcia Gutierrez et al. **Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até a Emenda Constitucional nº 135/2024**. Supremo Tribunal Federal. Brasília: Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CFederalatualizadaataEC135.2024.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório de Gestão 2023**. Brasília: ANDIFES, 2023.
- ANDRADE, Analine Daiany Costa. **O futuro da educação: como a evolução tecnológica está remodelando o ensino e aprendizagem**. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: Editora Realize. Acesso em: 21 dez. 2024.
- AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.
- BARROWS, Howard S. Is it truly possible to have such a thing as dPBL? **Distance Education**, v. 23, n. 1, p. 119-122, 2002.
- BARROSO, Luís Roberto. **O novo direito constitucional brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**: vivendo numa época de incerteza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- BERGER, Peter Ludwig. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BERGER, Peter. **Convite à Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; GALDINO, Jefferson; EMERIQUE, Raquel Balmant. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2024.

BORGES, Caroline; PACHECO, John. **Quatro crianças são mortas em ataque a creche em Blumenau; homem foi preso.** G1, SC, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/05/ataque-creche-blumenau.ghml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura.** Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Tradução de Reynaldo Bairão. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marco de Referência da Educação Integral**. Brasília: MEC, 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e violências nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2021.

FERREIRA, Eduardo Carvalho. A poética das contingências: o indivíduo, a escola e as pruebas. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/663828862/Ferreira-2015>. Acesso em: 23 maio. 2025.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CHARLOT, Bernard. **Os jovens e o saber: perspectivas sociológicas da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461–484, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000100019>. Acesso em: 23 maio. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. **Education and Training Monitor 2019**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2019.

COSTA, Érica; SILVA, M. J. P. **Desafios do ensino de Sociologia na educação básica**. São Paulo: Cortez, 2020.

COSTA, Fabiana; SILVA, Edson. **Ensino de Sociologia: desafios contemporâneos e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2020.

DANTAS, Maria José; PEREIRA, Ana Claudia. Tecnologias digitais e ensino de sociologia: perspectivas contemporâneas. **Revista de Educação Sociológica**, v. 15, n. 2, p. 45-62, 2022.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 21. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

DETERDING, Sebastian et al. **From game design elements to gamefulness**: defining gamification. In: PROCEEDINGS of the 15th international academic MindTrek conference: Envisioning future media environments. New York: ACM, 2011. p. 9-15.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia essencial: Émile Durkheim**. Organização de David Frisby e José Marques de Melo. Petrópolis: Vozes, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Ática, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GEE, James Paul. **What video games have to teach us about learning and literacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GIDDENS, Anthony; DUNEIER, Mitchell; APPLEBAUM, Deborah; CARR, Deborah. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Roberto Evangelista. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2009.

HOOKS, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, p. 193–210, jan./abr. 2015.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Presidente Getúlio (SC). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/presidente-getulio.html>. Acesso em: 23 maio 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB 2021**: primeiros resultados. Brasília: INEP, 2022.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. 16. ed. São Paulo: Pioneira, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje**. 3. ed. São Paulo: Ática Didáticos, 2023.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS DA SILVA, José Luiz. **RELATO DE EXPERIÊNCIA APRENDENDO NO** SILVA, José Luciano Martins da. Aprendendo no jogar: uma experiência nas aulas de Sociologia do Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 11–25, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/186>. Acesso em: 25 maio. 2025.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 13–48, jun./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.41>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORAES FILHO, Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

MORAN, José Manuel. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). *Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. v. 2, p. 15-33.

NEU, Márcia Figueira Rückert et al. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – 2021**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, 2021.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2018**: OECD indicators. Paris: OECD Publishing, 2018.

OLIVEIRA, Maria José; ARAÚJO, Carlos Alberto. Metodologias ativas no ensino de sociologia: experiências e reflexões. **Revista Brasileira de Sociologia da Educação**, v. 3, n. 1, p. 78-95, 2021.

PEREIRA, Ana Lúcia. **Tecnologia e ensino de Sociologia**: desafios e possibilidades na era digital. São Paulo: Editora Socius, 2021.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PNAD CONTÍNUA – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Educação 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

PRESIDENTE GETÚLIO. **Educação**: Presidente Getúlio fica na 3ª posição entre 295 municípios. 2023a. Disponível em: <https://presidentegetulio.atende.net/cidadao/noticia/educacao-presidente-getulio-fica-na-3-posicao-entre-295-municipios>. Acesso em: 23 maio 2025.

PRESIDENTE GETÚLIO. **Município recebe Selo Ouro na Educação**. 2023b. Disponível em: <https://presidentegetulio.atende.net/cidadao/noticia/presidente-getulio-recebe-selo-ouro-na-educacao>. Acesso em: 23 maio 2025.

QEDU. **Ideb – Presidente Getúlio/SC**. 2023. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4214003-presidente-getulio>. Acesso em: 23 maio 2025.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RAABE, André Luís Andrade; GOMES, Alex Sandro. **Jogos eletrônicos educacionais**: reflexões, modelos e implementações. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAFATLE, Vladimir. **Sobre o ódio como política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Florianópolis: SED/SC, 2019. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Médio Catarinense**. Florianópolis: SED/SC, 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Avaliação Institucional 2024: participação da comunidade escolar ultrapassa 68%**. Florianópolis: SED/SC, 2024. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crônica da globalização e a globalização da crônica**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Alexandre. **Jogos pedagógicos no ensino de Sociologia: possibilidades e desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 77, p. 1-20, 2019.

SILVA, José Luciano Martins da. Aprendendo no jogar: uma experiência nas aulas de Sociologia do Ensino Médio. In: **ENALIC – Encontro Nacional das Licenciaturas**, 7., 2018, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51859>. Acesso em: 23 maio. 2025.

SILVA, Afrânio; LOURO, Bruno; MIRANDA, Cássia; FERREIRA, Fátima; FERREIRA, Lier Pires; SERRANO, Marcela M.; ARAÚJO, Marcelo; COSTA, Marcelo; NOGUEIRA, Martha; OLIVEIRA, Otair Fernandes de; MENEZES, Paula; CORRÊA, Raphael M. C.; PAIN, Rodrigo; LIMA, Rogério Mendes de; BUKOWITZ, Tatiana; ESTEVE, Thiago; PIRES, Vinícius Mayo. **Sociologia em Movimento**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2017.

SIMMEL, Georg. **Como as formas se mantém**. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). Georg Simmel. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-58. MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia Hoje*. 3. ed. São Paulo: Ática Didáticos, 2023.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

TEIXEIRA, Luiz Belmiro; SILVA, Júlio César Gonçalves da. **Bolsonarismo e necropolítica: administração da morte e gerenciamento da pandemia da Covid-19 no Brasil**. Curitiba, PR: Kotter Editorial, 2022.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Relatório de Responsabilidade Social 2023**. Joinville: UNIVILLE, 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: UnB, 1992.

WEFFORT, Francisco Correia. **Por que democracia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora. **Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 27, p. 607–620, set./dez. 2019.

APÊNDICE 1 – PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO: Direitos e acesso ao ensino superior	
Turma: 3º Ano	Carga horária: 6 Aulas
Competências específicas da disciplina	Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Habilidade BNCC CTC/	(EM13CHS201) Identificar e analisar a atuação dos sujeitos históricos na conquista dos direitos humanos e sociais. (EM13CHS202) Discutir os direitos civis, políticos e sociais como conquistas históricas e base para o exercício da cidadania. (EM13CHS105) Analisar as transformações no mundo do trabalho e as implicações na vida dos sujeitos e na organização da sociedade. (EM13CHS403) Analisar criticamente os processos de exclusão social e as formas de enfrentamento das desigualdades.
Objeto de Conhecimento/ Conteúdo	Declaração dos direitos humanos Constituição cidadã Cursos de ensino superior; Cursos de ensino superior que são desconhecidos; Políticas de acesso ao ensino superior;
Ferramentas pedagógicas	Textos impresso; Aula expositiva; Pesquisa através de Celular, tablet ou computador; Jogos

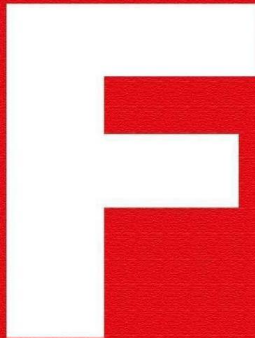
Procedimentos metodológicos	1º Aula: Pesquisar o curso de ensino superior de interesse do estudante, buscando informações como: Universidade que oferta, valor de mensalidade, duração, área de atuação e salário. Além destas informações, buscar por universidades públicas que disponibilizem o curso. Localizar também os cursos ofertados que são desconhecidos pelos estudantes, para que os mesmos se informem sobre possibilidades que jamais tiveram conhecimento antes. Conhecer a diversidade de cursos e áreas de atuação no ensino superior, refletindo sobre as transformações do mundo do trabalho e as múltiplas possibilidades de formação profissional e acadêmica. Ampliar a percepção sobre cursos menos divulgados, promovendo a valorização da pluralidade de saberes e carreiras. 2ª Aula: Partindo das principais siglas de programas de acesso ao ensino superior, os estudantes deverão pesquisar seu significado e sobretudo como funciona cada programa, compreendendo a importância do ENEM e das políticas de acesso ao ensino superior. Compreender as políticas públicas voltadas ao acesso ao ensino superior, como cotas, ENEM, SISU, PROUNI, FIES e ações afirmativas, avaliando seu impacto na redução das desigualdades educacionais. Debater a justiça social no acesso à educação superior, problematizando as barreiras sociais, econômicas e culturais enfrentadas por diferentes grupos sociais. 3º Aula: Origem dos direitos; Leitura da declaração dos direitos humanos e discussão de casos que ferem a declaração dos direitos humanos. Compreender a origem e os fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analisando-a como construção histórica que visa garantir dignidade, liberdade e igualdade a todos os seres humanos. Analisar criticamente situações de violação de direitos humanos no contexto brasileiro e mundial, estimulando o posicionamento ético e o protagonismo juvenil na defesa desses direitos. 4ª Aula: História da constituição cidadã e suas principais conquistas. Após pesquisa discussão do tema e reflexões sobre direitos que a constituição proporciona. Investigar os direitos sociais e políticos garantidos pela Constituição de 1988, reconhecendo seu papel na consolidação da cidadania e na ampliação do acesso à educação, saúde, trabalho, entre outros. Refletir sobre o papel do Estado na garantia de direitos, e como os movimentos sociais contribuíram para a construção da Constituição Cidadã. 5ª Aula:
------------------------------------	--

	Após as discussões mencionadas e as pesquisas relacionadas os estudantes poderão participar da prática lúdica: O Jogo da vida; O Jogo da Vida é uma ferramenta muito interessante para ser usada no ensino de Sociologia, pois ele permite discutir de forma lúdica e crítica diversas questões sociais, estruturais e culturais presentes na sociedade. O jogo pode representar desigualdades de classe, gênero, raça e origem social, mostrando como diferentes pontos de partida influenciam os caminhos possíveis ao longo da vida. Durante o jogo, os estudantes assumem diferentes papéis sociais (profissões, situações familiares, escolhas pessoais), o que favorece a reflexão sobre como a sociedade molda nossos caminhos, e como há um controle social por normas, regras e expectativas. O jogo também é um ponto de partida para discutir a ideia de meritocracia, e como ela se confronta com a realidade de desigualdades estruturais. O jogo normalmente traz escolhas que envolvem consumo, trabalho e acesso a direitos. Após jogar, o momento de debate e análise sociológica é fundamental. Comparando a "vida no jogo" com a vida real; 6ª Aula: Aplicação do Jogo: Jogando com os fatos, que faz uma revisão dos temas discutidos e abre espaço para uma nova discussão, baseado na bagagem agregada durante as aulas anteriores.
Critério(s) de avaliação	Pesquisa; Socialização Participação no processo de discussão da temática.
Instrumento(s) avaliativos utilizados (Para Avaliação e Recuperação Paralela)	Como proposta de recuperação paralela, os estudantes deverão pesquisar dados estatísticos relacionados com a desigualdade social e relacionar os mesmos com o tema debatido, produzindo um relatório.
Referências	BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 08/09/2024

APÊNDICE 2 – TABULEIRO



APÊNDICE 3 – CARTAS

 Verdadeiro	 Falso
 O FIES tem como objetivo facilitar o acesso ao ensino superior em instituições privadas para estudantes que não possuem condições de pagar a mensalidade. 1 Verdadeiro 2 Falso Justifique a sua resposta!	 As políticas de ações afirmativas no Brasil têm prazo de validade e precisam ser revisadas periodicamente. 1 Verdadeiro 2 Falso Justifique a sua resposta!



As políticas de acesso ao ensino superior no Brasil foram criadas apenas para atender demandas econômicas e não incluem preocupações sociais.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Estudantes que recebem bolsas integrais pelo ProUni podem acumular essa bolsa com outro financiamento estudantil, como o FIES.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme a Constituição Federal de 1988.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A educação básica no Brasil é gratuita apenas para crianças de até 12 anos.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) regulamenta o sistema educacional brasileiro.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A educação no Brasil tem como finalidade apenas preparar o cidadão para o mercado de trabalho.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A Constituição Federal prevê que o acesso à educação é indispensável para o exercício da cidadania.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O Plano Nacional de Educação (PNE) é válido por 20 anos e estabelece metas para a educação no Brasil.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O FUNDEB é um fundo destinado exclusivamente ao financiamento do ensino superior.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A evasão escolar é um dos maiores desafios para a garantia do direito à educação no Brasil.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A educação inclusiva visa segregar estudantes com necessidades especiais em escolas específicas.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define conteúdos e competências essenciais que devem ser ensinados nas escolas brasileiras.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A alfabetização de jovens e adultos (EJA) é uma política pública que contribui para a inclusão social.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



As cotas raciais e sociais nas universidades públicas foram criadas para reduzir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O direito à educação no Brasil é garantido apenas para brasileiros natos.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A Constituição Federal estabelece que o ensino religioso deve ser obrigatório nas escolas públicas.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A valorização dos professores é essencial para melhorar a qualidade da educação no Brasil.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A educação domiciliar é considerada a principal forma de garantir o direito à educação no Brasil.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é um instrumento que facilita o acesso ao ensino superior.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O acesso desigual à tecnologia e à internet impacta diretamente a garantia do direito à educação no Brasil.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura que toda criança e adolescente tem direito à educação gratuita e de qualidade.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A Revolução industrial e a revolução francesa não interferiram no surgimento da Sociologia.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!

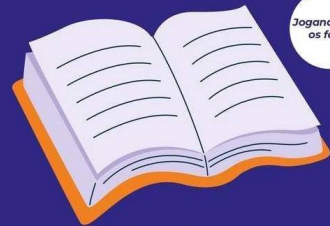


Acreditar e lutar pelos direitos humanos significa acreditar que todo ser humano, simplesmente pelo fato de ser uma pessoa, possui certos direitos, certas prerrogativas básicas que não lhe podem ser negadas de modo nenhum, independentemente de sua cor, raça, cultura, posição social, religião, visão de mundo, orientação sexual ou qualquer outra condição específica.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O conceito de direitos humanos é amplo, desta forma podemos dividir os direitos humanos em três grandes tipos: Sociais, Políticos e Cívicos;

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A Constituição de 1988 é a Sétima constituição do nosso país, ela determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O Primeiro documento para a pessoa ser considerado um cidadão é o CPF.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Conforme art. 208 da CF, o direito à educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Toda criança tem direito à educação gratuita e obrigatória no ensino fundamental.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A escola pode recusar a matrícula de uma criança por falta de documentação, como certidão de nascimento.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



É dever da escola notificar ao Conselho Tutelar casos de evasão ou ausência frequente de alunos.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



As crianças têm direito a um ambiente escolar livre de qualquer forma de violência ou discriminação.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A participação dos pais na vida escolar dos filhos é facultativa, sendo obrigatória apenas em reuniões específicas.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A escola deve promover ações para atender crianças com deficiência, respeitando suas necessidades específicas.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Uma criança pode ser punida fisicamente pela escola em casos de indisciplina grave.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Crianças indígenas têm direito à educação bilíngue e ao respeito por sua cultura na escola.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A escola pode exigir materiais de uso coletivo, como papel higiênico, na lista de materiais escolares.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Jogando com os fatos

É direito das crianças receberem informações adequadas sobre temas como sexualidade e cidadania, respeitando seu desenvolvimento.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Jogando com os fatos

Com objetivos de promover a inclusão e a diversidade no ensino superior, corrigindo desigualdades históricas, em 2012 foi criada a lei nº 12.711 estabelece que as instituições federais de ensino superior reservem um percentual de suas vagas para estudantes de escolas públicas, com subcotas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Jogando com os fatos

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma das avaliações menos significativas no cenário educacional do Brasil. O ENEM é somente porta de entrada para as universidades públicas do país, e desempenha o papel de processo seletivo de diversas instituições de ensino superior. (Falso, pois o mesmo é de suma importância para a entrada no ensino superior)

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



Jogando com os fatos

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em 2021, a renda média mensal de trabalhadores com ensino médio completo era de aproximadamente R\$ 2.000,00. No mesmo período, a renda média mensal de trabalhadores com ensino superior completo era de cerca de R\$ 5.000,00. Desta forma podemos afirmar que o acesso ao ensino superior proporciona uma maior renda e consequentemente melhores condições sociais.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O Programa Universidade para Todos (ProUni) oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda. Resposta:

- 1 **Verdadeiro**
- 2 **Falso**

Justifique a sua resposta!



O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) permite que estudantes financiem integralmente seus cursos de graduação, independentemente da renda familiar.

- 1 **Verdadeiro**
- 2 **Falso**

Justifique a sua resposta!



As cotas raciais e sociais nas universidades públicas foram criadas para promover a equidade e reduzir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior.

- 1 **Verdadeiro**
- 2 **Falso**

Justifique a sua resposta!



O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) permite o ingresso em universidades públicas utilizando exclusivamente a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- 1 **Verdadeiro**
- 2 **Falso**

Justifique a sua resposta!



O ENEM foi inicialmente criado apenas como um exame de avaliação do ensino médio e passou a ser utilizado como forma de ingresso ao ensino superior.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O ProUni é destinado apenas a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas particulares.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O FIES oferece financiamento com juros zero para estudantes de baixa renda.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



As políticas de cotas no Brasil se aplicam apenas a cursos de graduação em universidades públicas federais.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



A escola deve promover ações para atender crianças com deficiência, respeitando suas necessidades específicas.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



As políticas de cotas incluem reservas de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O Sisu permite que o estudante escolha até três opções de curso em instituições públicas de ensino superior.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O Programa Ciência sem Fronteiras, encerrado em 2017, foi uma política que facilitou o acesso de estudantes brasileiros a universidades estrangeiras.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



O ENEM é utilizado apenas no Brasil e não é aceito em universidades no exterior.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



As políticas de ações afirmativas no Brasil têm prazo de validade e precisam ser revisadas periodicamente.

1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



As cotas raciais garantem vagas apenas para estudantes indígenas e quilombolas.

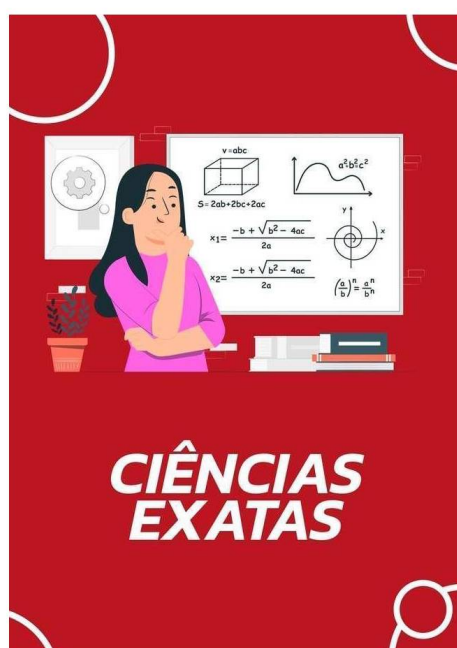
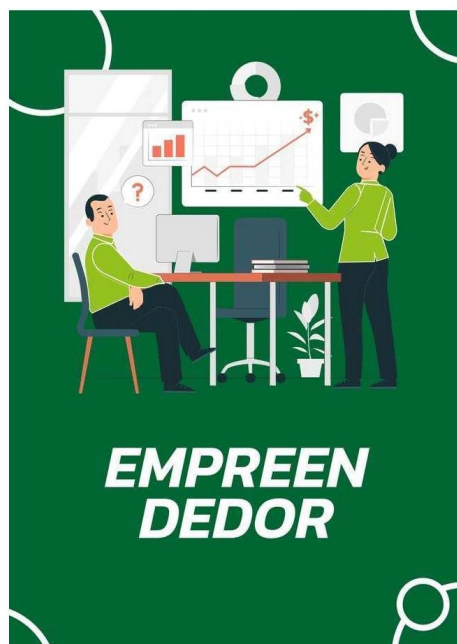
1 Verdadeiro

2 Falso

Justifique a sua resposta!



CIÊNCIAS HUMANAS



APÊNDICE 4 – BANCO DE QUESTÕES (GABARITO)

1. (F) A Revolução Industrial e a Revolução Francesa não interferiram no surgimento da Sociologia.

Justificativa: A Revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial (século XVIII-XIX) foram fundamentais para o surgimento da Sociologia, pois transformaram profundamente a sociedade europeia. A desestruturação das ordens tradicionais, o crescimento urbano e a luta por direitos sociais levaram pensadores como Comte, Durkheim e Marx a refletirem sobre a nova organização social.

Referência: GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

2. (V) Acreditar e lutar pelos direitos humanos significa acreditar que todo ser humano, simplesmente pelo fato de ser uma pessoa, possui certos direitos, certas prerrogativas básicas que não lhe podem ser negadas de modo nenhum, independentemente de sua cor, raça, cultura, posição social, religião, visão de mundo, orientação sexual ou qualquer outra condição específica.

Justificativa: Os direitos humanos são universais, inalienáveis e indivisíveis, conforme define a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Referência: ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Art. 1º e 2º, 1948.

3. (V) O conceito de direitos humanos é amplo; desta forma, podemos dividi-los em três grandes tipos: Sociais, Políticos e Cíveis.

Justificativa: Os direitos humanos são comumente organizados em três dimensões: direitos civis e políticos (1ª geração), direitos sociais, econômicos e culturais (2ª geração) e direitos difusos e coletivos (3ª geração).

Referência: BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

4. (V) A Constituição de 1988 é a sétima Constituição do nosso país; ela determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Justificativa: O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura os direitos fundamentais a todos os cidadãos.

Referência: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 5º.

5. (F) O primeiro documento necessário para que a pessoa seja considerada cidadã é o CPF.

Justificativa: O primeiro documento legal que reconhece a existência de um cidadão no Brasil é o **Registro Civil de Nascimento**, que garante acesso à cidadania e a outros direitos básicos. O CPF é um documento fiscal e não define a cidadania legal. **Referência:** BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990, Art. 10.

6. (V) Conforme o Art. 208 da Constituição Federal, o direito à educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Justificativa: A Constituição de 1988 assegura, em seu Art. 208, que o ensino fundamental é direito público subjetivo e deve ser garantido gratuitamente a todos, inclusive aos que não o concluíram na idade regular.

Referência: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 208, incisos I e §1º.

7. (F) A educação não contribui como motor da mobilidade social.

Justificativa: A educação é amplamente reconhecida como um dos principais vetores de mobilidade social, ao possibilitar melhores oportunidades de emprego e renda, impactando diretamente a superação da pobreza. A afirmação é contraditória em si, pois diz que “não contribui”, mas depois apresenta os próprios efeitos positivos.

Referência: BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Referência adicional: BRASIL. Ministério da Educação. *Educação para todos*. Brasília, MEC, 2017.

8. (V) Toda criança tem direito à educação gratuita e obrigatória no ensino fundamental.

Justificativa: Esse direito está assegurado tanto na Constituição Federal (Art. 208) quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 54, inciso I, sendo um dos pilares do direito à educação básica.

Referência: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990. Art. 54, I.

9. (F) A escola pode recusar a matrícula de uma criança por falta de documentação, como certidão de nascimento.

Justificativa: É proibido por lei negar matrícula à criança ou adolescente por ausência de documentação. O Art. 5º do ECA garante que nenhuma criança será privada do direito à educação e a escola deve auxiliar na regularização dos documentos.

Referência: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990. Art. 5º e Art. 54, §1º.

10. (V) É dever da escola notificar ao Conselho Tutelar casos de evasão ou ausência frequente de alunos.

Justificativa: O Art. 56, inciso I, do ECA determina que a direção da escola deve comunicar ao Conselho Tutelar casos de maus-tratos e evasão escolar para garantir os direitos do aluno.

Referência: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990. Art. 56, I.

11. (V) As crianças têm direito a um ambiente escolar livre de qualquer forma de violência ou discriminação.

Justificativa: Esse direito é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reforçado pela Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying), protegendo a integridade física e psicológica das crianças no ambiente escolar.

Referência: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990. BRASIL. Lei nº 13.185/2015. Programa de Combate ao Bullying.

12. (F) A participação dos pais na vida escolar dos filhos é facultativa, sendo obrigatória apenas em reuniões específicas.

Justificativa: O acompanhamento escolar dos filhos é um dever da família, conforme determina o Art. 129, inciso III, do ECA. A participação dos pais não se limita a eventos

formais, mas é parte fundamental no processo educativo.

Referência: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990. Art. 129, III.

13. (V) A escola deve promover ações para atender crianças com deficiência, respeitando suas necessidades específicas.

Justificativa: A inclusão educacional é um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pelo ECA (Art. 54, III), que asseguram atendimento especializado e adequado às condições de cada aluno.

Referência: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990. Art. 54, III. BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

14. (F) Uma criança pode ser punida fisicamente pela escola em casos de indisciplina grave.

Justificativa: A prática de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante é proibida por lei. A Lei nº 13.010/2014, conhecida como Lei Menino Bernardo, reforça o direito da criança de ser educada sem o uso de violência física ou psicológica.

Referência: BRASIL. Lei nº 13.010/2014. Art. 18-A e 18-B. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990.

15. (V) Crianças indígenas têm direito à educação bilíngue e ao respeito por sua cultura na escola.

Justificativa: A Constituição Federal (Art. 210, §2º) e o ECA (Art. 78) asseguram que a educação indígena deve respeitar os valores culturais, linguísticos e históricos desses povos, garantindo o ensino em línguas maternas e práticas culturais próprias.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988. Art. 210, §2º. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990. Art. 78.

16. (F) A escola pode exigir materiais de uso coletivo, como papel higiênico, na lista de materiais escolares.

Justificativa: A Lei nº 12.886/2013 proíbe a inclusão de itens de uso coletivo na lista de material escolar exigido aos alunos. Esses materiais são de responsabilidade da instituição de ensino e não devem ser cobrados das famílias.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.886, de 26 de novembro de 2013.

17. (V) É direito das crianças receberem informações adequadas sobre temas como sexualidade e cidadania, respeitando seu desenvolvimento.

Justificativa: As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantem o direito à informação que promova o bem-estar, respeitando a fase de desenvolvimento da criança. A abordagem de temas como sexualidade e cidadania deve ocorrer de forma pedagógica e ética.

Referência: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

18. (V) Com objetivos de promover a inclusão e a diversidade no ensino superior, corrigindo desigualdades históricas, em 2012 foi criada a Lei nº 12.711, que estabelece que as instituições federais de ensino superior reservem um percentual de suas vagas para estudantes de escolas públicas, com subcotas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Justificativa: A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, visa garantir maior equidade no acesso ao ensino superior público, corrigindo desigualdades educacionais e sociais históricas.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

19. (F) O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma das avaliações menos significativas no cenário educacional do Brasil. O ENEM é somente porta de entrada para as universidades públicas do país, e desempenha o papel de processo seletivo de diversas instituições de ensino superior.

Justificativa: O ENEM é a principal avaliação do Brasil para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado em programas como o Sisu, ProUni e Fies, além de ser aceito por instituições internacionais. Sua relevância é central para a democratização do acesso às universidades.

Referência: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

20. (V) Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em 2021, a renda média mensal de trabalhadores com ensino médio completo era de aproximadamente R\$ 2.000,00. No mesmo período, a renda média mensal de trabalhadores com ensino superior completo era de cerca de R\$ 5.000,00. Desta forma, podemos afirmar que o acesso ao ensino superior proporciona uma maior renda e, consequentemente, melhores condições sociais.

Justificativa: A pesquisa do IBGE demonstra que o nível de escolaridade está diretamente relacionado ao rendimento médio mensal do trabalhador, reforçando que o acesso à educação superior é um fator de mobilidade social.

Referência: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), 2021.

21. (V) O Programa Universidade para Todos (ProUni) oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda.

Justificativa: O ProUni, criado pela Lei nº 11.096/2005, concede bolsas de 50% e 100% em instituições privadas a estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública ou como bolsistas integrais na rede privada, com base na renda familiar per capita e no desempenho no ENEM.

Referência: BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

22. (F) O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) permite que estudantes financiem integralmente seus cursos de graduação, independentemente da renda familiar.

Justificativa: O FIES é voltado para estudantes com renda familiar mensal bruta de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o financiamento está condicionado à nota no ENEM e a critérios socioeconômicos.

Referência: BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do FIES), com alterações posteriores. Ministério da Educação (MEC) – Critérios de seleção do FIES.

23. (V) As cotas raciais e sociais nas universidades públicas foram criadas para promover a equidade e reduzir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior.

Justificativa: A Lei nº 12.711/2012 estabelece cotas para estudantes de escolas públicas, com

recortes raciais e sociais, com o objetivo de corrigir desigualdades históricas de acesso à educação superior e garantir maior equidade.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas).

24. (V) O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) permite o ingresso em universidades públicas utilizando exclusivamente a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Justificativa: O Sisu é um sistema informatizado do MEC que seleciona candidatos às vagas em instituições públicas de ensino superior com base exclusivamente no desempenho no ENEM.

Referência: Ministério da Educação (MEC). Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

25. (V) O ENEM foi inicialmente criado apenas como um exame de avaliação do ensino médio e passou a ser utilizado como forma de ingresso ao ensino superior.

Justificativa: Criado em 1998 como uma ferramenta de avaliação da qualidade do ensino médio, o ENEM foi reformulado em 2009 para se tornar o principal instrumento de acesso ao ensino superior, sendo utilizado pelo Sisu, ProUni e FIES.

Referência: INEP. Histórico do ENEM. BRASIL. Decreto nº 6.093/2007 e Portaria MEC nº 391/2002.

26. (F) O ProUni é destinado apenas a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas particulares.

Justificativa: O ProUni é voltado principalmente a estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas ou como bolsistas integrais em escolas privadas. Estudantes que pagaram pelo ensino privado sem bolsa não têm direito ao programa.

Referência: BRASIL. Lei nº 11.096/2005 (Lei do ProUni), Art. 1º.

27. (V) O FIES oferece financiamento com juros zero para estudantes de baixa renda.

Justificativa: Desde 2018, com a reformulação do FIES, estudantes com renda familiar per capita de até três salários mínimos podem obter financiamento com juros zero, desde que o pagamento seja feito dentro das condições previstas no contrato.

Referência: BRASIL. Lei nº 10.260/2001, com alterações posteriores. MEC. Portal FIES – Condições e modalidades do financiamento.

28. (F) As políticas de cotas no Brasil se aplicam apenas a cursos de graduação em universidades públicas federais.

Justificativa: Embora a Lei nº 12.711/2012 regule cotas nas universidades federais, outras esferas públicas e estaduais também podem adotar cotas, e há ações afirmativas em concursos públicos, pós-graduação e instituições estaduais.

Referência:BRASIL. Lei nº 12.990/2014 (cotas em concursos públicos federais). MEC. Diretrizes de ações afirmativas no ensino superior.

29. (F) As universidades públicas brasileiras são gratuitas apenas para alunos que comprovem baixa renda.

Justificativa: As universidades públicas brasileiras são gratuitas para todos, independentemente de renda. Não há cobrança de mensalidades ou comprovação de renda para acesso aos cursos de graduação.

Referência: Constituição Federal de 1988, Art. 206, inciso IV: "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais".

30. (V) As políticas de cotas incluem reservas de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.

Justificativa: A Lei nº 12.711/2012 garante que, no mínimo, 50% das vagas nas universidades federais sejam reservadas a egressos do ensino médio público, com subcotas raciais e por renda.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas).

31. (F) O Sisu permite que o estudante escolha até três opções de curso em instituições públicas de ensino superior.

Justificativa: O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) permite que o candidato escolha até duas opções de curso, não três. Essa limitação é regulamentada pelo MEC e visa facilitar a

organização do processo seletivo.

Referência: MEC. Editais do Sisu. BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 21/2012.

32. (V) O Programa Ciência sem Fronteiras, encerrado em 2017, foi uma política que facilitou o acesso de estudantes brasileiros a universidades estrangeiras.

Justificativa: O Ciência sem Fronteiras, criado em 2011, teve como objetivo promover a mobilidade acadêmica internacional, especialmente em áreas de ciência, tecnologia e inovação. O programa foi suspenso em 2017.

Referência: CAPES/MEC. Ciência sem Fronteiras – Histórico do Programa. BRASIL. Decreto nº 7.642/2011.

33. (F) O ENEM é utilizado apenas no Brasil e não é aceito em universidades no exterior.

Justificativa: Embora criado como exame nacional, o ENEM é aceito em diversas universidades internacionais, especialmente em Portugal e em alguns países da Europa e América Latina, como critério de admissão.

Referência: MEC. Portal do ENEM – Instituições estrangeiras que aceitam o exame. Acordos de cooperação MEC-universidades internacionais.

34. (V) As políticas de ações afirmativas no Brasil têm prazo de validade e precisam ser revisadas periodicamente.

Justificativa: A Lei nº 12.711/2012, que regulamenta o sistema de cotas, previa uma revisão após 10 anos, ou seja, até 2022. A continuidade, alteração ou ampliação das cotas depende de avaliação legislativa e social.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.711/2012, Art. 7º. MEC. Avaliação da política de cotas.

35. (F) O ProUni não exige que o candidato tenha realizado o ENEM para se inscrever.

Justificativa: O ProUni exige que o candidato tenha feito a edição mais recente do ENEM, com nota mínima de 450 pontos e nota diferente de zero na redação. Sem isso, não é possível se candidatar.

Referência: BRASIL. Lei nº 11.096/2005 (Lei do ProUni). MEC. Editais do ProUni.

36. (F) As cotas raciais garantem vagas apenas para estudantes indígenas e quilombolas.

Justificativa: As cotas raciais incluem estudantes pretos, pardos e indígenas, conforme classificação do IBGE, e não se restringem a indígenas e quilombolas. A política busca reparar desigualdades raciais históricas no acesso ao ensino superior.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.711/2012. IBGE. Critérios de cor/raça utilizados em políticas públicas.

37. (V) O FIES tem como objetivo facilitar o acesso ao ensino superior em instituições privadas para estudantes que não possuem condições de pagar a mensalidade.

Justificativa: O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado para financiar cursos superiores em instituições privadas, com foco em estudantes de baixa renda. O pagamento é feito após a conclusão do curso, com juros reduzidos.

Referência: BRASIL. Lei nº 10.260/2001 (Lei do FIES). MEC. Portal do FIES.

38. (V) As universidades federais são obrigadas a reservar no mínimo 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, de acordo com a Lei de Cotas.

Justificativa: A Lei nº 12.711/2012 estabelece que pelo menos 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior sejam destinadas a egressos do ensino médio público, com recortes por renda e cor/raça.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.711/2012, Art. 1º.

39. (F) As políticas de acesso ao ensino superior no Brasil foram criadas apenas para atender demandas econômicas e não incluem preocupações sociais.

Justificativa: As políticas de acesso ao ensino superior, como as cotas e programas como ProUni e FIES, têm motivação social e histórica, visando à inclusão de grupos marginalizados e a promoção da justiça social.

Referência: IPEA. “Políticas de Ações Afirmativas no Brasil” (2018). BRASIL. Lei nº

12.711/2012.

40. (F) Estudantes que recebem bolsas integrais pelo ProUni podem acumular essa bolsa com outro financiamento estudantil, como o FIES.

Justificativa: A acumulação de ProUni e FIES só é permitida em situações específicas e nunca para o mesmo curso e turno. O objetivo é evitar o duplo benefício sobre uma mesma vaga.

Referência: BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 10/2010. MEC. Regras de acúmulo entre ProUni e FIES.

41. (V) A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme a Constituição Federal de 1988.

Justificativa: O Art. 205 da Constituição Federal determina que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família", devendo ser promovida com base na igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 205.

42. (F) A educação básica no Brasil é gratuita apenas para crianças de até 12 anos.

Justificativa: A educação básica gratuita no Brasil compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, sem limite de idade. O direito é garantido para crianças, jovens e adultos, inclusive fora da faixa etária regular.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 208. BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 4º.

43. (V) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) regulamenta o sistema educacional brasileiro.

Justificativa: A Lei nº 9.394/1996, conhecida como LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, organizando os níveis e modalidades de ensino e orientando o funcionamento das instituições educacionais no Brasil.

Referência: BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB).

44. (F) A educação no Brasil tem como finalidade apenas preparar o cidadão para o mercado de trabalho.

Justificativa: A finalidade da educação no Brasil vai além da preparação para o trabalho. Conforme a LDB e a Constituição, ela visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 205. BRASIL. LDB, Art. 2º.

45. (V) A Constituição Federal prevê que o acesso à educação é indispensável para o exercício da cidadania.

Justificativa: A Constituição reconhece a educação como um instrumento fundamental para o exercício da cidadania, pois promove a igualdade, o pensamento crítico e a autonomia dos indivíduos.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 205.

46. (F) O Plano Nacional de Educação (PNE) é válido por 20 anos e estabelece metas para a educação no Brasil.

Justificativa: O Plano Nacional de Educação (PNE) possui vigência de **10 anos** e estabelece diretrizes, metas e estratégias para melhorar a educação no Brasil durante esse período. A cada dez anos, o PNE é revisado e atualizado.

Referência: BRASIL. Lei nº 13.005/2014, Art. 1º.

47. (F) O FUNDEB é um fundo destinado exclusivamente ao financiamento do ensino superior.

Justificativa: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é voltado para o financiamento da educação básica, incluindo educação infantil, ensino fundamental e médio, e não para o ensino superior.

Referência: BRASIL. Lei nº 11.494/2007 (Lei do FUNDEB), Art. 1º.

48. (V) A evasão escolar é um dos maiores desafios para a garantia do direito à educação no Brasil.

Justificativa: A evasão escolar é, de fato, um grande desafio no Brasil, afetando principalmente as populações mais vulneráveis, o que compromete a efetivação do direito à educação e agrava as desigualdades sociais e educacionais.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 208, § 2º. BRASIL. Lei nº 12.696/2012, Art. 4º (Estratégias de Combate à Evasão Escolar).

49. (F) A educação inclusiva visa segregar estudantes com necessidades especiais em escolas específicas.

Justificativa: A educação inclusiva busca integrar os estudantes com deficiências e necessidades educacionais especiais ao sistema regular de ensino, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, e não a segregação.

Referência: BRASIL. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), Art. 28. BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 208, § 1º.

50. (V) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define conteúdos e competências essenciais que devem ser ensinados nas escolas brasileiras.

Justificativa: A BNCC estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, garantindo uma formação integral e equitativa, independentemente da região ou da escola.

Referência: BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2017.

51. (V) A alfabetização de jovens e adultos (EJA) é uma política pública que contribui para a inclusão social.

Justificativa: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma política pública fundamental que visa garantir o direito à educação para aqueles que, por diversos motivos, não completaram a educação básica na idade apropriada. Ela contribui para a inclusão social, oferecendo novas oportunidades educacionais, culturais e profissionais aos jovens e adultos.

Referência: BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional),

Art. 37.

52. (V) No Brasil, o ensino médio é obrigatório e gratuito para todos os cidadãos.

Justificativa: O ensino médio no Brasil é obrigatório e gratuito, conforme a Constituição de 1988. Isso visa garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição social, tenham acesso à educação até o fim da educação básica.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 208, § 1º.

53. (V) As cotas raciais e sociais nas universidades públicas foram criadas para reduzir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior.

Justificativa: As políticas de cotas raciais e sociais nas universidades públicas brasileiras têm como objetivo reduzir as desigualdades históricas, promovendo a **equidade** no acesso ao ensino superior para grupos historicamente marginalizados, como negros, pardos, indígenas e pessoas de baixa renda.

Referência: BRASIL. Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas).

54. (F) O direito à educação no Brasil é garantido apenas para brasileiros natos.

Justificativa: O direito à educação no Brasil é garantido a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, conforme a Constituição Federal. Isso inclui **estrangeiros e refugiados** que estejam em território brasileiro.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 206 e Art. 208.

55. (F) A Constituição Federal estabelece que o ensino religioso deve ser obrigatório nas escolas públicas.

Justificativa: A Constituição Federal de 1988 garante que o ensino religioso pode ser oferecido nas escolas públicas, mas é facultativo, ou seja, a matrícula em disciplinas de ensino religioso é opcional para os alunos.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 210, § 1º.

56. (V) A valorização dos professores é essencial para melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Justificativa: A valorização dos professores é um dos pilares para a melhoria da qualidade da educação. Professores bem formados, bem remunerados e motivados tendem a oferecer um ensino mais eficaz, o que impacta diretamente no desenvolvimento acadêmico dos alunos.

Referência: BRASIL. Lei nº 11.494/2007 (Lei do FUNDEB), Art. 7º.

57. (F) A educação domiciliar é considerada a principal forma de garantir o direito à educação no Brasil.

Justificativa: A educação domiciliar, embora permitida em algumas situações excepcionais, não é a principal forma de garantir o direito à educação no Brasil. A educação formal e pública, garantida pela Constituição Federal, é a forma mais eficaz de assegurar acesso universal à educação de qualidade.

Referência: BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 208. BRASIL. Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio).

58. (V) O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é um instrumento que facilita o acesso ao ensino superior.

Justificativa: O ENEM é utilizado como uma ferramenta importante para o ingresso nas universidades públicas e privadas do Brasil. Além disso, o exame também serve como critério para programas de financiamento estudantil e bolsas de estudo, como o ProUni e o FIES.

Referência: BRASIL. Lei nº 13.409/2016 (Lei do ENEM).

59. (V) O acesso desigual à tecnologia e à internet impacta diretamente a garantia do direito à educação no Brasil.

Justificativa: A desigualdade no acesso à tecnologia e à internet tem se mostrado um obstáculo significativo para garantir o direito à educação de qualidade, especialmente em tempos de educação a distância. A falta de acesso a recursos tecnológicos impede que muitos estudantes acompanhem as aulas e realizem as atividades propostas.

Referência: BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE), Meta 7. UNESCO. (2020). *A*

educação no Brasil e a exclusão digital.

60. (V) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura que toda criança e adolescente tem direito à educação gratuita e de qualidade.

Justificativa: O ECA garante que toda criança e adolescente no Brasil tem direito à educação gratuita e de qualidade. Esse direito está assegurado pela Constituição Federal e pela legislação brasileira, sendo considerado um direito fundamental para o desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos.

Referência: BRASIL. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Art. 53. BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 208.